

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo

ENTRE RIOS E A CIDADE: OS FLUTUANTES DE TAPAUÁ NO
AMAZONAS

ARLAN JUSTINO FROTA

MANAUS
2017

ARLAN JUSTINO FROTA

ENTRE RIOS E A CIDADE: OS FLUTUANTES DE TAPAUÁ NO
AMAZONAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia, área de concentração Amazônia: Território e Ambiente. Linha de pesquisa: Espaço, Território e Cultura na Amazônia – UFAM, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira

MANAUS
2017

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

F941e Frota, Arlan Justino
Entre rios e a cidade: os flutuantes de Tapauá no Amazonas /
Arlan Justino Frota. 2017
157 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Amazônia. 2. Bairro Flutuante. 3. Tapauá. 4. Moradia popular.
I. Oliveira, Prof. Dr. José Aldemir de II. Universidade Federal do
Amazonas III. Título



Poder Executivo

Ministério da Educação

Universidade Federal do Amazonas

ICHL/DEGEO/Programa de Pós-Graduação em Geografia

Mestrado Conceito 4 - Aprovado pela Resolução nº 009 – CONSUNI de 17/08/95

Credenciado pela CAPES em set/2000

Reconhecido através da Portaria Nº 1.077-MEC, de 31 de agosto de 2012



PORTARIA Nº 004/ 2017

O COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS/, usando de suas atribuições estatutárias, e

CONSIDERANDO o documento oficializado junto à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia, no que concerne à composição de Banca Examinadora de Defesa Pública de Mestrado,

CONSIDERANDO o que dispõe o Artigo 10 Resolução Nº 033/2014-CONSEPE, de 30 de setembro de 2014,

R E S O L V E:

CONSTITUIR com os(as) doutores(as) abaixo nominados(as), a Banca Examinadora de **Defesa Pública de Dissertação de Mestrado** do discente **ARLAN JUSTINO FROTA**, do Programa de Pós-Graduação em Geografia, a qual ocorrerá no dia **25 de Maio de 2017, às 14h00, na Sala de Audiovisual do Departamento de Geografia:**

Presidente:

- Professor Doutor JOSÉ ALDEMIR DE OLIVEIRA
PPG-GEOG/UFAM

Membros Titulares:

-Prof. Dr. GILTON MENDES DOS SANTOS
PPGAS/UFAM
-Prof. Dr. JOSÉ ALBERTO LIMA DE CARVALHO
PPGEOG/UFAM

Membros Suplentes:

- Profa. Dra. ANA PAULINA AGUIAR SOARES
UEA
- Prof. Dr. MANUEL DE JESUS MASULO DA CRUZ
PPGEOG/UFAM

Dê-se ciência e cumpra-se.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, em Manaus/AM, 27 de Abril de 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira
Coordenador do Programa

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida, a minha família pelo apoio ao longo desses anos e por sempre acreditarem em mim. Aos professores do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFAM, em especial, Amélia, Paola, Tatiana, Masulo, José Alberto e José Aldemir, por compartilharem dos seus conhecimentos de forma altruísta e instigante. Não poderia deixar de agradecer aos professores da Universidade do Estado do Amazonas, no qual obtive o primeiro contato com esta ciência tão apaixonante e reveladora das mazelas da sociedade, em especial a professora Ana Paulina. Agradeço ao Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia (NEPECAB), aos professores, alunos, em especial os que compartilharam comigo o convívio diário: Nágila, Stephano, Janderson, Cláudio e Helen. Agradeço a Gercy, pelo carinho e acolhimento, estando sempre disposta a ajudar. A Dona Graça, pela atenção e disponibilidade na secretaria do Mestrado.

Aos colegas do mestrado agradeço pela parceria nas discussões dos textos e conversas, em especial ao Marciclei, Massilene, Rildo, Luís e os já citados.

Agradeço também a todos os moradores da cidade de Tapauá especialmente aos moradores do bairro flutuante que ajudaram a construir este trabalho, ao senhor Wagner por compartilhar do seu conhecimento, ao Antônio Alvares, ao Mário pela ajuda no transporte, nas idas e vindas ao bairro flutuante. A minha tia querida (Nely), pela estadia em sua residência. Ao meu orientador que com sua simplicidade e humildade me mostrou os caminhos para o melhor desenvolvimento deste trabalho. A CAPES pela concessão da bolsa, meu muito obrigado.

RESUMO

Este trabalho busca compreender a produção do espaço urbano, entre os anos de 1991 a 2015 numa pequena cidade na Amazônia Brasileira, chamada Tapauá, localizada na calha do Purus ao Sul do Estado do Amazonas, a partir da especificidade de um bairro sobre as águas, um aglomerado de 332 casas flutuantes que servem como moradias e em casos esporádicos serviços. O flutuante é o sinônimo de resistência encontrada por parte da população para o direito a cidade, fruto da expressão cultural, representado não só pela moradia, mas pelo cotidiano do campo que é “transportado” para a cidade, dotado de práticas que são urbanas enquanto lugar da ação, mas que são rurais enquanto práticas de trabalho desenvolvidas no rio e na floresta. O bairro se dispersa na frente da cidade, no rio Purus, e contém formas que se estruturam em tempos pretéritos com resíduos da cultura indígena que são marcadamente encontrados na produção do espaço e nas formas de moradia. As casas flutuantes dão sentido à produção do espaço sobre as águas que se integram à cidade pelas relações sociais que são estabelecidas na interface rural/urbano. A partir da revisão da literatura sobre as populações pretéritas, a “ocupação” e a criação de cidades no vale do Purus, foi realizada pesquisa de campo em duas etapas: fevereiro, agosto e setembro de 2016, com aplicação 84 formulários nas residências flutuantes, para mensurar as condições de moradia nos flutuantes, as relações sociais de produção desde a construção da moradia, aos meios de vivência relacionados a pesca, a agricultura e ao extrativismo. A partir da pesquisa quantitativa e qualitativa pode-se inferir que o crescimento do espaço urbano perpassa os moldes convencionais de outras cidades em decorrência das especificidades do lugar: uma cidade cercada por rios e floresta, o que faz a população se relacionar com a natureza e ensejar práticas espaciais distintas que interferem no modo de como a cidade é produzida, e que se expressa nas formas de morar e de trabalhar. A pesquisa mostrou também, que a população residente no bairro é, a grande maioria, oriunda de comunidades ribeirinhas, e devido a impossibilidade de permanecer no campo vem para a cidade em busca dos serviços básicos, como saúde, educação e acesso aos programas sociais. Ao chegar a cidade, não tem acesso a terra urbana e como o rio não foi alcançado pelo estatuto da propriedade privada, morar sobre as águas aparece como alternativa viável de moradia. Este novo espaço de vivência não muda substancialmente o modo de vida na cidade, mas fortalece e resignifica as experiências que se dão no contanto com a cidade.

Palavras chave: Amazônia; Bairro Flutuante; Tapauá; moradia popular

ABSTRACT

This work seeks to understand the production of the urban space between 1991 and 2015 of a small city in the Brazilian Amazon, called Tapauá, located in the channel of the Purus to the south of the State of Amazonas, from the specificity of a neighborhood on the water, a cluster of 332 floating houses that serve as dwellings and in sporadic cases. The floating is the synonym of resistance found by the population for the right to the city, fruit of the cultural expression, represented not only by the dwelling, but by the daily of the field that is "transported" to the city, endowed with practices that are urban. As a place of action, but which are rural as labor practices developed in the river and forest. The neighborhood disperses in front of the city, in the Purus river and contains forms that are structured in past times with residues of the indigenous culture that are markedly found in the production of the space and the forms of dwelling. The floating houses give meaning to the production of the space over the waters that is integrated to the city by the social relations that are established in the rural / urban interface. From the review of the literature on past populations, "occupation" and the creation of cities in the Purus valley, field research was conducted in two stages: February, August and September 2016, with application of 84 forms in the floating dwellings, to measure the living conditions, the social relations of production from the construction of the dwelling, to the means of living related to fishing, agriculture and extractivism. From the quantitative and qualitative research it can be inferred that the growth of the urban space runs through the conventional molds of other cities due to the specificities of the place: a city surrounded by rivers and forest, which causes the population to relate to nature and to encourage different spatial practices that interfere with the way the city is produced and expressed in the ways of living, working, caring for the body and spirit. The research also showed that the population residing in the neighborhood comes from riverside communities, and due to the impossibility of staying in the countryside comes to the city in search of basic services such as health, education and access to social programs. When arriving to the city, does not have access to urban land and as the river was not reached by the statute of the private property, to live on the waters appears like a viable alternative of dwelling. This new living space does not substantially change the way of life in the city, but it strengthens and redefines the experiences that occur in relation to the city.

Keywords: Amazônia; Floating Neighborhood; Tapauá; Popular housing

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: localização do Município de Tapauá-AM.....	15
Figura 2: Unidades de Conservação no Município Tapauá.....	16
Figura 3: Mapa territorial de uso e ocupação do solo no Município de Tapauá	17
Figura 4: Orla da cidade de Tapauá.....	23
Figura 5: Mapa Urbano de Tapauá-AM, com ênfase para os domicílios flutuantes	23
Figura 6: Casas palafitas no Bairro Rio Purus, Tapauá-AM.....	24
Figura 7: Praça Raimundo Andrade, Tapauá-AM.....	25
Figura 8: Escola Antônio Ferreira e Prof. Marizita	26
Figura 9: Quadra do Mutirão e quadra Raimundo Nery.....	27
Figura 10: Escola Senador Artur (esquerda) e Professor Amadeu Nery (direita).....	27
Figura 11 : Mapa de distribuição de escolas	30
Figura 12: Núcleo da UEA na cidade de Tapauá-AM.....	31
Figura 13: Hospital Ana Tereza Ponciano.....	32
Figura 14: Unidades Básicas de Saúde.....	32
Figura 15: Mapa dos equipamentos de saúde da cidade.....	34
Figura 16: Caminhão utilizado na coleta de resíduos sólidos	37
Figura 17: Trabalhadores da coleta com vestimentas inadequadas na cidade de Tapauá-AM	38
Figura 18: Lixo depositado no porto norte - Cidade de Tapauá-AM	39
Figura 19: Lixão da cidade de Tapauá.....	40
Figura 20: Banco Bradesco e Correio na cidade de Tapauá-AM.....	41
Figura 21: Mapa dos principais pontos comerciais da cidade de Tapauá-AM.....	42
Figura 22: Postos de Gasolina de Tapauá-AM.....	43
Figura 23: Drogaria Popular sede e filial.....	44
Figura 24: Feira Cassiano Cavalcante	44
Figura 25: Balsa de transporte de cargas para o Vale do Purus	48
Figura 26: Serraria São Francisco	49
Figura 27: Igrejas Evangélica e Católica na cidade de Tapauá	51
Figura 28: Antigo Flutuante Paumari	65
Figura 29: Atual flutuante dos Paumari no lago Marahã (TI Paumari do Lago Marahã)	66
Figura 30: Cidade Flutuante de Manaus.....	77
Figura 31: Comunidade Ribeirinha no Município de Tapauá	83
Figura 32: Montagem da estrutura do flutuante: as vigas são preferencialmente de paxiúba ou piranheira.	85
Figura 33: Casa Flutuante em Tapauá	86
Figura 34: Extração da madeira que será utilizada na construção aos redores da Cidade de Tapauá	87
Figura 35: Boias que são vendidas em frente a cidade de Tapauá-AM	88
Figura 36: Montagem das vigas, sentido latitudinal - Flutuante de Tapauá-AM.....	89
Figura 37: Pedacos de madeira colocados para planificar a estrutura do flutuante em Tapauá-AM.....	90
Figura 38: Flutuante com a estrutura desestabilizada - cidade de Tapauá-AM.....	91

Figura 39: Estrutura para a montagem do assoalho de flutuante em Tapauá-AM	92
Figura 40: Etapas da construção da casa flutuante em Tapauá-AM.....	93
Figura 41: Banheiro do Flutuante em Tapauá-AM	93
Figura 42: Foto aérea do centro da cidade de Tapauá-AM	103
Figura 43: Bairro Flutuante de Tapauá-AM	105
Figura 44: Quantidade de cômodos na casa	106
Figura 45: Periodização dos processos migratórios para o bairro flutuante em Tapauá-AM	107
Figura 46: Composição social do bairro flutuante em Tapauá- AM.....	108
Figura 47: Maior escolaridade do chefe da família	109
Figura 48: Casas de Farinha	111
Figura 49: Postes do bairro flutuante em Tapauá-AM	114
Figura 50: Banheiro	115
Figura 51: Ocupação profissional.....	117
Figura 52: Quantitativo de pessoas que contribuem para a renda	119
Figura 53: Criança aprendendo o ofício do pai em Tapauá-AM.....	120
Figura 54: Benefícios sociais.....	120
Figura 55: Principais Locais de pesca para os moradores do bairro flutuante	124
Figura 56: Atividades de pesca na frente da cidade de Tapauá-AM.....	125
Figura 57: Morador, casa de farinha flutuante em Tapauá-AM	126
Figura 58: Escadas que funcionam como "ruas" para o acesso ao outro lado da cidade	128
Figura 59: Cozinha, formas de energia para o cozimento do alimento	131
Figura 60: Igreja Assembléia de Deus Cong. Galileia, Tapauá-AM.....	132
Figura 61: Chegada ao culto no bairro flutuante, Tapauá-AM	133
Figura 62: Bairro Flutuante na vazante, Tapauá-AM.....	134
Figura 63: Bóias que são utilizadas para reduzir a velocidade do tráfego, Tapauá-AM.....	135
Figura 64: "O quintal do flutuante", em Tapauá-AM.....	136

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: localização, Modalidades de ensino, Recursos Humanos, e alunos matriculados ...	28
Tabela 2: Recursos Humanos, localização das escolas municipais e alunos matriculados	29
Tabela 3: UBs de Tapauá, endereço e recursos humanos.....	33
Tabela 4: Corpo Técnico do CASAI	35
Tabela 5: Associados na Colônia, Associação e Cooperativa de pescadores do Município. ...	43
Tabela 6: Empreendimentos comerciais na cidade.....	46
Tabela 7: Congregação religiosa, endereço	50
Tabela 8: Crescimento populacional do Município de Tapauá-AM	95
Tabela 9: Quantitativo do bairro flutuante	110

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: CIDADES, RIOS E POVOS	14
1.1 PERFIL URBANO	15
1.2 EXPLORAÇÕES NO RIO PURUS	53
1.3 DOS POVOS DO PURUS AS CIDADES	61
CAPÍTULO 2: CIDADE E RIOS, A MORADIA SOBRE AS ÁGUAS	71
2.1 COMO A MORADIA VEM SENDO TRATADA NA GEOGRAFIA E NA AMAZÔNIA.....	72
2.2 A MORADIA NA AMAZÔNIA, ASPECTOS GERAIS: OS FLUTUANTES DE TAPAUÁ	81
2.3 MORADIAS FLUTUANTES: O POR QUÊ DESTA OPÇÃO NA CIDADE	94
CAPÍTULO 3: QUANDO O RIO VIRA BAIRRO	101
3.1 PERFIL DO BAIRRO FLUTUANTE.....	102
3.2 MORADIAS FLUTUANTES E O MODO DE VIDA	116
3.3 O COTIDIANO DA POPULAÇÃO DO RIO NA E DA CIDADE.....	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS	141
OBRAS CONSULTADAS	148
APÊNDICES	149

INTRODUÇÃO

Perceber as diferenças no espaço geográfico é algo primordial para a Geografia e também para as demais ciências, especialmente as ciências humanas. O espaço é produzido por diversos grupos sociais conforme as suas necessidades de apropriação e sobrevivência e a partir das condições objetivas em cada tempo e lugar o que leva a compreender o espaço como produto, meio e condição da sociedade (CARLOS, 2007).

A presente dissertação busca compreender a realidade de uma cidade amazônica chamada Tapauá, localizada no sul do Estado do Amazonas, e dentre as muitas temáticas que poderiam ser estudadas, optou-se pela questão da moradia na cidade, que para muitos parece não ter tanta relevância como objeto de estudo, mas que a cada dia aparece como tema importante por tratar da problemática relacionada a modos de vida diferenciados e específicos que podem ser vistos nos flutuantes na sede municipal de Tapauá.

A pesquisa investiga o crescimento da cidade de Tapauá-AM a partir das mudanças na estrutura espacial da sede Municipal ocorridas no período de 1991 a 2015, com ênfase no Bairro Flutuante. A escolha da cidade não foi por acaso, tem a ver com a origem do pesquisador, natural da mesma e que acompanhou, ainda menino, todo o processo de expansão urbana para o rio com a construção e chegada dos primeiros flutuantes que foram sendo aglomerados em frente a cidade e sendo conhecido localmente como “Cidade Flutuante”. Localiza-se nas margens e no meio do rio Ipixuna, afluente que deságua no Rio Purus, tornou-se um bairro, pelas funções que desempenha. Há flutuantes que servem como moradia, outros como prestação de serviços, comércio, oficina e igrejas, dando um sentido de existência e de “vida” ao bairro flutuante, graças a possibilidade dessa parte da população se integrar ao espaço urbano.

A partir do olhar para a moradia da cidade, pode-se compreender como a sociedade se (re)produz, visto que quase não existem trabalhos sobre Tapauá e poucos sobre moradias flutuantes na Amazônia, sendo exceção os trabalhos de Salazar (1985) sobre a cidade flutuante em Manaus e Souza (2010) que abordou a relação campo-cidade em Tapauá.

O habitar na cidade de Tapauá não é único, mas é específico, especialmente quando se mora sobre o rio em flutuante. Pelas peculiaridades e formas do sítio urbano, um lugar, cercado por rios e floresta, faz a população se relacionar com a natureza e ensejar práticas socioespaciais distintas que interferem no modo como a cidade é produzida, e que se expressa nas formas de morar e de trabalhar. De um lado, por apresentar relação com o processo amplo

de formação das cidades, e por outro, pelas peculiaridades e formas que lhe são específicas como os flutuantes situados na sede Municipal de Tapauá. São especificidades que compreendem as relações campo-cidade, rural-urbano, contidas em diferentes formas de interações do espaço e das pessoas que moram na cidade. A origem do bairro, por exemplo, remete ao fim do *boom* da borracha e os resíduos históricos desse processo estão cristalizados na paisagem, onde a sociedade interage de forma específica na criação de espacialidades que se refletem no cotidiano das pessoas que atuam a partir da cidade, relacionando-se com o seu entorno formado por rios e floresta. Trata-se de um estudo de caso por ter isolado o objeto na sua especificidade local, e exploratório por constituir investigação introdutória de uma temática que requer aprofundamento geográfico num espectro temporal mais amplo.

Busca-se explicações históricas – tanto mais recuadas no tempo quanto mais recentes, para compreender o processo de transformação do espaço e o crescimento urbano e populacional consequente, a partir do levantamento empírico e da reflexão teórica sobre o objeto em movimento, tentando identificar no espaço urbano as suas contradições históricas, de como era e como se transformou a cidade de Tapauá, a partir das condições e possibilidades da sociedade e como isso se espacializa. As atividades feitas no percurso da pesquisa foram: leituras bibliográficas acerca da temática; levantamento de fontes documentais sobre o Município (IBGE, SEPLAN, IDAM e outros) e sobre a colonização e exploração do rio Purus, especialmente no período da borracha, visando analisar a rede urbana na qual se insere Tapauá e trabalho de campo na cidade de Tapauá. Após a leitura e levantamento iniciais, os trabalhos de campo começaram em duas etapas realizadas em 2016, a primeira em fevereiro e a segunda em agosto e setembro. No campo, foram realizadas atividades como observação direta com registro em caderno de campo e de imagens fotográficas, além das entrevistas, aplicação de formulários com os moradores do Bairro Flutuante e georreferenciamento de alguns pontos da cidade para compor o mapa dos principais arranjos institucionais.

A base teórica deste trabalho parte da compreensão do espaço como o elemento chave para a explicação de como a sociedade se estrutura, se produz e reproduz, tendo nas práticas cotidianas as formas interpretativas da realidade urbana (LEFEBVRE, 1991, 2001). Para completar a análise foram utilizados ainda autores como Ana Fani A. Carlos, Sandra Lencione, Arlete Moyses e seus estudos sobre a cidade, visando compreender o perfil urbano da cidade de Tapauá e a rede urbana do Purus. Essa bibliografia geral completa-se com textos

específicos sobre a Amazônia, especialmente os produzidos no âmbito do NEPECAB¹, destacando-se neste trabalho os textos de Schor e Oliveira (2011) que tratam dos arranjos institucionais da cidade e da rede urbana na Amazônia e autores que trataram do Rio Purus, tais como Sebastião A. Ferrarini, Euclides da Cunha e Antônio C. R. Bittencourt.

Ao tratar a questão da moradia, recorre-se a Friedrich Engels como ponto de partida para a discussão, aprofundando a temática para a realidade local visando compreender a habitação ribeirinha na Amazônia e neste particular, ressalte-se o trabalho de Sandra Lencioni com o texto Casas do Brasil, que pode ser cotejado com as informações de quem constrói flutuantes, habita na cidade e no rio e navega nas águas do Purus em suas casas flutuantes. Textos teóricos e metodológicos, relatos de viagens e trabalhos de campo formam o conjunto de informações primordiais deste trabalho, o qual possibilitou a compreensão sobre a questão da moradia em Tapauá.

De posse das referências bibliográficas e das informações de campo, procedeu-se com a tabulação dos dados quantitativos e qualitativos, a classificação das entrevistas e registros oriundos da observação direta e a sua análise, configurou-se a composição da dissertação em três capítulos.

O primeiro capítulo trata das cidades do rio Purus com maior ênfase para a cidade de Tapauá, ao mesmo tempo em que se faz a reconstrução histórica do rio Purus e dos povos que habitaram e que habitam o vale, e como essas sociedades interagem com a natureza, implicando a contemporaneidade em espacialidades que contêm formas que se estruturaram em tempos que guardam resíduos da cultura indígena, os quais são marcadamente encontrados na produção do espaço e da moradia. Nesse sentido, começa-se com a caracterização do Município de Tapauá, apresentando e analisando o perfil urbano da cidade de Tapauá e como ela se insere na rede urbana do Purus, a partir da estrutura que a mesma pode oferecer para a prestação de serviços à população do vale.

¹ O Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia – NEPECAB vem produzindo diversos trabalhos que abordam a temática urbana na Amazônia, propondo metodologias inovadoras para o estudo das cidades. Cidades que apresentam relação de proximidade com a natureza, com o urbano e rural, campo e cidade, pois rios e florestas estão interligados no processo de criação de cidades na Amazônia e no cotidiano dos cidadãos, um conteúdo material e imaterial presentes nas diversas espacialidades produzidas que precisam ser levadas em conta nas análises. Segundo Carlos (2007) nos estudos das cidades e especialmente na Amazônia é preciso superar a visão de cidade que ora pensada como quadro físico, ora como meio ambiente urbano e sempre numa dimensão naturalizada e quase sempre ocultando o conteúdo socioespacial que dá forma e conteúdo. No âmbito do NEPECAB diversos trabalhos são produzidos que não se enquadram nesta perspectiva, destacamos a coletânea Dinâmica Urbana na Amazônia Brasileira, vol. 1, organizado por Tatiana Schor, o vol 2, organizado por Tatiana Schor e Paola Santana e o vol 3, organizado por Tatiana Schor, além do livro Cidades na Selva do professor José Aldemir de Oliveira, entre outros trabalhos que são desenvolvidos em dissertações, teses e diversos artigos publicados pelos pesquisadores do núcleo.

O segundo capítulo trata da questão da moradia e da discussão relacionada *a priori* de como a moradia vem sendo tratada na Geografia e na Amazônia, ressaltando que, mesmo com as especificidades de cada lugar, o debate do tema se torna importante, pois ajuda a compreender o processo de reprodução social e espacialização das cidades, de modo que o lugar em que cada sociedade está inserida vai interferir nas diferentes formas de habitação existentes e conseqüentemente em análises distintas da realidade urbana, nas diferentes estratégias de permanência na cidade/da cidade. Visando compreender a relação da rede urbana com a moradia flutuante em Tapauá, discorre também a respeito da conectividade que a população interiorana tem com a sede municipal, no que diz respeito ao fluxo e acesso aos serviços da cidade.

O terceiro capítulo trata especificamente do bairro Cidade Flutuante apresentando a análise dos resultados obtidos a partir da aplicação dos formulários, os dados quantitativos dos diferentes aspectos sociais, econômicos, ambientais e a respectiva análise. Na primeira parte é apresentado uma caracterização do Bairro como o lugar da reprodução social, a seguir, se discute a respeito das moradias flutuantes como a expressão do modo de vida ligado às relações que são urbanas enquanto lugar da ação, mas que são rurais enquanto práticas de trabalho desenvolvidas no rio e na floresta. Por fim se aborda o cotidiano dessa população no rio na cidade/da cidade em que são descritos os principais aspectos das relações sociais que são estabelecidas no bairro: os cultos, a vizinhança, o tráfego de canoas e pequenas embarcações, o comércio, a territorialização do espaço e da vida.

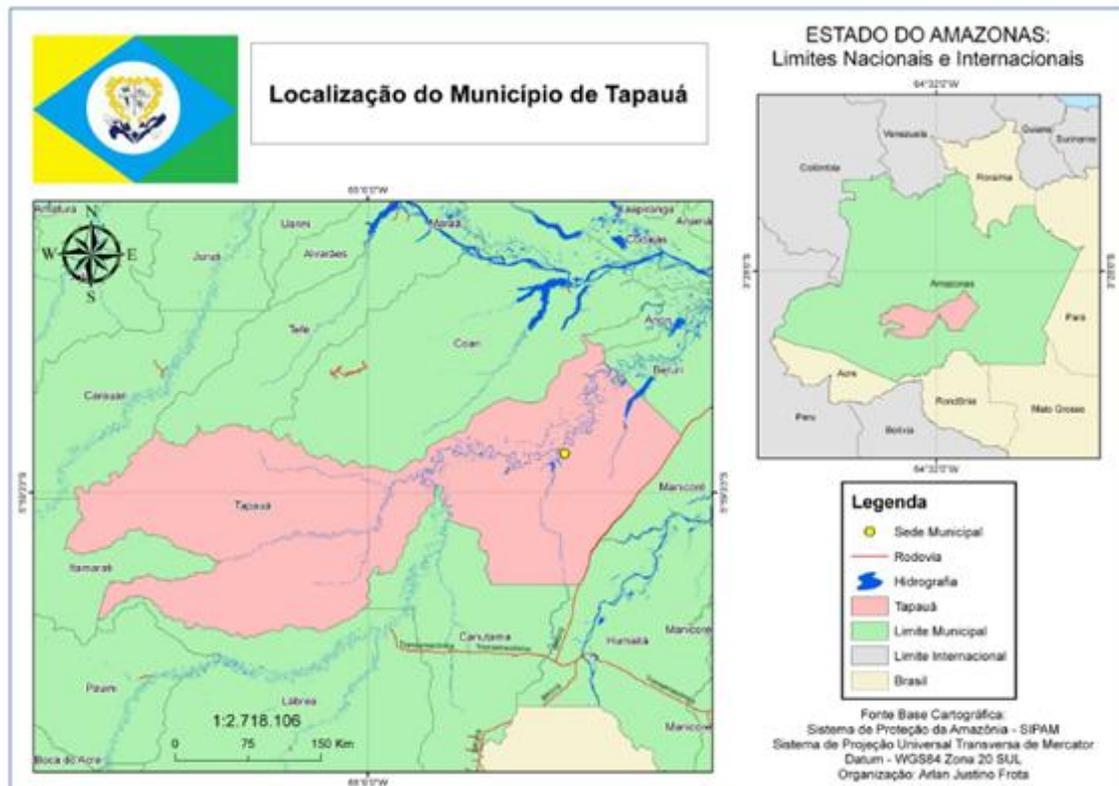
CAPÍTULO 1: CIDADES, RIOS E POVOS

1.1 PERFIL URBANO

Tapauá é o 5º maior município brasileiro², com área total segundo o IBGE (2010) de 89.948,862 Km², localizado na mesorregião Sul Amazonense³ e Microrregião do Purus⁴, é composto por uma população total de 19.077 habitantes, segundo o censo de 2010, dos quais 55,7% correspondem a população urbana e 44,3% a rural, com densidade demográfica de 0,21 hab/km².

Faz divisa com os municípios de Coari, Tefé e Carauari ao norte, e ao sul com os municípios de Canutama, Lábrea, Manicoré e Humaitá. Ao leste com os municípios de Beruri, Anori e Manicoré e a oeste com Itamarati e Pauini, conforme a figura 1 nos mostra.

Figura 1: localização do Município de Tapauá-AM



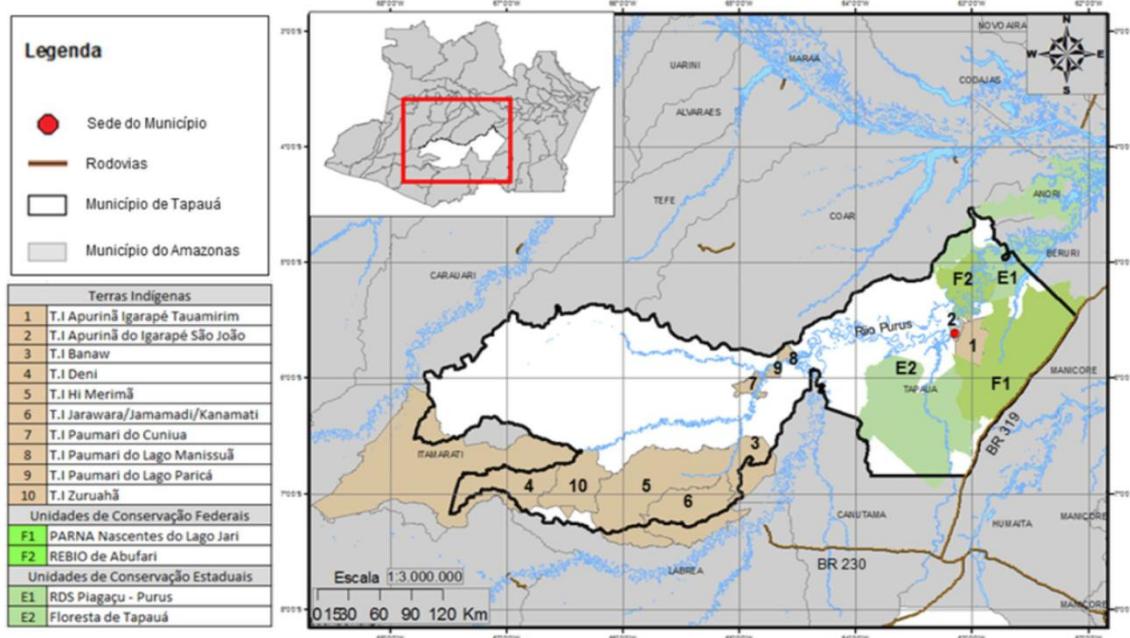
² Segundo o IBGE (2010), os maiores municípios do país são: 1º Altamira – PA (159.533,255 Km²), 2º Barcelos – AM (122.451,505 Km²), 3º São Gabriel – AM (109.181,240 Km²), 4º Oriximiná – PA (107.603,435 Km²), 5º Tapauá – AM (84.948,862 Km²), 6º São Felix do Xingu – PA (84.213,215 Km²), 7º Atalaia do Norte – AM (76.345,164 Km²), 8º Almeirim – PA (72.954,798 Km²), 9º Jutáí – AM (69.457,415 Km²), 10º Lábrea – AM (68.266,738 Km²).

³ A mesorregião Sul Amazonense é composta por 10 Municípios: Apuí, Boca do Acre, Borba, Canutama, Humaitá, Lábrea, Manicoré, Novo Aripuanã, Pauini e Tapauá.

⁴ A Microrregião do Purus é composta por três Municípios: Canutama, Lábrea e Tapauá.

O extenso território é um dos condicionantes que dificulta a gestão e a distribuição dos recursos públicos, pois não se consegue abrangê-lo como um todo. O município de Tapauá por estar localizado em área de grande influência dos projetos de infraestrutura na Amazônia, como a possível reabertura da Br-319, políticas ambientalistas são tomadas para a conservação da biodiversidade, muitas vezes sem levar em consideração os povos que vivem nesses espaços, que em parte encontram-se preservados, devido ao grande número de unidades de conservação e terras indígenas (ver figura 2).

Figura 2: Unidades de Conservação no Município Tapauá



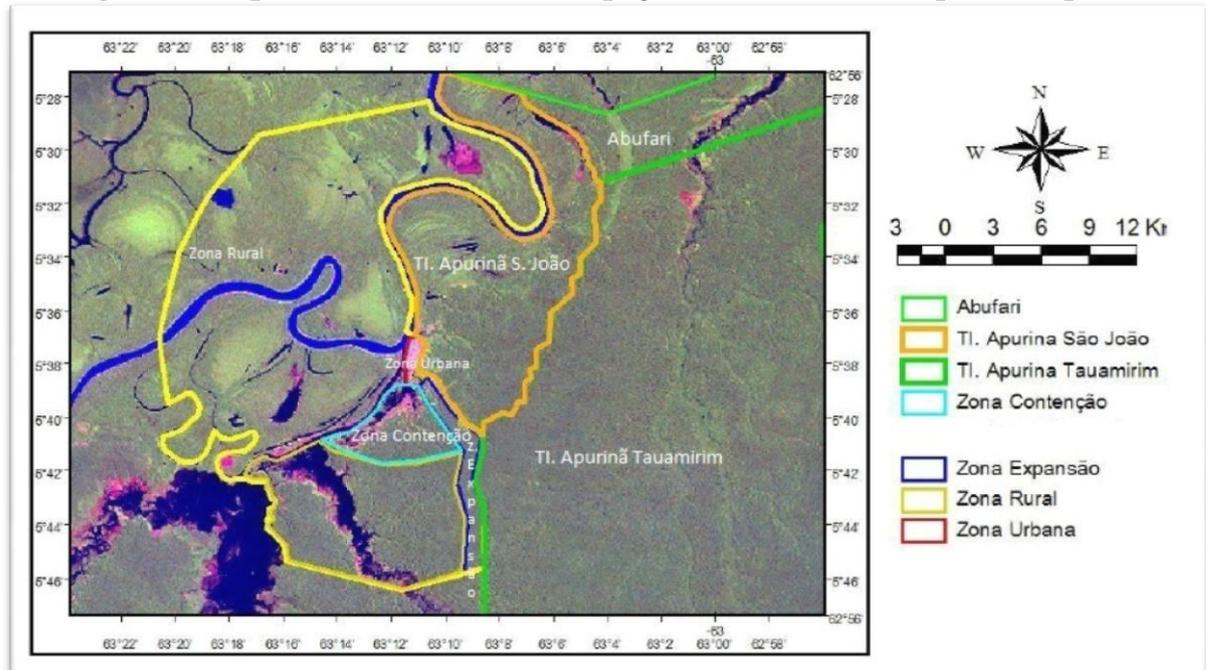
Fonte: SEMMAS/ Base de informação geográfica para ArcGIS 9.3. Adaptado por: MORAIS; DL.

Desde já é necessário frisar que esta dissertação não vai caminhar pelo discurso simplista de crítica às políticas ambientais implementadas na Amazônia a partir dos anos 1980, tampouco se alinhará de modo acrítico a elas, o que se busca é compreendê-las como dimensões socioespaciais que tem implicações na espacialidade das cidades amazônicas. No Município de Tapauá, o mosaico de áreas protegidas dificulta a criação de novos assentamentos humanos não indígenas, principalmente no perímetro urbano da cidade, área de grande expansão, haja vista que mais da metade da população vive na zona urbana, um espaço que dificulta o crescimento horizontal da cidade, onde diversas espacialidades são produzidas, como o caso dos flutuantes encontrados em “frente” à cidade.

O plano diretor do Município de Tapauá criado pela lei nº 237, de 5 de dezembro de 2007, estabelece as diretrizes gerais da política de desenvolvimento urbano, no artigo 10, fixa

a regra do ordenamento territorial para o uso e ocupação do solo, dividindo o Município em quatro macro-zonas: a macro-zona urbana, de expansão, de contenção, e rural. Conforme a figura a seguir nos mostra, atenta-se principalmente para as terras indígenas Apurinã e a REBIO Abufari, as quais não permitem a expansão da sede urbana em toda sua totalidade, limitando o uso dos espaços.

Figura 3: Mapa territorial de uso e ocupação do solo no Município de Tapauá



Fonte: Plano Diretor, adaptado pelo Autor

Segundo o plano diretor Municipal de Tapauá, as Macro-zonas são definidas como:

- I- Macro-zona Urbana: é formada pelo perímetro urbano onde está concentrada a população urbana do Município.
 - II- Macro-zona de Expansão⁵: é a área destinada ao aproveitamento das margens da rodovia AM- 366 para futura implantação de moradias, comércios, serviços e indústrias.
 - III- Macro-zona de Contenção: é a área formada pelos terrenos próximos a Macro-zona Urbana, com características de solo rurais e significativa intensidade de ocupação humana.
 - IV – Macro-zona Rural: são áreas aptas para atividades agrossilvopastoris e outras atividades relacionadas ao setor primário.
- Macro-zona Rural- alagada: São as áreas que apresentam ecossistema de várzea, caracterizadas por inundações periódicas (TAPAUÁ, 2007, p. 4).

⁵ A Macro-zona de expansão, em grande parte, encontra-se habitada por pequenos proprietários, donos de fazendas, sítios particulares.

Conforme os dados do PNUD (2010) o Município de Tapauá apresenta índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,502, o que caracteriza um IDHM baixo (entre 0,500 e 0,599), muito distante das condições ideais para o desenvolvimento humano, no que concerne ao acesso à saúde, educação e renda⁶. Entre 2000 e 2010 o IDHM passou de 0,293 para 0,502, uma taxa de crescimento de 71,33% nesse período, a educação foi o indicador que mais cresceu em termos absolutos no Município, seguido de renda e longevidade (PNUD, 2010).

O crescimento do IDHM não é perceptível na qualidade de vida da população, pois o município sofre com o atraso político, processos de corrupção e com a ingerência de líderes do narcotráfico, que fizeram do local um ponto de interceptação e tráfico de drogas na região (NODA, et al, 2012). Ainda que de maneira preliminar, pode-se atribuir tais fatores aos resultados do IDHM, refletindo nas disparidades socioeconômicas do município, não permitindo o desenvolvimento igualitário e melhorias nas condições de vida de toda a população.

A habitação surge como dilema e ao mesmo tempo como elemento explicativo da produção do espaço urbano e das diversas desigualdades do lugar, pois ao se questionar o direito à moradia em Tapauá, percebe-se que ele não se resume apenas a ter uma casa, mas também às necessidades básicas de vida e as condições para obtê-la. Tais questões serão descritas nos próximos capítulos, pois ao caracterizar o município de Tapauá é necessário expor tais ideias iniciais, para compreender como certas dimensões escapam da visão tradicional, e, mesmo com as suas particularidades, Tapauá apresenta muitos problemas que não o difere de outros municípios brasileiros.

O território que corresponde ao Município de Tapauá⁷ pertenceu, no seu todo ou em parte ao Município de Manaus até 1881. Nesse período o vale do Purus era intensamente povoado por populações indígenas e passa a sofrer pressão por ocupação de populações vindas de fora e se constitui numa das regiões de maior fonte de riqueza para a Província do Amazonas com a exploração da borracha. No século XIX o coronel Antonio Rodrigues Pereira Labre já demonstrava interesse na situação, perante a tribuna da Assembleia Legislativa, dialogou para a criação no médio Purus de uma vila e conseqüentemente de um Município. Apesar dos argumentos de Labre, os deputados não queriam dar autonomia para a

⁶ O IDHM varia de 0 a 1, quanto mais próximo de zero, pior o desenvolvimento humano no que concerne o acesso a renda, saúde (longevidade) e educação, quanto mais próximo de um melhor o acesso aos quesitos.

⁷ Tapauá é uma casca de palmeira que cresce nas margens e igapós (STRADELLI, 2014, p. 492). Para Ferrarini (1980, p.18) poderia se originar do Nheêngatu. Tapu= raiz, a parte da planta que fica a baixo da terra; tauá= lugar; Auá= adj. Demonstrativo, este, esta, esse, essa – a pessoa ou coisa de que se fala: Pauá= tudo, por completo, o que se completa; Pau= acabado. Daí Tapauá= esta raiz ou esta raiz que acabou.

região, pois Manaus perderia o recolhimento de impostos, porém pela pressão de Labre, no médio Purus a partir de 1881, passa a constituir o Município de Lábrea, com sede na vila do mesmo nome (FERRARINI, 1980).

No ano de 1891, o médio Purus sofreu nova divisão política, com o desmembramento e criação de Canutama com área de abrangência ao atual Tapauá, que passaram a fazer parte de sua jurisdição (FERRARINI, 1980). Foi somente em 19 de dezembro de 1955, que o então governador do Amazonas, Plínio Ramos Coelho, criou inúmeros municípios, dentre eles, Tapauá e Pauini⁸ que nasceram graças à atuação do Bispo da Prelazia, D. José Alvarez, que em contato com o governador do Amazonas, mostrou-lhe a necessidade da criação destes Municípios no vale do Purus (FERRARINI, 1976).

À época, o Município poderia ser instalado logo após a sua criação, pois havia a figura do prefeito nomeado. O primeiro prefeito nomeado foi Antônio Ferreira de Oliveira, conhecido como Antonio Cariri. “A instalação do município deu-se em 31 de janeiro de 1956, na Vila do Tapauá e contou com a presença do senhor Aristóteles de Queiros Pierre, prefeito de Canutama e representante do Senhor Governador” (FERRARINI, 1980, p. 41).

Diferente de muitos municípios que se constituíram a partir de vilas grandes e por consequente passaram a ser sede das cidades, em Tapauá este processo foi diferente, a vila era localizada na foz do rio Tapauá, não existia vila no lugar onde atualmente é a sede, existiam apenas dois cemitérios⁹, um localizado na terra vermelha (atual cemitério Santa Rita) e o outro onde é a praça central da cidade, não existia nada que pudesse atestar no local o aspecto de uma vila, tampouco que ali pudesse se constituir uma cidade. Como geralmente acontece ao serem estabelecidos os primeiros núcleos de povoamento, alguma coisa fica para atestar no passado os traços da energia do homem na evolução social (BITTENCOURT, 1918).

O lugar onde foi instalada a sede do Município na foz de Tapauá era inadequado para a construção de uma cidade por ser de várzea, sendo difícil instalar obras de infraestrutura devido a sazonalidade do rio. Segundo Sebastião A. Ferrarini:

[...] a sede de Tapauá na Boca de Tapauá, durante seis meses do ano seria uma 'Veneza Brasileira', e, por outros seis meses não passaria de um barracão recebedor de mercadorias. O local mesmo não prosperaria [...] só presta ao extrativismo: peixe em abundância, bichos de casco, madeiras ... Não há nas imediações seringal e por não ter terra firme, ausência de castanhal. Razão porque, o prefeito, volta logo para

⁸ Pela lei nº 96 de 19 de Dezembro de 1955, criam-se novos Municípios no Estado do Amazonas, entre eles o Município de Tapauá, Atalaia do Norte, Pauini, dispondo sobre seus limites e dando outras providências.

⁹ Entrevista com o senhor Luiz Wagner Lopes Reis, um dos moradores mais antigos da cidade, testemunha ocular da história de Tapauá. Chegou à cidade no dia 1 de maio de 1965 aos 15 anos.

Canutama e daí baixa a Tapauá. Permanece em Vista de Tapauá por alguns dias estudando 'in loco' a situação (FERRARINI, 1980, p. 30).

O prefeito Antônio Ferreira pensou em transferir a cidade para Paripi, área de terra firme mais abaixo da foz de Tapauá, mas o proprietário das terras não concordou por ter um grande e próspero seringal, além disso, havia um castanhal, recorreu-se a outros lugares, mas a impossibilidade de instalar a sede persistiu, sendo que nenhum lugar de terra firme abaixo da vila na foz de Tapauá foi cedido pelos donos dos seringais (FERRARINI, 1980).

Os coronéis de barranco dificultaram a transferência da sede na foz de Tapauá, pois iam contra os seus interesses de exploração da seringa e também da castanha na região, até que foi sugerido um terreno abandonado na foz do Ipixuna, cujo dono havia ido embora. Nas buscas posteriores, fixaram na foz do Ipixuna, despovoada, um local deserto e de boa terra firme, servindo assim como sede para o Município, fazendo com que o prefeito apresentasse o plano ao governo estadual, o qual foi aprovado.

O desmatamento para erguer a cidade teve início em junho de 1956. Até então, apenas residiam o comerciante de nome Milton Rosas, juntamente com seus empregados, o mesmo tinha um flutuante que servia como entreposto comercial, localizado em lugar estratégico, sendo fácil comprar o material que vinha dos rios Purus, Tapauá, Itaparaná, do Jacaré e do Ipixuna. O prefeito foi ao local para construir a cidade e ficou hospedado onde era possível, no flutuante do comerciante Rosas o único morador não indígena das imediações. Somente dentro do rio Ipixuna havia um outro morador não indígena e ocupava-se da pesca, o senhor João Elizeu Torres (FERRARINI, 1980).

A primeira construção foi o centro administrativo do Município, iniciada em 5 de março de 1957 e terminada a 11 de dezembro do mesmo ano, depois vieram as escolas e o posto de arrecadação municipal, construção das primeiras casas: casa do prefeito, prefeitura dando a existência da cidade (FERRARINI, 1980). Tapauá, nos seus primórdios, foi fundado por moradores do município de Lábrea, um pequeno grupo que Antonio Cariri trouxe e posteriormente um outro grupo que Sebastião Paiva trouxe, o segundo prefeito nomeado (ver apêndice 1). A maioria desses moradores provelmente voltou ao seu município de origem.

A população do Município de Tapauá era reduzida. Na cidade de Tapauá, em 1965, segundo senhor Wagner, haviam 68 casas e 280 habitantes, e poucos empregos na cidade,

porém haviam muitos seringais¹⁰, uns mais prósperos, outros nem tanto, que atraíam e concentravam a população. No entanto, a economia da borracha de maior expressão ocorria mais à montante, a densidade maior da população de migrantes nordestinos se concentrava um pouco em Canutama e aumentava no município de Lábrea, se expandindo para o estado do Acre.

A população do jovem Município de Tapauá tinha como principal fonte econômica o extrativismo, principalmente a seringa, castanha, souva, balata e no verão eles mudavam essa fonte econômica para a pesca do pirarucu e a captura de quelônios¹¹. A população que morava nessa região era advinda principalmente do baixo Purus, de Beruri e de outras regiões como: Manaquiri e Careiro da Várzea, dando existência à população do Município de Tapauá, além da população do Município que era predominantemente indígena, dos quais se destacam os Apurinã.

Segundo Daniel Albuquerque e Wagner Reis, a agricultura era inexpressiva, representada por pequenos roçados de mandioca e feijão de praia, e era voltada exclusivamente para a subsistência. Em torno de 70% da farinha era importada de Manaus. Lembra Wagner Reis que o senhor Daniel Albuquerque tinha uma casa aviadora onde eram comprados de 100 a 200 sacas de farinha e de 200 a 300 sacas de sal por mês, advindos de Manaus. O sal era utilizado para salgar o pirarucu e a farinha para a alimentação, pois não se plantava o suficiente para suprir as necessidades locais, pois a população estava voltada para outras atividades, como a pesca e o extrativismo.

Segundo relatos de moradores antigos, nas grandes enchentes (possivelmente a população se referia a de 1953 e as conseqüentes da década de 70), quando vinham as grandes alagações as casas típicas de palafitas eram destruídas e o pouco que se plantava, o que interferia nas práticas socioespaciais. As moradias flutuantes foram uma opção que parte da população ribeirinha do município de Tapauá e também de Beruri adotaram para superar tais obstáculos naturais, uma arquitetura que adequa a técnica do lugar com o meio ambiente: as cheias e vazantes dos rios, decorrentes do conhecimento pretérito herdado. Os que não “correram” para a área urbana da cidade de Tapauá, ou para outras cidades, principalmente

¹⁰ Entre 1950-65 no Município de Tapauá, cada localidade onde tinha muita seringa, foram aparecendo os coronéis de barranco. O Abdon Said foi um dos principais coronéis da região, escolhendo no Purus o seringal que ficou conhecido como o famoso seringal “Abufari do Abdon Said”, além do coronel Alberto Coelho, com o seringal do tambaquizinho, eram dos mais produtivos. O coronel Alberto Coelho e Abdon Said tinham freguesias de pescadores, castanjeiros e de recursos florestais madeireiros que se destacavam no Município, brigavam por esses espaços e arrendavam-nos muitos destes, recebendo parte da mercadoria produzida pelos fregueses e disponibilizando outros produtos, uma espécie de moeda de troca. Vinham principalmente para matar pirarucu, coleta de óleo de tartaruga e de peixe-boi que eram mandados para Manaus.

¹¹ Entrevistas com moradores antigos.

Manaus, trocaram as suas residências de terra para viverem em flutuantes, formando aglomerados humanos (comunidades ribeirinhas), que mesclam dois tipos de moradias: palafitas e flutuantes.

A dimensão cultural e as relações com a natureza passam a resignificar novas estruturas socioespaciais que não são tão novas assim, mas são mudanças, seja na forma de construir esse habitar, de se relacionar com a natureza, impondo certa “liberdade”, na criação de espaços feitos e refeitos como uma obra de arte, na dimensão que Henri Lefebvre utiliza, na capacidade de criar arte (especialidades) e que na Amazônia apresenta riqueza de valores de uso que sobrepõem aos de troca, pois têm na floresta e nos rios os elementos indispensáveis para fazê-lo.

A relação da sede municipal enquanto nó perante a rede urbana, os rios enquanto fluxos principais são importantes para compreendermos como a cidade de Tapauá se insere na dinâmica da rede urbana do Purus, a partir da estrutura que a mesma pode oferecer para a prestação de serviços para a população do Município e das áreas ao seu entorno.

O perfil urbano está inserido no contexto específico de mediação entre cidade, floresta e rio em que a ação da sociedade interage nesse espaço modificando e transformando a natureza e os modos de vida. Daí a necessidade de detalhar e se possível explicá-lo, pois a cidade apresenta, embora precariamente, as funções urbanas, que de certo modo, a torna similar a outras cidades amazônicas situadas às margens dos rios.

A sede do Município de Tapauá está localizada nas coordenadas geográficas de latitude de 5°37'47.98”S e longitude de 63°11'01.92” O, com altitude de 43 metros, e geomorfologia do sitio urbano típico de uma colina, situado à margem direita do Purus, na foz do rio Ipixuna, onde tal afluente desemboca no Purus em frente à cidade de Tapauá, provocando o encontro das águas entre o rio Ipixuna de águas negras e o Purus de águas barrentas.

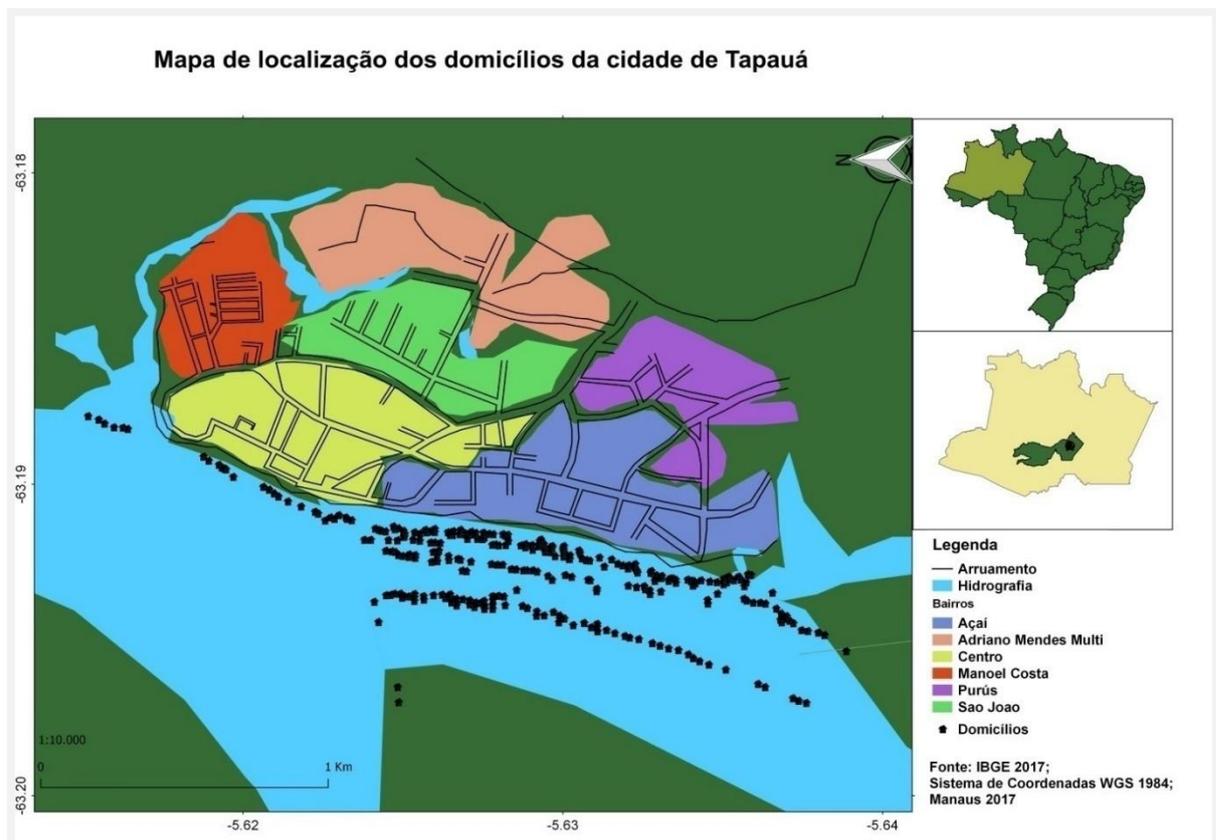
Figura 4: Orla da cidade de Tapauá



Fonte: Prefeitura Municipal de Tapauá, Foto de Edmar Barros, 2013

A cidade de Tapauá está estruturada a partir da divisão em 7 Bairros: Centro, Manoel Costa, São João, Mutirão (Armando Mendes), Açai, Purus e o Bairro Flutuante, composto por um tecido urbano que abarca o rio (ver figura 5).

Figura 5: Mapa Urbano de Tapauá-AM, com ênfase para os domicílios flutuantes



Os limites naturais condicionam o formato urbano da cidade, cortado ao norte e leste pelo igarapé do São João (é um elemento geográfico que divide o Bairro Manoel Costa do Mutirão), ao sul pelo Igarapé do Açaí e ao oeste pelo rio Ipixuna e Purus. Na produção do espaço,

As formas de relevo devem ser vistas e entendidas como um dos vários componentes da natureza e, na perspectiva humana, como um recurso natural, pois as variações de tipos de formas favorecem ou dificultam os usos que as sociedades humanas fazem do relevo (ROSS, 2009, p. 62).

A forma intraurbana não tem contiguidade, exatamente pela heterogeneidade do relevo, estruturada principalmente a partir dos terrenos mais elevados, dando conformidade às principais avenidas e ruas e deixando “terras presas” nas áreas mais baixas das encostas. Essas áreas de risco atualmente vêm sendo ocupadas pela população de baixa renda.

Pelas especificidades naturais da cidade, as moradias estão distribuídas proporcionalmente entre casas de estilo palafitas a mistas e umas poucas de alvenaria, presentes principalmente na área central da cidade. Os terrenos inclinados das encostas, popularmente chamados de ladeiras, na cidade, dificultam a construção de casas de alvenaria, além de ser uma construção de maior gasto, incompatível com o poder aquisitivo de grande parcela da população, o que faz predominarem as de palafitas na cidade (ver figura 6).

Figura 6: Casas palafitas no Bairro Rio Purus, Tapauá-AM



Foto: Arlan Justino - trabalho de campo agosto/2016.

As ruas são estreitas e predominam lotes de 12X30 m. Nos primórdios do surgimento da cidade a aquisição do lote era feito da seguinte forma: a população comprava os terrenos, alguns cedidos, construía as casas e ainda faziam plantações atrás dos terrenos, abrangendo limites conforme lhes conviesse, pois não havia um controle do tamanho do lote pela gestão pública, haviam poucos moradores na cidade, a natureza prevalecia na imensidão perante o espaço urbano ainda em fase de estruturação e crescimento.

Quando a cidade foi crescendo e se expandindo é que a Prefeitura a partir do ano de 1970, tomou o cuidado de estabelecer o padrão atual do lote, mas em alguns terrenos, principalmente nos Bairros Centro e Açaí, quando a mesma passou a titular a terra, ampliar as ruas, em muitos lotes já existia a posse. Desse modo, a gestão municipal preservou a posse da terra de alguns lotes, pelo tempo de uso dos proprietários. Geralmente são os moradores antigos da cidade que detêm lotes maiores e os demais foram levados à padronização.

Na cidade existem duas praças: Daniel Albuquerque e Raimundo Andrade, ambas localizadas no Centro, a segunda é a praça principal, a que apresenta o maior tamanho, e é onde as festividades culturais da cidade são realizadas e há ainda a influência da igreja católica presente no perímetro da praça. Encontra-se nas dependências o salão paroquial Dom José Álvares, que antigamente era uma escola gerida pela Igreja Católica. Por ser de propriedade da Igreja a mesma não quis se desfazer do patrimônio e na contemporaneidade apresenta outra forma e função para as atividades da igreja, como para a comunidade em geral, onde são realizados eventos religiosos, palestras de utilidade pública e outros, fazendo parte da estrutura da praça.

Figura 7: Praça Raimundo Andrade, Tapauá-AM



Foto: Arlan Justino -Trabalho de Campo, setembro/2016

A Praça Daniel Albuquerque apesar de ser menor é a que apresenta maior centralidade e melhor infraestrutura, é o espaço público bastante utilizado pela população.

Também existe na cidade o Centro Cultural, um espaço voltado para atividades culturais, localizado no Bairro São João, mas que não funciona, precisando de reparos na sua infraestrutura e incentivos para a realização de eventos culturais.

Ainda sobre as atividades de lazer em Tapauá existem: 1 academia de ginástica (Moviment, que funciona de segunda à sexta das 7h:00 as 22h:30 min, com mensalidades de R\$ 70 reais); três casas de Shows (Vovô Guito, Ponta do Vento e o Planeta Tapauá com festas sempre aos finais de semana); além dos jogos de dominó, cartas aos fins de tarde na frente das residências, atividades que unem e fortalecem o vínculo de amizades entre os vizinhos.

Com relação aos equipamentos de educação, a cidade conta com 3 escolas Estaduais: Antônio Ferreira de Oliveira, Professora Marizita (ver figura 8) e Marcelino Champagnat, totalizando 2.549 alunos matriculados no ano de 2016, atendendo as modalidades de ensino fundamental, médio e tecnológico. Dispõem de quadra coberta dentro das suas dependências apenas as duas primeiras escolas, onde são realizadas as atividades de educação física, mas também é o local para a realização dos eventos culturais e das festividades escolares.

Figura 8: Escola Antônio Ferreira e Prof. Marizita



Foto: Arlan Justino - Trabalho de Campo, setembro/2016.

A cidade não apresenta equipamentos suficientes para a realização das práticas poliesportivas, comportando apenas uma quadra coberta: Raimundo Nery, localizada no centro, onde são realizados os principais torneios esportivos de futsal e vôlei. Mas também são encontrados na cidade: 1 quadra que não é coberta, presente no Bairro do Mutirão (ver figura 9), que atende principalmente a população do bairro; 1 quadra de areia, e 1 campo de futebol, localizados no bairro do Açaí e Rio Purus. Todos os estabelecimentos esportivos, com exceção do campo, encontram-se necessitando de reformas e reparos nas estruturas.

Figura 9: Quadra do Mutirão e quadra Raimundo Nery



Foto: Arlan Justino - Trabalho de Campo, setembro/2016.

Como a cidade não dispõe de quadras suficientes para atender a demanda da população urbana, as duas escolas acabam atendendo também a comunidade externa, para a realização das práticas poliesportivas. Nos horários alternativos em que as quadras não estão em uso pelos estabelecimentos educacionais elas se tornam o lugar do encontro para o esporte.

A escola Marcelino Champagnat realiza suas atividades de educação física nas dependências do pátio da mesma, apesar de impróprio é a única opção, visto que inexistem quadra e nem espaço para a construção de uma quadra coberta. Todas as escolas estaduais são providas de um quadro de recursos humanos moderados, conforme pode ser observado na tabela 1.

O ensino municipal conta com três escolas, Pantaleão Aurélio de Araújo, Senador Artur Virgílio Filho (ver figura 10) e Professor Paulo Freire, e duas escolas de educação infantil: Raio de Luz e Professor Amadeu Nery (ver figura 10), atendendo as modalidades do ensino de educação infantil e Fundamental, que totalizam 1.720 alunos matriculados no ano de 2016.

Figura 10: Escola Senador Artur (esquerda) e Professor Amadeu Nery (direita)



Foto: Arlan Justino - Trabalho de Campo, setembro/2016.

Tabela 1: localização, Modalidades de ensino, Recursos Humanos, e alunos matriculados

Nome da Escola	Localização	Modalidades de ensino	Recursos Humanos	Nº Alunos Matriculados
Escola Estadual Antônio Ferreira de Oliveira.	Avenida Presidente Costa e Silva – Centro	Ens. Fundamental (6ª ao 9ª ano) regular e tecnológico. Ens. Médio (1º ao 3º ano) regular e tecnológico.	12 Funcionários 56 professores	1.437
Escola Estadual Professora Marizita.	Avenida Presidente Castelo Branco – Centro	Ens. Fundamental 1º ciclo (1º, 2º, 3º ano) e 2º ciclo (4º e 5º ano) Ens. Fundamental Avançar -2ª Fase. Ens. Médio – Mediação Tecnológica (3º ano) EJA Ens. Médio Etapa Única.	9 Funcionários 20 professores	480
Escola Estadual Marcelino Champagnat	Avenida Presidente Costa e Silva – Açáí	Ens. Fundamental 1º ciclo (1º, 2º, 3º ano) e 2º ciclo (4º e 5º ano). Ens. Fundamental Avançar – 2º fase. EJA - Fundamental 2º, 4º e 5º Fase – Mediação.	11 Funcionários 23 professores	632

Fonte: Secretaria Estadual de Educação, Representação Tapauá- AM

Inexiste nos estabelecimentos de ensino municipal quadra coberta, as atividades lúdicas são oferecidas nas próprias dependências da escola, nos pátios, corredores, com exceção dos alunos do ensino fundamental 2º fase, em que as atividades de educação física podem ser realizadas em outros lugares, como na quadra Raimundo Nery, ou na quadra de Areia, caso seja uma atividade programada pelos docentes, os alunos precisam ser deslocados dos espaços educacionais para tais fins. O município dispõe de um micro-ônibus que faz o transporte das crianças do ensino fundamental 1ª fase nas escolas.

Todas as escolas municipais são providas de um quadro de recursos humanos moderados, conforme pode ser observado na tabela 2.

Tabela 2: Recursos Humanos, localização das escolas municipais e alunos matriculados

Nome da Escola	Localização	Modalidades de ensino	Recursos Humanos	Nº Alunos Matriculados
Escola Municipal Pantaleão Aurélio de Araújo	Rua Pantaleão Aurélio de Araújo – Manoel Costa	Ens. Fundamental 1º ciclo (1º, 2º, 3º ano) e 2º ciclo (4º e 5º ano). Ens. Fundamental – 2º fase.	13 Funcionários 21 Professores 05 Monitores	266
Escola Municipal Arthur Virgílio Filho	Rua Amazonas – Açáí	Ens. Fundamental 1º ciclo (1º, 2º, 3º ano) e 2º ciclo (4º e 5º ano). Ens. Fundamental – 2º fase.	21 Funcionários 50 Professores	784
Escola Municipal Professor Paulo Freire	Rua Carlos Gonçalves – Rio Purus	Ens. Fundamental 1º ciclo (1º, 2º, 3º ano) e 2º ciclo (4º e 5º ano). Ens. Fundamental – 2º fase.	14 Funcionários 21 Professores 09 Monitores	234
Esc. Educação Infantil Raio de Luz	Avenida Deputado Danilo Correa – Centro	Ens. Infantil	15 Funcionários 12 Professores 10 Monitores	180
Centro Municipal de Educação Infantil Amadeu Nery Carneiro	Rua Ivo Ferreira – São João	Ens. Infantil	20 Funcionários 12 Professores 19 Monitores	256

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

A respeito da infraestrutura das escolas estaduais e municipais, ambas estão equipadas com salas climatizadas, cada escola dispõem de cozinha com pias, fogões, freezers, armário e utensílios para a preparação da merenda. A origem dos produtos da merenda é advinda em sua maioria de Manaus, tanto da rede estadual quanto a municipal e participam ambas do programa de regionalização da merenda escolar.

De acordo com a sazonalidade/safra, a entidade executora realiza compra de produtos regionais referentes a 30% dos recursos disponibilizados para a compra da merenda escolar regionalizada exigido pelo Fundo Nacional Desenvolvimento Estudantil. As escolas compram produtos regionais como: macaxeira, melancia, hortaliças (cebolinha, cheiro verde), açáí, jerimum, banana e outros produtos por meio de um cadastro realizado em parceria com a Cooperativa dos Agricultores são beneficiados no período de safra de cada produto. As

escolas da rede Estadual e Municipal estão distribuídas na cidade como pode ser vista na figura 11 a seguir:

Figura 11 : Mapa de distribuição de escolas

Mapa de localização das escolas da cidade de Tapauá



O ensino profissionalizante é de responsabilidade do CETAM e está presente no centro da cidade, porém até o momento, a estrutura física existente do órgão apenas comporta as funções administrativas, pois os cursos técnicos são oferecidos em outras unidades escolares.

No momento, o único curso disponível é o técnico de enfermagem, com duas turmas e cursos de qualificações: corte e costura, informática básica e avançada. As aulas são ofertadas nas escolas estaduais e municipais, conforme a demanda de alunos e disponibilidade de salas cedidas pelas escolas. Há ainda na cidade um núcleo da Universidade do Estado do Amazonas em construção, localizado no bairro Mutirão (ver figura 12), mas já são ofertados os cursos de Tecnologia em Gestão Pública e Licenciatura em Letras, as aulas são ministradas nas dependências da Escola Estadual Antônio Ferreira de Oliveira (Dados de campo, agosto de 2016).

Figura 12: Núcleo da UEA na cidade de Tapauá-AM



Foto: Arlan Justino - trabalho de Campo, agosto/2016

Na cidade há ainda o projeto educacional Centro Esperança mantido pela igreja católica, uma escola profissional para os jovens de baixa renda, onde são ofertados cursos de violão, informática, artesanato, crochê, reforço escolar entre outras atividades, atendendo 187 adolescentes de até 18 anos.

A saúde em Tapauá conta com apenas um hospital: Ana Tereza Ponciano, localizado na Avenida Presidente Costa e Silva, Bairro Açaí, com 20 leitos disponíveis. Existem em Tapauá 5 UBS que atendem os Bairros: Manoel Costa, Centro, São João, Mutirão, Açaí, Rio Purus, Bairro Flutuante, e a população rural do município. As figuras 13 e 14 mostram os principais equipamentos de saúde da cidade.

Figura 13: Hospital Ana Tereza Ponciano



Foto: Arlan Justino - trabalho de Campo, agosto/2016

Figura 14: Unidades Básicas de Saúde



Foto: Arlan Justino - trabalho de Campo, agosto/2016

O corpo técnico das UBS pode ser observado na tabela 3 a seguir.

Tabela 3: UBS de Tapauá, endereço e recursos humanos

NOME	ENDEREÇO	RECURSOS HUMANOS
UBS Clara Freire	Av. Pres. Costa e Silva - Centro	1 Médico Cubano 1 Dentista 6 Agentes de Saúde 1 Enfermeiro 2 Técnicos 1 Auxiliar
UBS Rio Purus	Rua Raimundo Jorge de Andrade – Açaí	1 Médico Brasileiro 1 Dentista 8 Agentes de Saúde 1 Enfermeira 1 Técnico 1 Auxiliar 2 Recepcionista
UBS Açaí	Rua Raimundo Jorge de Andrade – Açaí	1 Médico Cubano 1 Dentista 5 Agentes de Saúde 1 Enfermeiro 1 Técnico 1 Auxiliar 2 Recepcionista
UBS Foz de Tapauá	Rua Raimundo Jorge de Andrade – Açaí	1 Médico Brasileiro 1 Dentista 1 Enfermeiro 1 Técnico 2 Auxiliar 2 Recepcionista
UBS São João	Rua Antônio Gonçalves – São João	1 Médico Cubano 1 Dentista 4 Agentes de Saúde 1 Enfermeiro 1 Técnico 1 Auxiliar 2 Recepcionista

Fonte: Pesquisa de Campo, dados das UBS, agosto de 2016

Os equipamentos de saúde estão espacializados na cidade do seguinte modo: (ver figura 15). Nota-se que 3 das 5 UBS estão localizadas no Bairro do Açaí, mesmo atendendo os moradores de outros bairros, como do Rio Purus, que muitas vezes estão distantes do local em que são oferecidos os serviços. Percebe-se que a localização das UBS não está distribuída de modo que possa proporcionar um melhor atendimento e praticidade para a população.

Figura 15: Mapa dos equipamentos de saúde da cidade

Mapa de localização das unidades de saúde da cidade de Tapauá



A UBS Rio Purús atende a população do referido bairro como também a população do interior: as comunidades localizadas nos rios Ipixuna, Itapananá e os moradores do Bairro Flutuante. Pela localização das casas flutuantes, o local do atendimento torna propício o deslocamento e acesso aos serviços de saúde, principalmente quem mora na margem direita do rio a que dá acesso a terra, e de parte da população do bairro flutuante, pois estão geograficamente “próximos” dos serviços que são oferecidos na cidade. A UBS do São João atende os moradores do referido bairro e do Mutirão, pois o mesmo não dispõe de tal serviço como já ressaltado, a UBS foz de Tapauá, apesar de está localizado no Bairro do Açai, atende apenas a população da zona rural do Município, com exceção das localidades rurais já citadas. Os horários de atendimento das UBS são de segunda a sexta das 7 às 17 horas.

A respeito da naturalidade dos médicos, 3 são cubanos, advindos do Programa Mais Médicos, do governo federal que existia quando da realização da pesquisa de campo em agosto de 2016. No período, existia um médico de plantão no hospital, este não foi contabilizado no quadro anterior, há um revezando no atendimento entre as UBS e o plantão no Hospital. As especialidades médicas encontradas na cidade são: 1 Ginecologista que responde como cirurgião geral, 2 especialistas em saúde mental, e 3 especialistas em saúde da família (Cubanos).

Os exames realizados no município são: Hemograma completo, teste rápido de HIV, Hepatite, Sífilis e Raio X. Existe um aparelho de mamografia, mas devido à falta de corpo técnico capacitado e conexão com internet para recorrer a um mastologista em Manaus para sanar possíveis dúvidas, a tecnologia para o combate ao câncer de mama não é realizada na cidade.

Na cidade, também existe o Centro de Apoio da Saúde Indígena – CASAI, localizado na Avenida Presidente Costa e Silva, no Bairro do Açaí, responsável pelo atendimento médico, odontológico dos povos indígenas pertencentes ao município.

Para a realização do atendimento, o CASAI é provido de 2 carros para o deslocamento na cidade, 1 barco de 16 metros equipado para o apoio de transporte dos profissionais de saúde, uma equipe multidisciplinar que atendem as aldeias indígenas, 2 motores de poupa: 1 motor 115 e 40 cavalos, todos equipados. O corpo técnico é composto de:

Tabela 4: Corpo Técnico do CASAI

Função	Quantidade
Chefe da CASAI	1
Enfermeiro	5
Técnico de Enfermagem	11
Assistente Social	1
Segurança	5
Agente de endemias	3
Oficial Administrativa	1
Motorista	3
Cozinheira	2
Piloto Fluvial	2
Ass. Saúde Bucal	1
Serviços gerais	2
Nutricionista	1
Dentista	1
Agente de Endemias	1
Médico	1

Fonte: Dados fornecidos pelo CASAI, setembro de 2016

As principais doenças indígenas no município são as infectocontagiosas, dentro delas destacam-se a infecção respiratória, a gripe, diarreia e infecção na pele (dermatites em geral), cefaleia, um tipo que é hereditário, principalmente presente nas mulheres, hipertensão e poucos casos de diabetes (Informações do CASAI, 2016).

Durante os meses de chuva aumenta os índices de gripe nas aldeias e nos meses secos, aumenta o de diarreia, além das verminoses que estão presentes ao longo de todo o ano, haja vista que muitos povos indígenas tomam água diretamente do rio, pois há a crença de que a água do rio é “limpa” e que não precisam de águas provenientes de outras fontes. Há um trabalho de educação feito pelo órgão para tentar reduzir os índices de verminoses que poderiam ser solucionados pelo consumo de água potável, que o CASAI disponibiliza para as aldeias.

Existem duas clínicas odontológicas particulares que prestam serviços em geral, mas principalmente ortodônticos e uma ótica que uma vez por mês traz um oftalmologista de Manaus para a cidade com vistas à realização de exames e fornecimento de óculos.

Estão presentes também os serviços alternativos de rezadores, muito frequentes na cidade e adeptos por parte da população, enraizada na cultura popular herdado dos mais velhos, a crença continua se perpetuando na cidade, um conhecimento que não pode ser desprezado, visto que a prática ainda é expressiva. Na cidade há venda de remédios caseiros e de plantas medicinais. Na casa das Irmãs Oblatas da Assunção, são realizadas consultas ao público com diagnósticos e tratamento com fitoterápicos.

A segurança na cidade é de responsabilidade da 64ª Delegacia de Polícia Militar de Tapauá (DIP-Tapauá-AM), localizada no, Bairro do Açaí. O recinto apresenta duas celas com capacidade para 5 detentos cada, entretanto, no período de realização do trabalho de campo havia 30 detentos, sendo uma mulher que fica em cela especial, dos 29 detentos, 4 estão em regime semiabertos e que apenas vão para dormir. O corpo técnico é composto por 1 escrivão, 1 delegado e 3 policiais para a ronda, além do apoio dos guardas municipais da cidade. Como a demanda de policiais é insuficiente, a cada 30 dias vem uma equipe de 6 policiais de Humaitá, para reforçar o patrulhamento, nesse período os mesmos ficam residindo na Guarda da Polícia Militar que serve como alojamento, no antigo prédio da DIP de Tapauá (Dados de campo, agosto, 2016).

A empresa responsável pela distribuição de Energia Elétrica em Tapauá é a Amazonas Energia, localizado na Rua Adriano Castro no centro da cidade, com capacidade de geração de energia de 4.720 KW, com ponta de carga de 2.300 KW no horário de pico.

Na cidade há 3.210 consumidores registrados no último levantamento realizado em 2015, sendo que destes, 219 registros são oriundos do Bairro Flutuante, onde é paga a energia normalmente. Há um grande número de residências que não pagam energia na cidade, seja por aquisição de ligações clandestinas nos bairros mais periféricos (Rio Purus, Mutirão e Flutuante), como também pela falta de controle mais efetivo, que não consegue inibir ações ilícitas, como nos foi relatado em entrevista.

O abastecimento de água é de responsabilidade da Prefeitura Municipal. A forma de captação é por meio de 19 poços semi-artesianos distribuídos nos bairros, onde os mesmos, segundo a prefeitura possuem uma vazão suficiente para suprir as necessidades dos moradores da cidade¹². Em Tapauá não é cobrado taxa de consumo pelo serviço e o número de consumidores atendidos é de 3.192 (Dados Prefeitura Municipal, 2016).

A coleta dos resíduos sólidos é feita de segunda a sexta utilizando um caminhão compactador para a coleta com capacidade de 8 toneladas (ver figura 16).

Figura 16: Caminhão utilizado na coleta de resíduos sólidos



Foto: Arlan Justino - Trabalho de Campo, fevereiro/2016

Esse procedimento é feito das 7h:00 às 13h:00. Há duas equipes que realizam a limpeza na cidade, uma em terra e outra no rio. A equipe responsável pela coleta em terra é

¹² Entretanto pode-se constatar em campo, que os problemas relacionados ao abastecimento de água em locais pontuais e aí destacam todos os Bairros, principalmente no Mutirão e Rio Purus são oriundos da falta de pressão na distribuição da rede que não chega a todas as casas de forma homogênea, devido à geomorfologia irregular que a cidade apresenta.

composta por 3 trabalhadores: 1 motorista, 2 garis. No rio é composta por 4 trabalhadores: divididos em duplas, cada uma é composta por 1 piloto do bote e 1 responsável pela coleta nas casas flutuantes.

A equipe do rio inicia-se mais cedo, as 06h:30min, devendo realizar toda a coleta do lixo em todos os flutuantes até o limite máximo das 10h:30min, depositando no porto norte, onde fica o porto oficial, toda coleta, isto por que, a outra equipe, responsável pelo trabalho em terra se encarrega de levar ao destino final, passando pelo porto norte sempre às 10h:30min, recolhendo o lixo e dando prosseguimento ao trabalho.

A coleta no rio inicia-se no primeiro ponto, localizado no porto flutuante desativado, senador Arthur Virgílio Filho. No galpão abandonado do mesmo são descartados os resíduos sólidos provenientes principalmente das embarcações, é feito nesse primeiro momento a limpeza do galpão. Vale ressaltar que grande parte do lixo é jogado no chão sem ao menos ser ensacado, os trabalhadores da coleta ainda fazem o trabalho que era para ser dos próprios donos das embarcações e moradores.

Observou-se nos trabalhos de campo realizados, que os trabalhadores da coleta não utilizam vestimentas adequadas, portando bermudas, camisas de manga cumprida, sandálias e luvas que não protegem contra acidentes e que podem ser ocasionados pelo contato direto com objetos cortantes, conforme a figura 17 nos mostra.

Figura 17: Trabalhadores da coleta com vestimentas inadequadas na cidade de Tapauá-AM



Foto: Arlan Justino - Trabalho de Campo, fevereiro/2016

Ao término da coleta no galpão e limpeza consequente, o lixo é transportado para o porto norte, descarregando, e dando prosseguimento à coleta nas casas flutuantes (ver figura 18).

Figura 18: Lixo depositado no porto norte - Cidade de Tapauá-AM



Foto: Arlan Justino – Trabalho de Campo, fevereiro/2016

Cada bote é responsável por uma margem do rio, coletando até a capacidade máxima do mesmo e depositando no porto norte, dando continuidade ao trabalho até o término dos flutuantes de sua margem responsável e por fim ambos revezam na coleta do meio do rio.

Os moradores do Bairro Flutuante já sabem que todos os dias naquele horário estipulado é realizado o serviço, alguns facilitam o trabalho da coleta, colocando o lixo na varanda, outros penduram seu lixo nas laterais dos flutuantes, porém ainda falta conscientização de todos os moradores a respeito do descarte correto, vale destacar que em muitas casas não havia sacolas de lixo¹³, nesses casos o morador improvisava, colocando os resíduos sólidos em pequenos sacos plásticos, em sacolas de fibras, caixas de papelão, bolsas velhas, enfim, de um modo que possa ser transportado.

Porém em outros casos é curiosa a forma do descarte, o morador deposita o seu lixo dentro da sua sacola plástica, mas não entrega, pois afirmam que não vão ter sacos de lixo para o próximo dia, desse modo, ele deposita os seus resíduos para uma outra sacola já presente no bote, exatamente para esses casos específicos, e assim o morador fica com a sua sacola para o próximo dia, esse procedimento foi observado em muitas casas flutuantes.

Ao coletar o lixo de toda a cidade: terra/rio é depositado num lixão a céu aberto (ver figura 19), que vai contra todas as normas ambientais, principalmente relacionados ao descarte de seus resíduos. Foi presenciada a queima do material, porém segundo relatos dos trabalhadores da coleta esse procedimento criminoso é feito por catadores, algo que não foi comprovada a veracidade das informações.

¹³ No campo realizado no dia 22 de Fevereiro de 2016, foi observado como é feita a coleta seletiva do Lixo no Bairro Flutuante. Segundo os garis, a prefeitura disponibiliza sacolas de lixo para os moradores, mas pelas observações e relatos dos mesmos, estava em falta as sacolas já havia alguns dias, além de que muitos relataram que a distribuição de sacolas não atendia as necessidade mensais.

Figura 19: Lixão da cidade de Tapauá

Foto: Arlan Justino – trabalho de Campo, fevereiro/2016

Mesmo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos nº 12.305/2010, que prevê a erradicação dos lixões no prazo de 4 anos, cujo o cumprimento foi prorrogado até 2021 para os pequenos Municípios na cidade nada se tem feito para cumprir os prazos para a construção de um aterro sanitário. O lixão dista aproximadamente 2,5 km da cidade, no ramal da AM-366 que liga Tapauá a BR-319, do lado oposto à divisa com terras indígenas Apurinã de São João e Tauamirim. Os resíduos descartados no lixão são de origem comercial, residencial e hospitalar e apenas o de hospitalar é recolhido e enterrado. Os resíduos são depositados nessa área há quase 35 anos.

Com relação à comunicação, a cidade conta com o correio, apresenta telefonia fixa e móvel. A primeira a se instalar na cidade foi a telefonia Oi, em seguida a Vivo, e por último a Claro. Existem serviços de provedor de internet privado que atende pequena parcela da população esse serviço é oferecido por duas empresas: Maia info.net e Raimundo Internet, a primeira tem 64 clientes e a segunda 52 clientes que recebem o sinal via rádio com velocidade de 128 kbps por cada casa e que pode ser aumentada dependendo do plano, pagando em média R\$165, 00 (cento e sessenta e cinco reais) pelo serviço (Dados de campo, agosto/2016).

Inexiste na cidade serviços de acesso à internet gratuito, há duas lan houses principais, ambas localizadas no centro da cidade, porém a baixa velocidade dificulta o acesso, isso ocorre devido ao compartilhamento de muitos computadores para um mesmo sinal. São cobrados R\$ 3 reais a hora para o acesso do sinal em um celular e 4 reais para o acesso a um computador.

Há duas transmissoras de canais de TV, a Rede Amazônica e Rede Boas Novas. Para o acesso aos demais canais é necessário a compra de antenas parabólicas (gratuitas), um equipamento bastante comum nas casas da maioria da população. Atualmente a aquisição de

antenas parabólicas privadas é da empresa SKY que tem um revendedor na cidade e desde 2012, vem disponibilizando o serviço, o mesmo nos relatou que já instalou nesse período em torno de 500 SKYs na cidade e que o número de usuários do serviço só vem aumentando, graças a diversos planos compatíveis com o poder aquisitivo das famílias.

Um serviço de grande utilidade para a população em geral é a Rádio Comunitária Católica, que retransmite da sede para as comunidades ribeirinhas notícias de utilidade pública e entretenimento.

O sistema financeiro na cidade é composto por: uma agência do banco Bradesco (ver figura 20), que conta com três caixas eletrônicos disponíveis, localizado na Avenida Presidente Castelo Branco, conta também com o Bradesco expresso, localizado em 3 pontos comerciais: na Ferragem Ezequias, Mercadinho Sthephane e Frios MG, todos no centro da cidade e a agência do Correio tem o correspondente do Banco do Brasil, banco postal (ver figura 20), há uma casa lotérica com o correspondente da Caixa Econômica Federal localizado no Bairro do Açaí, além de duas financeiras que fazem empréstimos consignados.

Figura 20: Banco Bradesco e Correio na cidade de Tapauá-AM

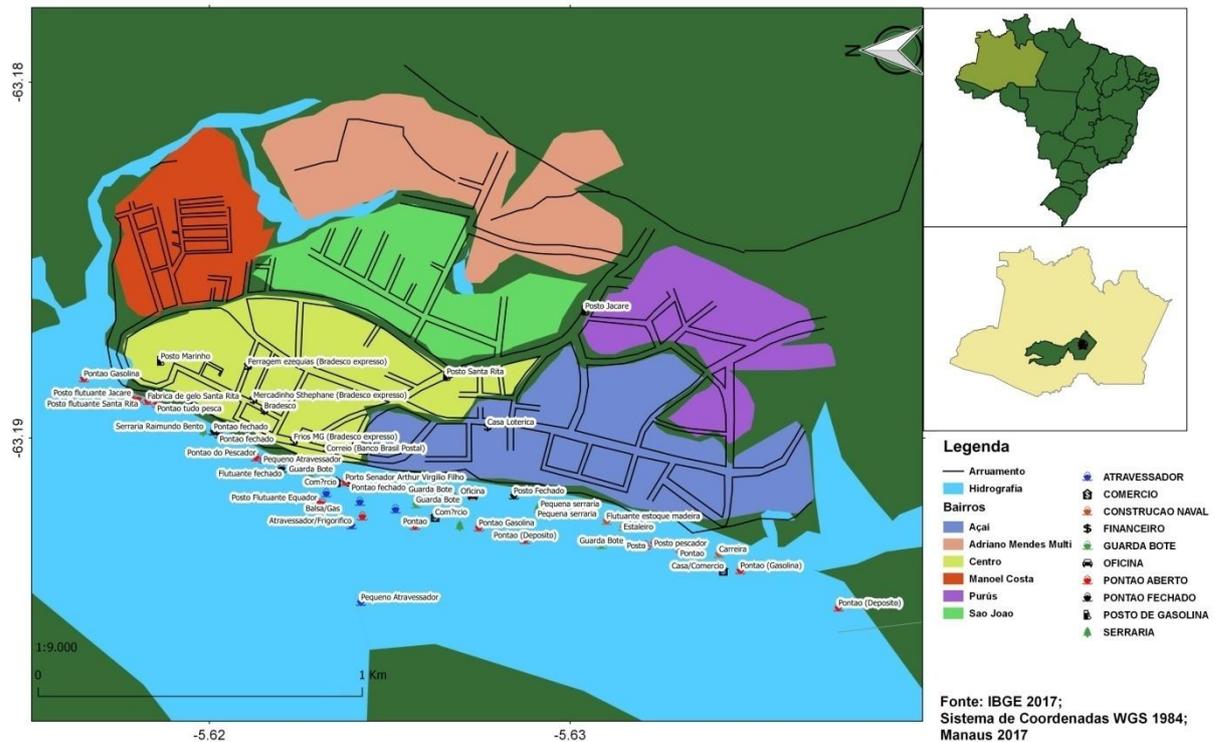


Foto: Arlan Justino – trabalho de Campo, setembro/2016

Na cidade de Tapauá, o centro não é apenas o lugar da história, da memória e do surgimento e crescimento da cidade, é também a sua centralidade, materializada e estruturada a partir de uma infraestrutura que comporta os principais tipos de serviços disponíveis na cidade já descritos anteriormente, de educação, saúde, esporte, agências bancárias, tendo na sua dinâmica a capacidade de atrair o maior fluxo de pessoas, mercadorias, serviços e concentrando os principais pontos comerciais (ver figura 21) da e na cidade.

Figura 21: Mapa dos principais pontos comerciais da cidade de Tapauá-AM

Mapa de localização dos estabelecimentos comerciais da cidade de Tapauá



A respeito do comércio e de como ele está estruturado, é importante atentarmos que na cidade de Tapauá há uma elite que domina determinados segmentos da economia, nos mais diversos ramos que serão destacados a seguir. Essa elite não está somente atrelada às funções comerciais, são capazes de influenciar na política da cidade, a eleger vereadores e prefeitos, para cargos que favoreçam os seus interesses, para a ampliação, lucratividade dos seus empreendimentos.

Os demais segmentos de classe como funcionalismo público, os grupos sociais ligados às atividades primárias, buscam se fazer representar na cidade e no Município, visando se fortalecer passam a se organizar para juntos alcançar objetivos comuns, conseguindo eleger representantes como vereadores para lutar por seus interesses na formação de sindicatos, cooperativas e associações. A representatividade pela pesca é bastante forte na cidade, estão presentes: 1 colônia, 1 associação e 1 cooperativa de pescadores abrangendo todo o Município.

Tabela 5: Associados na Colônia, Associação e Cooperativa de pescadores do Município.

Colônia de Pescadores “AM 27” de Tapauá	Associação de Pescadores Artesanais de Tapauá –AM	Cooperativa de Pescadores de Tapauá –AM
2200 ativos associados	1100 ativos associados	712 ativos associados
1700 recebem o seguro defeso	1000 recebem o seguro defeso	537 recebem o seguro defeso
1260 associados da zona rural	Não disponibilizou as informações	Não disponibilizou as informações
940 associados da zona urbana	Não disponibilizou as informações	Não disponibilizou as informações

Fonte: Dados coletados na Colônia, Associação e Cooperativa.

Em atividade, existe também a Associação de Produtores Rurais do Desenvolvimento Sustentável APDS- Sumaúma, com 100 associados e a associação do acordo de pesca Sumaúma rio Abufari, com 33 associados. Há também o sindicato dos profissionais de educação em Tapauá, com 200 associados (Dados Campo, setembro/2016).

Há concentração dos principais comércios da cidade, entre as Avenidas: Presidente Costa e Silva, Presidente Castelo Branco e Ruas: Adriano Castro, Marechal Deodoro e Muraid Said, todas no Centro da cidade, onde estão distribuídas as principais drogarias, casas comerciais, postos de gasolina e outros, enfim, uma variedade de produtos para o consumo.

Existem 3 postos de gasolina em terra: Posto Santa Rita, Posto Marinho (ver figura 22) e Posto Jacaré, ambos com bandeiras diferentes, o primeiro da Shell, o segundo da Equador e o terceiro da Atem, o preço da gasolina nos postos é de R\$ 4,30 (quatro reais e trinta centavos, o litro), com exceção do Posto Marinho que é de R\$ 4,44 (quatro reais e quarenta e quatro centavos, o litro).¹⁴

Figura 22: Postos de Gasolina de Tapauá-AM

Foto: Arlan Justino - trabalho de Campo, setembro/2016

¹⁴ Dados de campo, agosto/2016

Tapauá conta com 5 drogarias: Drogeria Guedes, Drogeria Santa Rita, Drogeria Econômica, Drogeria Ducarmo e Drogeria Popular (ver figura 23), esta última se destaca perante as demais no ramo farmacêutico, cosméticos e perfumarias com 4 drogarias existentes na cidade: 1 sede no centro e 3 filiais: 1 filial também localizadas no centro da cidade, 1 no Bairro Açai e 1 no Bairro São João, somente a mesma tem autorização para a venda de medicamentos controlados na cidade e é a que apresenta uma maior diversidade e quantidades de medicamentos, oriundos de Manaus.

Figura 23: Drogeria Popular sede e filial



Foto: Arlan Justino - trabalho de Campo, setembro/2016

Não existe mercado municipal em Tapauá, apenas 1 feira do produtor chamada Cassiano Cavalcante de Menezes (ver figura 24), porém a mesma não funciona, os boxes encontram-se fechados com apenas dois feirantes trabalhando no recinto (dados, agosto de 2016). Localiza-se no Bairro Rio Purus, distante da área central da cidade, onde o fluxo intra-urbano é menor. Os feirantes preferem vender seus produtos nas ruas da cidade – das quais se destacam a rua 2 no bairro do Açai – do que na feira, ou para os comerciantes locais, pois segundo relatos conseguem melhor preço, sendo que as chances de venda são maiores.

Figura 24: Feira Cassiano Cavalcante



Foto: Arlan Justino - trabalho de Campo, setembro/2016

Na cidade também não há supermercados, apenas mercadinhos e tabernas, responsáveis pela dinâmica comercial. As tabernas¹⁵ são pequenos estabelecimentos comerciais encontrados em todos os bairros e praticamente em quase todas as ruas da cidade em que o comprador solicita o produto e é atendido no balcão, é o serviço da compra “rápida”, pois estão sempre próximos das residências.

Em Tapauá se destaca dentro dessa modalidade a “Mercearia do Juca”, com 1 sede no centro da cidade e 3 filiais: no centro, em São João e no bairro do Açaí, o diferencial deste empreendimento é o tamanho maior que comporta grande variedade de produtos, porém não é considerado como mercadinho pois o sistema de compra/balcão prevalece, enquanto que o mercadinho tem disponíveis caixas. Na cidade, todos os mercadinhos encontrados, são dotados de no máximo dois caixas para a efetuação do pagamento de suas compras.

Os maiores mercadinhos e mais populares podem ser relacionadas num total de sete, quais sejam: Casa Andrade, Mercearia Bang, Mercadinho André Vaz, Mercadinho Bom Preço, Casa Botelho e conta com quatro ferragens principais: Ezequias, Andrade, São Francisco, Normando Filho, todos os empreendimentos localizados no centro da cidade, com exceção do Mercadinho do Brito, Mercearia Vascão, muito populares, localizados nos bairros Açaí e São João, porém existe uma infinidade de empreendimentos que dinamizam a economia e a centralidade na cidade que podem ser observados na tabela 6.

¹⁵ A esse respeito consultar o livro *Cesta básica na ponta do lápis: práticas de pesquisa em geografia* dos autores: André de Oliveira Moraes, Moises Augusto Tavares Pinto e Tatiana Schor.

Tabela 6: Empreendimentos comerciais na cidade

Nome	Endereço	Modalidade
Mercadinho Progresso	Av. Pres. Costa e Silva – Centro	Gêneros alimentícios
Armarinho Só o Senhor é Deus	Rua Adriano Castro – Centro	Loja de confecções e calçados
Loja Agenor	Rua Adriano Castro – Centro	Artigos diversos
Hadassa Stylos	Rua Adriano Castro – Centro	Loja de confecções e calçados
Ferragem Ezequias	Rua Adriano Castro – Centro	Material de Construção
Livraria Shalon	Rua Adriano Castro – Centro	Artigos Religiosos
Mercadinho Vivaldo	Rua Adriano Castro – Centro	Gêneros alimentícios
Mercadinho Gislane	Av. Pres. Castelo Branco – Centro	Gêneros alimentícios
Frios e Mercearia Bang	Rua Marechal Deodoro – Centro	Gêneros alimentícios
Mercaria J.M (mercadinho)	Rua Marechal Deodoro – Centro	Gêneros alimentícios
Mercadinho Cidinho e Edinho	Rua Marechal Deodoro – Centro	Gêneros alimentícios
Casa Andrade (mercadinho)	Av. Dep. Danilo Correa – Centro	Gêneros alimentícios
Distribuidora Danna	Av. Dep. Danilo Correa – Centro	Gás, Água
Ferragem Andrade	Av. Dep. Danilo Correa – Centro	Material de Construção
Frios MG	Av. Dep. Danilo Correa – Centro	Gêneros alimentícios, congelados.
Açougue e Lanche Santa Rita	Av. Dep. Danilo Correa – Centro	Açougue, Lanchonete
Centro da Moda	Av. Dep. Danilo Correa – Centro	Loja de confecções e calçados
Fogão, pesca e construção	Rua Muraid Said – Centro	Artigos de pesca, eletrodomésticos e construção.
Ferragem São Francisco	Rua Muraid Said – Centro	Material de Construção
Mercadinho Malveira	Rua Muraid Said – Centro	Gêneros Alimentícios
Júlia Celular	Rua Muraid Said – Centro	Aparelhos celulares e concertos
Ruth Fashion	Rua Muraid Said – Centro	Loja de Confecções e calçados
Deus é fiel	Rua Muraid Said – Centro	Loja de confecções e calçados
Loja Natal Magazine	Rua Muraid Said – Centro	Loja de eletrodomésticos
Ferragem Normando neto	Rua Muraid Said – Centro	Material de Construção
Ferragem Abraão	Av. Pres. Costa e Silva – Centro	Material de Construção
Comercial Almeida	Av. Pres. Costa e Silva – Açaí	Estivas e pesca
Distribuidora e frios Manu	Av. Pres. Costa e Silva – Açaí	Distribuidora de bebidas
Casa Fátima	Av. Pres. Costa e Silva – Açaí	Gêneros Alimentícios
Panificadora Pão Nosso	Av. Pres. Costa e Silva – Açaí	Pães, tortas e bolos

Fonte: Trabalho de Campo, Setembro de 2016

O transporte é quase exclusivamente o fluvial intermunicipal com origem em Manaus e da cidade para outras cidades na calha do Purus e para as comunidades do interior, levando cargas e passageiros. Pelo transporte aéreo, em Tapauá há voos regulares para Manaus/Tapauá as terças, quinta e sábado, em aviões monomotores de pequeno porte, a passagem custa R\$ 650 (seiscentos e cinquenta reais), um valor incompatível com a renda da maioria da população, a qual opta pelo transporte fluvial (Dados, setembro de 2016).

Em Tapauá não há aeroporto, apenas pista de pouso, o local tem capacidade para pequenos a médios aviões, foi construído com o intuito de ser o aeroporto da cidade, porém com o crescimento urbano tornou-se inviável, com casas próximas no perímetro do mesmo, comprometendo a segurança. Quando a área não é utilizada para pouso, o local é liberado para a população realizar atividades físicas, como corrida, caminhada, praticada ao final da tarde.

Os barcos que fazem linha Manaus/Tapauá mudam conforme a dinâmica do rio, as viagens são periodicamente as terças e sábados, com saída de Manaus/Tapauá, no total de 4 barcos principais. O valor da passagem varia conforme a sazonalidade do rio, no período da cheia a passagem custa R\$ 150 (cento e cinquenta reais) e na vazante, R\$ 180 (cento e oitenta reais), (Dados campo, agosto de 2016).

Na Amazônia as distâncias não são consideradas as de escala espacial (km, m), mas sim em uma escala temporal, pelos dias e pelas horas, pois as condições naturais de navegabilidade pelo rio modificam e distanciam os espaços: o longe ou o perto para uma cidade imbricada na floresta e no rio nos apresenta outra dimensão e explicação para as pessoas do lugar. O tempo de viagem de Manaus/Tapauá tem duração média 3 dias e meio.

Na cidade há um porto oficial¹⁶ inaugurado no ano de 2014 que funciona como o lugar de atracadouro dos barcos que chegam, é o local para a carga e descarga, embarque e desembarque de passageiros. É composto por uma balsa, um terminal de passageiros e um frigorífico, porém o mesmo não funciona.

Toda a mercadoria que abastece a cidade de Tapauá vem de Manaus. As compras são realizadas pelos comerciantes que vem a Manaus para tal finalidade, ou por pessoas que já residem em Manaus, vinculada a negócios na cidade. São transportados diversos mantimentos por embarcações de cargas e passageiros, trazendo principalmente gêneros alimentícios fazendo o percurso até Tapauá, já outras embarcações até Lábrea.

As distribuidoras de Gás da cidade, num total de duas principais (1 revendedor fogás, 1 Amazon Gás), as distribuidoras de bebidas num total de 4, as lojas de materiais de

¹⁶ Anterior a construção do porto oficial, os barcos eram atracados no porto flutuante Senador Artur Virgílio Filho.

construção e maior parte do comércio, compram seus produtos, que são transportados em balsas (ver figura 25). As balsas fazem o percurso no Purus, até o destino final em Lábrea, parando nas cidades e descarregando os mantimentos. Ressalta-se que o transporte de gás e combustíveis, como mercadorias pesadas são feitos exclusivamente de balsas.

Figura 25: Balsa de transporte de cargas para o Vale do Purus



Foto: Arlan Justino - trabalho de Campo, setembro/2016

O transporte intraurbano é predominantemente feito por motocicleta, como também conta com um pequeno número de carros. O serviço de moto-taxi é bastante comum na cidade, sendo cobrado R\$ 3 (três reais) a corrida, havendo uma Associação Moto Taxista de Tapauá, tendo 89 moto-taxistas cadastrados segundo o último levantamento realizado em 2015, porém muitas pessoas trabalham no ramo sem ser associados (Trabalho de campo, setembro 2016).

No ramo da indústria de construção há duas olarias na cidade, a Irmãos Freitas e Santa Rita. Na Olaria Irmãos Freitas há estimativa de produção de 8 milheiros de tijolos por dia, porém trabalham apenas de 2 a 3 dias por semana, para atender a demanda. A olaria apresenta um estoque de 30 milheiros disponíveis para a venda, no valor de R\$ 650 (seiscentos e cinquenta reais) o milheiro de tijolo em setembro de 2016. A demanda é apenas

interna, não é produzido para outros Municípios vizinhos, da mesma forma que Olaria Santa Rita dispõe de uma produção que atende apenas o mercado local.

Estão presentes três serrarias principais e maiores da cidade: Prefeitura Municipal, serraria do Chorão e serraria São Francisco (ver figura 26), porém só a última tem plano de manejo e nenhuma das três fazem parte do Programa Zona Franca Verde. A serraria Municipal fabrica portas, janelas, móveis em geral para atender a demanda e reparos dos estabelecimentos municipais da cidade, funciona somente no turno matutino, nos demais horários ela é cedida para outros trabalhos, desenvolvendo principalmente no ramo da marcenaria.

As demais serrarias trabalham especificamente no ramo madeireiro da construção: paredes, assoalhos, esteio e outros, ambas têm na faixa de 5 a 8 funcionários, atendendo a demanda local, os trabalhos são desenvolvidos conforme a necessidade de pedidos.

Figura 26: Serraria São Francisco



Foto: Arlan Justino - trabalho de Campo, setembro/2016

Na cidade, existe apenas um frigorífico em terra: Coração de mãe, a empresa compra de Manaus no decorrer de todo o ano frango, mortadela, picadinho e salsicha, gêneros alimentícios muito consumidos na cidade e vendem para os comércios locais. O frigorífico tem capacidade para 600 caixas de frango, sempre renovando o estoque para suprir a demanda.

Na cidade predominam as religiões evangélica e católica, presentes em todos os bairros, a primeira apresenta 26 igrejas espalhadas em todos os bairros, inclusive no bairro flutuante com mais 5 igrejas, das mais diversas congregações, entre as evangélicas há o predomínio da Assembleia de Deus, enquanto que a igreja católica composta por 6 igrejas, uma em cada bairro, com exceção do bairro flutuante, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 7: Congregação religiosa, endereço

Religião	Igreja	Endereço
Evangélica	Assembleia de Deus	Rua Pantaleão Aurélio de Araújo – Manoel Costa.
Evangélica	Adventista do 7º Dia	Rua Pantaleão Aurélio de Araújo – Manoel Costa.
Católica	Nossa Senhora Aparecida	Av. Pres. Costa e Silva – Manoel Costa
Evangélica	Evangelho Pleno	Rua dos Namorados – Manoel Costa
Evangélica	Assembleia de Deus	Rua Aluisio Januario – Manoel Costa
Evangélica	Pentecostal	Rua Maringá – São João
Evangélica	Assembleia de Deus	Rua Maringá – São João
Católica	São João	Rua Raimundo Nery – Maringá
Evangélica	Assembleia de Deus	Rua Antônio Gonçalves – Mutirão
Católica	São José	Rua Antônio Gonçalves – Mutirão
Evangélica	Assembleia de Deus	Rua da UEA – Mutirão
Evangélica	Salão do Reino das Testemunhas de Jeová	Rua Muraid Said – Centro
Evangélica	Igreja Batista da Convenção CBA	Travessa Mamede Nery – Açai
Evangélica	Adventista do 7º Dia	Rua Muraid Said – Açai
Evangélica	Assembleia de Deus	Rua Muraid Said- São João
Evangélica	Igreja da Paz	Rua Amazonas – Rio Purus
Evangélica	Congregação Judeia	Rua Amazonas – Rio Purus
Evangélica	Vida Abundante	Rua 5 Acesso aeroporto – Rio Purus
Evangélica	Assembleia de Deus	Av. Pres. Costa e Silva – Açai
Evangélica	Vida Abundante	Rua Prof. Paulo Freire – Rio Purus
Católica	Jesus o Bom Pastor	Rua Prof. Paulo Freire – Rio Purus
Evangélica	Adventista do 7º Dia	Rua Prof. Paulo Freire – Rio Purus
Evangélica	Assembleia de Deus	Rua Rio Purus – Rio Purus
Evangélica	Assembleia de Deus	Rua Rio Purus – Rio Purus
Católica	Santo Agostinho	Av. Pres. Costa e Silva – Açai
Evangélica	Igreja do Evangelho Pleno	Av. Pres. Costa e Silva – Açai
Evangélica	Pentecostal – Deus é Amor	Av. Pres. Costa e Silva – Açai

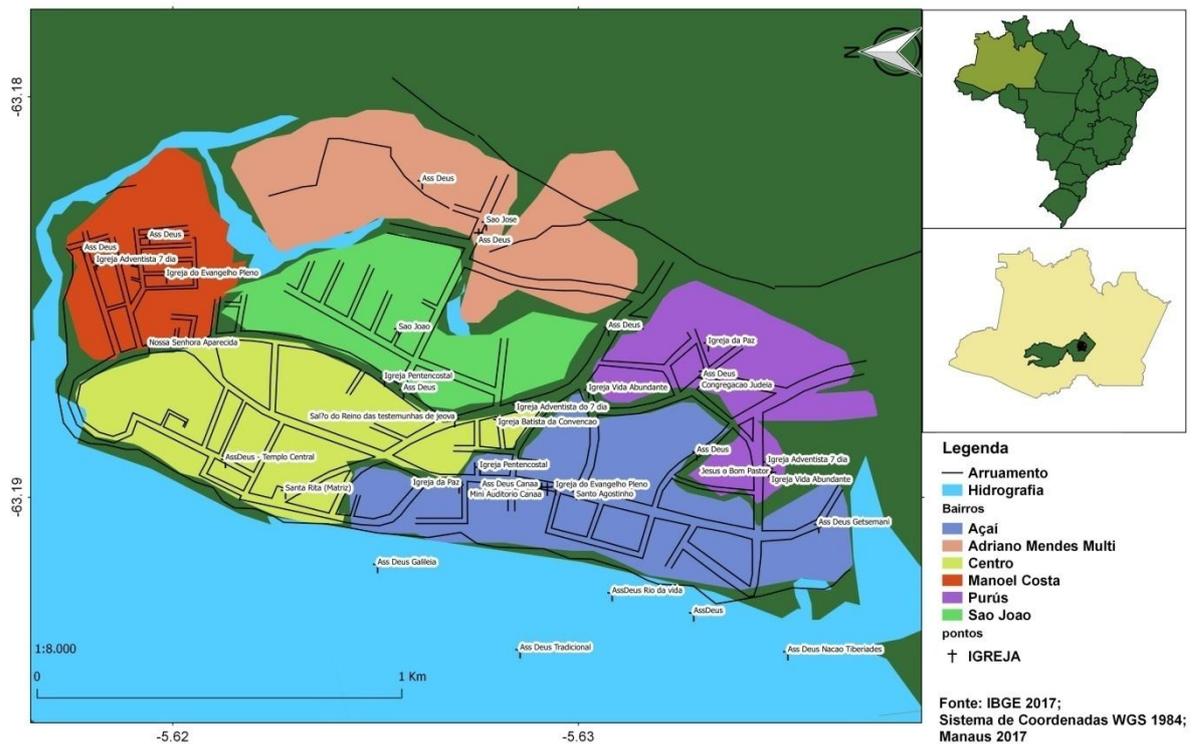
Evangélica	Assembleia de Deus – Canaã	Av. Pres. Costa e Silva- Açai
Evangélica	Pentecostal	Travessa Severo Roque – Açai
Evangélica	Igreja da Paz	Av. Pres. Costa e Silva – Açai
Católica	Santa Rita (Matriz)	Av. Dep. Danilo Correa – Centro
Evangélica	Assembleia de Deus – Templo Central	Av. Pres. Castelo Branco – Centro

Fonte: Trabalho de Campo, Setembro/2016

Não foi encontrado Culto Afro na cidade o que não significa que não exista a prática do mesmo. As igrejas estão distribuídas na cidade do seguinte modo:

Figura 27: Igrejas Evangélica e Católica na cidade de Tapauá

Mapa de localização das igrejas da cidade de Tapauá



As principais atividades econômicas da cidade, ou aquelas de onde provêm a maior parte do trabalho da população é a pesca, a agricultura, o extrativismo e o restante do funcionalismo público. O município emprega no seu quadro de servidores 1.316 funcionários efetivos, aposentados e pensionistas (dados da prefeitura Municipal, 2015).

No setor primário, a principal fonte econômica é a pesca¹⁷, o IDAM local estima a produção em 11.976 toneladas no ano de 2015 (dados mensurados para um número de 2.300 pescadores, dos quais apenas 96 foram assistidos pela unidade, para estes 488,4 toneladas ao ano, são os dados mais concretos), ou seja, não são dados confiáveis, mas o que se pode afirmar é que o transporte de pescado para Manaus na cidade é constante, nos barcos que fazem linha na cidade.

Do extrativismo provém a castanha e o açaí, porém não obtivemos dados concretos, mas tem a sua representatividade no Município. Da agricultura destaca-se a mandioca, com produção agrícola municipal de 26.400 toneladas, a banana (cacho) com 543 toneladas produzidas, laranja com 63 toneladas, limão com 70 toneladas, mamão com 126 toneladas e o maracujá, com 84 toneladas produzidas (Dados do IBGE 2015).

As culturas temporárias presentes são a melancia, com produção de 3.885 toneladas, abacaxi com produção de 304 mil frutos, o feijão (grão de praia) com produção de 270 toneladas e o milho com 810 toneladas produzidas. Estes dados são fornecidos pelo IBGE, que são os únicos disponíveis, todavia, não podem ser levados em conta em sua plenitude, pois tais informações não representam de fato a realidade da produção Municipal, mas o que podemos atestar é que essas culturas são também expressivas no Município. Grande parte do que é produzido, é exportado para Manaus, o principal nó, que impulsiona a dinâmica comercial, de serviços e entre a cidade, mantendo conectadas entre si. No âmbito da Rede Urbana do Amazonas, pelas características que Tapauá apresenta, ela pode ser classificada como uma cidade pequena com dinâmica econômica externa, descrita por Schor e Oliveira:

Tem sua economia voltada para a exportação de algum produto (mineral, agropecuário, extrativista, ou de pequena indústria) para a cidade de porte grande, neste caso Manaus. São pouco relevantes na manutenção da rede urbana da calha (SCHOR, OLIVEIRA, 2011, p. 20).

Pelo perfil urbano exposto, Tapauá apesar de ser uma cidade pequena, atende mesmo que de forma precária a demanda local de produtos e serviços, principalmente de saúde, educação, segurança e comércio que atraem a população do interior para a sede do município, pois no interior, o que é precário na cidade é quase inexistente na zona rural, e com isso intensifica a expansão da cidade, resultando em espacialidades como o Bairro Flutuante. É importante destacar que a dinâmica urbana e de renda dessa sociedade, não provém da

¹⁷ A representatividade da pesca foi constatada nos campos. Todos os barcos que saem da cidade levam uma grande quantidade de pescado que é vendido em Manaus, não foi possível quantificar a produção pesqueira, mas pode-se afirmar a importância que tal prática tem para a cidade e o Município em Geral.

indústria ou de trabalhos tidos como urbanos, como na capital do Estado do Amazonas, Manaus e nas cidades consideradas como médias no Amazonas que empregam a população nos mais diversos setores da economia dita urbana, em Tapauá, predomina as atividades caracterizadas como rurais mesmo que a maior parte da população resida na cidade.

Santos (1993) salienta que no Brasil Moderno a população agrícola cresce mais depressa que a população rural, isto é o que vem ocorrendo na cidade de Tapauá. Para o autor população rural está relacionada ao lugar em que uma determinada sociedade mora, especificando no campo e população agrícola está relacionada à atividade que determinada sociedade desempenha, não importando se ela é desenvolvida na cidade ou no campo. Desse modo, entende-se que a maioria da população de Tapauá é agrícola, ou seja, trabalha no campo que compreende a floresta e rio, mas vive na cidade, portanto ela pode ser considerada urbana.

Nas pequenas cidades da Amazônia o urbano ainda é desconhecido, isto por que são vistas na maioria das vezes como “cidades na selva”, ideia que encobre a dimensão das relações sociais atípicas de uma cidade, pois são vividas de outra maneira, mas que apresentam semelhanças com outras cidades e embora possam apresentar diferentes modos de vida.

As relações sociais vão ser desenvolvidas no plano do vivido, e este é imbricado nos interstícios da floresta e rio, em que campo e cidade se complementam e não se separam, pelas relações que são desenvolvidas entre os espaços, levando a construção de uma rede de significados que são moldados pela história e cultura, produzindo a identidade do lugar, onde se produz e reproduz a vida a partir das condições possíveis, o que não significa dizer que é melhor ou pior a vida em Tapauá, do que em outras cidades, é onde a sociedade se reconhece, pois já está habituada, por que é o lugar da vida (CARLOS, 2007).

Essas informações nos permitem descrever o urbano presente articulado com o rural não sendo possível separar as práticas e vivências do campo com as da cidade, pois são resíduos herdados de práticas pretéritas que possibilitam o vínculo e fortalecimento das ações desenvolvidas nos espaços presentes tanto na cidade como no campo.

1.2 EXPLORAÇÕES NO RIO PURUS

Muito discutido a respeito da Amazônia desde a chegada dos Europeus na primeira metade do século XVI, mas o que prevaleceu foi principalmente o interesse sobre os rios em

especial o Amazonas e Solimões, estrategicamente rios importantes para a proteção do território, dominação do espaço ainda em fase de disputas.

Em decorrência, ocorreram importantes expedições, mandados para a região os mais veneráveis sacerdotes, capitães-generais e cientistas para o reconhecimento da região, seja para as demarcações, missões apostólicas, viagens governamentais, com suas frotas de canoas, com os seus melhores astrônomos, carregando consigo os mais luxuosos equipamentos da época e entrando em contato com as civilizações locais em uma terra cheia de riquezas e possibilidades (CUNHA, 2000).

Nas viagens de reconhecimento do território Amazônico, muitos viajantes, cientistas, relataram suas passagens por lugares até então desconhecidos, e o olhar atento dos primeiros cronistas não deixaram de descrever o rio Purus, a montante de sua foz no Solimões, em um trecho que não havia importância efetiva de exploração e ocupação, mas que já era observado pelas muitas viagens que sucederam nos rios principais e que são as primeiras fontes históricas do Rio Purus.

O Frei Gaspar de Carvajal foi cronista da expedição que objetivava encontrar o El Dorado, atravessando todo o rio Amazonas dos Andes ao Atlântico, chefiado por Francisco Orellana e relatou em seus escritos de viagem, a passagem defronte a foz do rio Purus no ano de 1542, denominando de río de la Trinidad por na entrada haver três ilhas e muitos povos indígenas, como os Omágua. Estes relatos na obra, *Descubrimiento del rio de las Amazonas*, se tornaram os primeiros relatos conhecidos do rio Purus:

Volviendo a la historia, digo que el domingo después de la Ascensión de Nuestro Señor salimos deste dicho pueblo y comenzamos a caminar, y no hubimos andado obra de dos leguas quando vimos entrar por el río outro río muy poderoso y más grande a da diestra mano: tanto era de grande que a la entrada hacía tres islas, de cabsa de las cuales le pusimos el rio de la Trinidad; y en estas juntas de uno y de otro había muchas y muy grandes poblaciones y muy linda tierra y muy fructifera: esto era ya en el señorío y tierra de Omagua, y por ser los pueblos tantos y tan grandes y haber tanta gente no quiso el Capitán tomar puerto, y así pasamos todo aquel día por poblado con alguna guerra, porque por el agua nos la daban tan cruda que nos hacían ir por meio del río; y muchas veces los indios se ponían a platicar con nosotros, y como no los entendíamos, no sabiamos lo que nos decian (CARVAJAL, 1541-1584, p. 66).

Porro (1992) alega que a leitura de Carvajal quase tudo são dúvidas e que a sua geografia deve ser decifrada, e sua etnografia leva raramente além de hipóteses, porém os relatos servem, como já referido acima, como as primeiras fontes históricas do rio Purus e dos seus povos.

Quase um século depois, pelo fim do ano de 1637, Pedro Teixeira que realizava viagem de reconhecimento de Cameté-Quito penetrou algumas léguas do rio Purus, já conhecido pelos índios, chamado até então de Cuchiguará. Cristóval de Acuña, o cronista que o acompanhou no retorno da expedição, descreve as suas observações a respeito da Amazônia e que posteriormente se tornará a sua principal obra: *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*, em que Acuña descreve em um dos capítulos a respeito do rio Purus e dos povos encontrados:

Dez léguas do referido sítio termina a província dos Yorimanes, e, percorridas outras duas léguas, desemboca na banda sul um famoso rio que os índios chamam de Cuchiguará. É navegável, embora em certos trechos com algumas pedras; tem muito pescado, grande quantidade de tartarugas, abundância de milho e mandioca, e todo o necessário para facilitar sua entrada. Está povoado por várias nações que, começando por sua embocadura e prosseguindo rio acima, são os seguintes a dos Cuchiguarás, que tomam o mesmo nome do rio, Camayaris, Guaquiaris, Curyariyayanas, Curucurus, Quatausis, Mutuanis e, finalmente, como remate de todas, a dos Curiguerés[...] (ACUÑA, 1994, p. 133-134).

O nome do rio Purus é derivado de puru-puru, dos antigos povos indígenas puru-purus (hoje denominado de paumari) e provém do Nheengatu, que significa:

doença da pele, foveiro. É doença muito comum entre os indígenas. A pele se mancha ora em branco ora em preto, e muitas vezes os lugares assim manchados se tornam escamosos e até chaguentos. Parece ser degenerescência do pigmento subcutâneo, devida ao abuso das comidas de peixe, especialmente dos peixes de pele. É doença contagiosa e que se transmite facilmente por contato. Dizem que se transmite também por meio da comida ou da bebida, misturando a qualquer destas um pouco de raspagem da pele atacada pela doença, devendo notar-se que, para algumas tribos, o ser foveiro é sinal de distinção, e as manchas são consideradas como as imagens das estrelas, com que são assinalados os escolhidos pelo sol (STRADELLI, 2014, p. 468).

É importante frisar que a doença puru-puru, também se confunde ao nome da antiga tribo que habitou o Purus (VIEIRA, 2013), tratando-se este do povo indígena que possuía a doença de pele “puru-puru”. Os Paumari aparecem como subgrupo remanescente dos antigos puru-purus, que já no século XVII estavam localizados em pequenos grupos desde a boca do Purus até a boca do Ituxi, sendo encontrados também entre o Paranã- Mirin¹⁸ e o Paranã-Pixuna¹⁹ (VIEIRA, 2013).

¹⁸ Paranã Miri canal, braço do rio; a parte menos volumosa do rio que se divide, sendo a mãe do rio; qualquer braço ou canal, que o rio deita para unir-se a outro rio ou para deitar-se no mar (STRADELLI, 2014, p. 449).

¹⁹ Paranã Pixuna canal, braço do rio, preto, negro, especialmente da cor (STRADELLI, 2014).

O século XVIII foi o século de consolidação do domínio português sobre a área que ficaria conhecida como Amazônia, foi o período de esplendor que entre muitos acontecimentos destacam: expulsão dos membros da Companhia de Jesus, seus aldeamentos indígenas tornaram-se vilas, surgindo do embrião de rede urbana, que Roberto Lobato Corrêa (2006) chamou de “rede urbana dendrítica”.

O rio Purus só se tornara conhecido no século XIX²⁰, embora já fosse referido antes de 1852 por alguns coletores de drogas do sertão, em uma extensão de 180 à 200 léguas, sem todavia ter havido a menor tentativa de exploração (COUTINHO, 1862, BITTENCOURT, 1918, IBGE, 1957).

É a partir de 1852, que há dados mais concretos da exploração do Purus, quando o Amazonas foi elevado à categoria de Província²¹ e as autoridades logo se interessaram pelo reconhecimento do Rio, isso porque, os rios amazônicos passaram a ter papel preponderante para o comércio da borracha, e o surgimento das primeiras cidades. Com exceção da bacia do rio Madeira, toda a parte meridional da extinta Capitania do Rio Negro era desconhecida, fazia-se necessária a comunicação mais direta com o Mato-Grosso e com a Bolívia, exatamente por esse lado (BITTENCOURT, 1918, p. 10).

Os afluentes da margem direita tornaram-se importantes nesse momento, segundo Coutinho (1862, p. 5) o Purus, apesar de não ser um rio muito conhecido, passa a ter uma atenção especial para a navegação, ainda mais por que segundo as notícias, supunha-se que por meio dele se evitaria o grande obstáculo das cachoeiras do Madeira, que tanto dificultam a viagem pelo Mato Grosso, importante para a navegação e consequente ocupação não indígena para a exploração da borracha.

Encomendada pelo governo Amazonense²² uma expedição ao Purus foi confiada a Serafim Salgado visando fazer o reconhecimento do rio até onde fosse possível navegar. Depois de quatro meses e onze dias, até 9ª Maloca dos índios Cocamas, Serafim não pode continuar a viagem em consequência de achar o trecho do rio percorrido obstruído, ser muito

²⁰ Já os rios Negro e Madeira eram bastante sulcados por pequenas embarcações; em suas margens existiam vários “povoados”, que viviam dos produtos florestais e da agricultura. Os indígenas destas terras amazônicas, misturavam-se na comunhão do trabalho e das longas incursões, com os habitantes ribeirinhos (BITTENCOURT, 1918, p.8).

²¹ Elevado o Amazonas a categoria de Província, naquele ano (1852), como reparação a injustiça do seu rebaixamento, por ocasião de haver sido proclamada a independência do Brasil, seus administradores precisavam conhecer o imenso território que lhes cumprira gerir (BITTENCOURT, 1918, p. 10).

²² O primeiro presidente João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, pouco tempo depois de instalar a província organizou as primeiras expedições com o fim exclusivo de explorar o grande caudal amazônico (BITTENCOURT, 1918). João Rodrigues Cameté organizou a primeira exploração do Purus que durou 53 dias de navegação em canoa até o Sepatini de onde retornou em decorrência da vazante do rio (SILVA, 2010, p. 270).

estreito desse ponto a diante, retornando sem qualquer notícia de cachoeiras, ou de qualquer extensão percorrida (COUTINHO, 1862, p. 5).

A partir das viagens infrutíferas de João Cametá possivelmente em 1847?, até o Ituxi e de Serafim da Silva Salgado (1852), até além do Iaco, até que se abriu em 1861, com Manoel Urbano da Encarnação, uma quadra fecunda de trabalhos notáveis” (CUNHA, 1960, p. 66).

Ao prático Manoel Urbano da Encarnação foi incumbido a missão de fazer o reconhecimento do Purus e averiguar se era possível passar ao Alto Madeira, devendo para isso seguir pelo maior afluente da margem direita do Purus, afim de chegar o mais perto que pudesse do rio Madeira, para reconhecer ou não a praticabilidade da travessia (COUTINHO, 1862, p. 5).

Essa expedição possibilitou o fornecimento dos primeiros dados seguros a respeito do Purus e de três dos seus maiores afluentes, assim como dos povos indígenas que povoavam a região, ficando comprovada a ausência de comunicação entre os rios Purus e Madeira, a montante da zona encachoeirada e conhecidos novos tributários entre o Acre e o Curinaá, hoje Santa Rosa (CUNHA, 1960), dando início as expedições regulares.

O êxito da viagem de Urbano²³ possibilitou uma gama de informações, servindo de base para as demais expedições posteriores pela clareza e detalhamento do rio, utilizadas mais tarde (1864) por Chandless que o elogiou pela veracidade das informações.

Em 1862, há um esforço do governo do Amazonas, para o reconhecimento do alto Purus e de seus afluentes e o então presidente da Província Dr. Carneiro da Cunha envia o engenheiro João Martins da Silva Coutinho para uma missão complexa de levantamento hidrográfico e levantamento das tribos e meios mais eficazes para vinculá-las a civilização, acompanhou-o nessa expedição Manoel Urbano, devido ao seu conhecimento do rio adquirido, pelo êxito na sua viagem anteriormente descrita, e também do botânico Alemão Wallis, que segundo Euclides da Cunha foi o primeiro cientista europeu que penetrou o Purus (CUNHA, 1960).

Os objetivos principais desta expedição era navegar o Purus até as suas cabeceiras, analisando a profundidade e capacidade para navegação, descrever o número das ilhas, indicação das cachoeiras e pedras que atrapalhassem a navegação, a posição dos afluentes, sua largura, extensão, foz, a situação das povoações que encontrar e os lugares mais apropriados

²³ Manuel Urbano era um prático sem instrução formal, porém foi de grande valia o conhecimento do rio e as informações importantes que gerou para a Província, seu relatório foi redigido por João Martins da Silva Coutinho e apresentado ao Presidente da Província (BITTENCOURT, 1918).

para se fundarem novos povoados, quantificar e qualificar o número das tribos indígenas, seus costumes, hábitos, identificação da constituição geológica dos vales, a natureza da vegetação e propriedade dos terrenos para a cultura e criação de gados (COUTINHO, 1862, p.7).

Percebe-se que a partir de Silva Coutinho, há interesse de ocupação efetiva, para o processo de colonização e exploração da região, voltado para os fins econômicos, visto que as expedições de reconhecimento já demonstravam riquezas ainda pouco exploradas e que poderiam ser usufruídas futuramente pelo poder estatal e pelas oligarquias do Amazonas.

Com o avanço do conhecimento a respeito do rio, algumas dúvidas foram sanadas, como a não ligação com madeira, a montante da zona encachoeirada deste último, porém outras continuaram, como a incógnita que persistia, sobre o reconhecimento e comunicação do Madre de Dios com o Purus, que ainda permaneciam sem respostas, apesar de que com as expedições anteriormente percorridas, o Purus passa a ser reconhecido e alvo de cobiças por toda a riqueza existente e ainda pouco explorada, metaforicamente tornando o dono das terras a quem chegar, apropriar-se e explorar, pela imensidão e alguns trechos ainda não conhecidos. Desse modo, o Governo viu a necessidade do reconhecimento do rio, nos trechos navegáveis e limítrofes com outros países como Peru e Bolívia, que até então as expedições não teriam alcançados tais objetivos efetivos.

João Martins da Silva Coutinho faz interessante comentário a respeito:

A importância do Purús é muito grande para que se abandone a idéia do seu reconhecimento. Quando na Europa com tanto interesse se discute a questão do Madre de Dios; quando de lá vêm exploradores de propósito para estudarem essa parte tão interessante da América, não devemos nós, particularmente interessados cruzar os braços indiferentemente (COUTINHO, 1862, p. 63).

É por isso, como assevera Euclides da Cunha,

Diante dos Juízos tão contrapostos, compreende-se que a “Royal Geographical Society” de Londres comissionasse, em 1864, um de seus membros Willian Chandless, para resolver o controvertido assunto, ou, como se ousou dizer por muito tempo - o problema do Madre de Dios e Do Purus (CUNHA, 1960, p. 66).

É com o geógrafo Chandless, que se terá a exploração mais detalhada e a mais importante que houve no Purus, pois a sua cartografia serviu como fonte de comparação e inspiração para as demais viagens posteriores, assim como Manoel Urbano serviu de inspiração para Chandless, demonstrando comprometimento e seriedade nas suas informações, pois as viagens que o sucederam em nada modificaram os seus resultados gerais

(CUNHA, 1960). Chandless descreve em seu relatório de exploração a respeito de alguns povos indígenas, seus costumes, sobre o relevo, hidrografia e clima da região. Segundo Davi Avelino Leal:

A preocupação do reconhecido geógrafo inglês quanto a sua expedição de reconhecimento das cabeceiras do Purus, era de estabelecer as coordenadas astronômicas e as condições de navegabilidade dos principais rios, ou seja, a construção de um inventário do espaço e da natureza (LEAL, 2011, p.26).

Infelizmente sua viagem não teve o desfecho que merecia, o geógrafo Chandless percorreu quase todo o Purus, porém por um desvio de sua rota nas cabeceiras do Purus, não pode afirmar efetivamente o mistério da ligação das bacias do Purus e do Madre de Dios, deduzindo-o apenas que o Purus não era uma extensão do Madre de Dios, porém não pode comprovar de fato, pois o desvio de sua rota, em um trecho que se dividia em dois extremos, ele seguiu para o extremo norte da cabeceira (posteriormente, Euclides da Cunha fará o mesmo percurso, seguindo sua rota para o extremo sul das cabeceiras, contribuindo para o êxito de sua viagem) apenas percorreu poucas milhas, não chegando assim ao ponto mais extremo da cabeceira na confluência do Cavaljane, na última das divisões dicotômicas tão características do Purus (CUNHA, 1960).

Depois de W. Chandless, o único reconhecimento que se fez no ramo principal do Purus até as cabeceiras foi o da comissão Mista brasileiro-peruana de reconhecimento, sendo seus resultados em grande parte um complemento de Chandless (CUNHA, 1960). Esse reconhecimento estava ligado ao contexto histórico de interesses e conflitos entre os países.

A incerteza a respeito dos limites das nascentes dos rios Purus, Madre de Dios, e também do Ucaiali, ainda persistia, graças à proximidade das cabeceiras dos respectivos rios, o discernimento e a conseqüente identificação precisava ser feito de modo efetivo para evitar futuros conflitos, apesar de que com Chandless apresentar pistas sobre o equívoco do prolongamento do rio Purus e que não havia ligação entre eles, mesmo assim, essa instabilidade gerou interesses com a expansão e povoamento de áreas limítrofes: Brasil, Peru e Bolívia, vinculada ao contexto da borracha, onde os rios que banham os respectivos países se tornaram áreas estratégicas para o escoamento dos seus produtos.

De 1877 em diante as terras dos vales do Purus e Juruá e seus afluentes "descerravam sua riqueza vegetal para as grandes correntes humanas que acudiam à região, ansiosas por sangrar as árvores de seringa altamente produtiva" [...] (TOCANTINS, 1973, p. 165). A região "desértica" até a segunda metade do Século XIX foi invadida por milhares de

nordestinos, impulsionados pelas secas que assolavam o Nordeste e auxiliavam no povoamento, encontrando na *hévea brasiliensis* a fortuna fácil, escorrendo do tronco das árvores (FERRARINI, 1976; TOCANTINS, 1973), com isso se estabeleceu nas últimas décadas do século XIX grande movimento populacional entre os rios Amazônicos, dos quais o Purus, as cidades de Manaus e Belém.

A exploração da borracha possibilitou mudanças nos limites da Amazônia, destacando que:

Foram-se desbravando as matas, seguindo o curso natural dos rios, que reclamavam pela direção geográfica de seus cursos a posse do Brasil naqueles sítios ermos e desconhecidos [...] Surgiu, precipitadamente, nas terras acreanas, uma nova sociedade de seringueiros. Induzidos pelo valor econômico da selva, fixaram-se a terra, emprestando segurança de posse tranquila. Mas a quem pertencia o solo já cortado pelas estradas nos seringais em plena exploração industrial? Os Brasileiros, nessa primeira e desordenada fase de desbravamento, menosprezaram demarcações de soberania. E mesmo não havia rumos definidos entre o Brasil e a Bolívia. Subir os rios, criar novos seringais, apoiado na lei do rifle e na coragem, era a norma geral que desconhecia complicações internacionais (TOCANTINS, 1973, p.166).

Não se pretende adentrar na história dos conflitos territoriais ao qual se refere a anexação do Acre ao atual território Brasileiro, na primeira década do século XX, mas interessa mostrar os acontecimentos que foram importantes para o reconhecimento do Alto Purus e o seu conseqüente povoamento não indígena e destacar especialmente a expedição de Euclides da Cunha.

A viagem de reconhecimento do alto Purus não foi inovadora para a ciência, o próprio Euclides da Cunha reconhece isso, dando todo o mérito para Chandless como a principal expedição do rio, objetivando nessa missão mista entre Brasil-Peru, dar continuidade ao seu trabalho que se tornou incompleto.

Neste sentido segundo Pinto:

A realização da viagem ao longo do rio Purus encontra poucos motivos para justificá-la da forma em que foi empreendida. Na verdade revela um desconhecimento muito mais grave do que é revelado. Uma viagem que teve mais conseqüências desastrosas e fiascos do que resultados proveitosos. Os próprios conhecimentos que Euclides da Cunha revela em relação ao Purus, ele os obteve mais de suas incansáveis e desordenadas leituras sobre a Amazônia do que de sua observação direta, que foi muito curta e fortemente prejudicada pelas atribulações da viagem como a falta de víveres, o tormento infligido pelos carapanãs, mutucas e outras pragas infernais, enfermidades, intensa umidade e calor arrasador e até mesmo um naufrágio [...] (PINTO, 2011, p. 46).

Euclides representa um marco na história do Brasil e do Rio Purus, pela importância diplomática e “pacificador” dos conflitos. Com o relatório do reconhecimento, ficou comprovada a independência da bacia Purus, de que ela não é um prolongamento do Madre de Dios e que as nascentes dos respectivos rios Madre de Dios e Ucaiale se separavam da nascente do Purus, em menos de dois quilômetros, por esse fato é que se confundiam o grande afluente amazônico com o Madre de Dios, um velho erro que persistiu por muitos anos e que foi solucionado com esta expedição.

1.3 DOS POVOS DO PURUS AS CIDADES

Os diversos povos indígenas que habitavam às margens do rio Purus e seus afluentes adotaram diversas estratégias para a sua reprodução diante do inevitável avanço de seus territórios, impulsionados pelo extrativismo da borracha. Porro (1992) ressalta que a partir de 1600, à medida que os portugueses foram subindo o curso do rio Amazonas, em busca de mão de obra para os trabalhos nas fazendas e da exploração das drogas do sertão, as populações indígenas foram sendo dizimadas por doenças introduzidas pelo não índio, outros refugiaram nas matas do interior subindo rios e igarapés.

Nesse contexto, “[...] a ocupação da terra pelo colonizador, quando não trouxe o extermínio físico da população indígena, fez desaparecer as sociedades e as culturas indígenas. Na Amazônia isto começou no século XVI e ainda não terminou” (PORRO, 1992, p. 8).

As primeiras viagens de exploração no Purus e o início da navegação a vapor são precedentes para o surgimento das primeiras cidades. Segundo Euclides da Cunha:

De efeito, logo depois de inaugurada a navegação a vapor (1869) espalhou-se pelo Purus em fora, progredindo em avançamento ininterrupto, uma poderosa vaga povoadora que ainda hoje não parou, pertinaz e intorcível, firmando-se no domínio estável das terras sobre que vai passando e animada de um ritmo que a impelirá as últimas cabeceiras (CUNHA, 1960, p. 81).

O Purus foi uma das bacias mais procuradas para a extração da *hevea brasiliense* a partir de meados do século XIX²⁴. Os seringais foram surgindo do nada em terras que já tinham dono, os indígenas, um avanço que ocorreu com muita violência, o que denota no

²⁴ Além da extração da borracha, havia também a da castanha e captura de pirarucu (BITTENCOURT, 1918).

quadro atual que grande parcela dos povos indígenas do Purus terem migrado do baixo²⁵ para o médio curso do rio²⁶, implicando em espacialidades pretéritas aos moldes do que restou e a eles foi herdado involuntariamente.

[...] Os maranhenses formaram o primeiro grupo a chegar dirigindo-se para o Alto Amazonas. Localizaram-se, de preferência, no Solimões e no Purus. Vieram depois os cearenses seguidos de paraibanos, pernambucanos, riograndenses do norte, alagoanos. A imigração nordestina avolumou-se a começar de 1870, devido aos rigores do fenômeno das secas (REIS, 1977, p. 63).

A respeito do processo de ocupação não indígena do rio, ela pode ser dividida em duas grandes fases. A primeira relacionada ao ciclo da borracha entre 1870 a 1950 e a segunda se baseou na expansão da fronteira agropecuária sobre a Amazônia, com a abertura de novas estradas, cujo objetivo era a integração nacional, datada de 1970 até os dias atuais, em que é visível essa dicotomia, nos espaços relacionados à presença de atividades, modos de vida e fluxos econômicos, frutos de cada uma das fases: temos áreas onde predomina a atividade extrativa e áreas já integradas ao mercado nacional (AMAZONAS, 2011).

Ao final do ciclo econômico da borracha, em meados do século XX, resistências e massacres de povos indígenas inteiros continuaram, implicando em nova especialização ao longo da calha do rio Purus e de seus afluentes. O processo migratório indígena se estabilizou com o surgimento da Fundação Nacional do Índio, em 1967, garantindo os direitos e proteção em todo o território brasileiro dos povos indígenas em suas terras.

Esse processo do *boom* econômico gerou grandes consequências para os povos e cidades do Purus, impulsionado pela migração, sejam para Manaus ou para as cidades surgidas do contexto da borracha em que a “liberdade do seringueiro” possibilitou a escolha de ir e vir em busca de melhorias ou ficar no campo. Mas o que de fato se solidificou foram os vestígios herdados, não é mais o índio, tampouco os nordestinos, é a miscigenação, de crenças, costumes que propiciou as sociedades vindouras formas pretéritas de se relacionar com a natureza, seja as margens dos rios, lagos, cidades em que os espaços se unem em prol da reprodução da sociedade em que campo e cidade se complementam como partes integradas da mesma totalidade.

²⁵ Segundo Bittencourt (1918) os documentos históricos das expedições apontam que a cima do Paricatuba, no Baixo Purus só habitavam índios em Malocas numerosas.

²⁶ O médio Purus de forma ampla se estende desde o entorno de Boca do Acre até o entorno da cidade de Tapauá, aproximadamente entre a foz do rio Acre e a foz do igarapé Tauamirim (APARICIO, 2011).

O relatório de exploração do Purus de João Martins da Silva Coutinho de 1862 é uma das principais fontes históricas sobre os povos que habitavam a região do Purus, o mesmo descreve que 18 povos indígenas são os mais conhecidos naquela época e que nos afluentes são encontrados muitos outros. Destaca os: “Mura, Pamari, Catauixi, Caripuna, Cipó, Mamuri, Uaipuça, Catuquina, Crupali, Tará, Paru, Ipuruná, Pamaná, Quaruná, Juberi, Jamamadi, Canamari e Maneteneri” (COUTINHO, 1862, p. 64).

Em pouco tempo as populações que não aceitaram as condições impostas foram expulsas de seu habitat e caso ocorresse à resistência eram exterminados, implicando que em pleno século XXI, os povos indígenas do Purus, encontravam-se em número reduzido, com destaque para os Apurinã, Jamamadi, Paumari, Zuruahá. Alguns relatos são descritos sobre esses povos nas expedições que foram feitas no rio Purus, destacando Willian Chandless, J.M da Silva Coutinho, como as mais importantes.

Não vamos adentrar na descrição de todos os povos indígenas, mas apenas em dois: os Paumari e os Apurinã, pois ambos influenciaram na formação socioespacial da sociedade não indígena Tapauaense, seja na adaptação ao espaço pelas formas e relações estabelecidas com a natureza, materializada, por exemplo, na habitação, que se assemelham em muitos aspectos dos praticados pelos indígenas: as formas de moradia flutuante e palafitas, onde os resíduos desse processo são encontrados na produção do espaço, presentes nas espacialidades da cidade, sobretudo no bairro de moradias flutuantes.

Bittencourt (1918) faz uma interessante descrição da região do Purus em meados do século XIX e de suas potencialidades, destacando que as florestas eram imponentes, nas localidades mais elevadas as principais madeiras de construção encontradas eram a itaúba, o cedro, a massaranduba. Destaca também que além das seringueiras encontravam-se castanhais do baixo ao médio Purus, a salsa e a copaiba também existiam em abundância, os rios eram viveiros de pirarucus, peixe-boi, tartaruga que alimentavam o grande comércio da época e para os ribeirinhos, serviam-lhe de principal alimento. Neste último quesito o alto Purus era o mais pobre, porém riquíssimo em goma elástica.

Hoje em dia, a abundância de viveres tal como descrita por Bittencourt não existe mais no Purus por conta dos extratores da borracha, castanha, da pesca da tartaruga e do pirarucu. Hoje já não se fazem as extrações como antes, mas elas ainda existem e se reorganizam conforme a economia, as novas leis ambientais e as especificidades do lugar.

Os extratores foram se apropriando das técnicas para a retirada dos recursos da natureza e se firmando ainda na contemporaneidade com forte expressividade cultural, material e imaterial. O espaço não é mais desconhecido, é legislado pelo Estado, com normas

específicas para cada lugar, interferindo nas práticas socioespaciais de algumas localidades. Mas tais ações no espaço se contradizem se complementam e se renovam: a prática da pesca ainda é presente nessas sociedades e o consumo de tartaruga e pirarucu, como de outros peixes são tidos como ações que perpassam o tempo, presentes na culinária, no modo de morar e no cotidiano ribeirinho, se (re)produzindo de diversas formas em espaços que tendem a demonstrar na paisagem presente, marcas do passado e que continuam perpetuando tais ações sejam nas cidades ou no campo. A expressão desse modo de vida Amazônico, agrega múltiplas dimensões encontrados na cidade ou no interior, haja vista que as principais fontes de renda nesses Municípios ainda hoje são voltados para as atividades que envolvem a floresta e os rios já desenvolvidas séculos anteriores, só que mais precarizadas pela escassez e pelas restrições de toda ordem.

Em todo este contexto histórico, cultural e ambiental como se inserem as moradias flutuantes? Seguimos o caminho proposto por Oliveira Junior que nos recomenda a análise das moradias flutuantes em Tapauá, a partir da arquitetura indígena.

A arquitetura indígena é parte fundamental na busca de entender o processo de formação da arquitetura ribeirinha, que em algumas instâncias compartilha características e materiais construtivos e em função da necessidade de adaptação do homem ao ambiente, permite o surgimento de soluções técnicas também adaptadas à floresta a partir da sua observação (OLIVEIRA Jr., 2009, p. 47).

Os primeiros relatos sobre povos que usavam o flutuante como moradia se referem aos Paumari e foi Gustav Wallis o primeiro informante sobre os povos Paumari, acompanhado do engenheiro João Martins da Silva Coutinho que visitou o rio Purus, em 1862 (KROEMER, 1985).

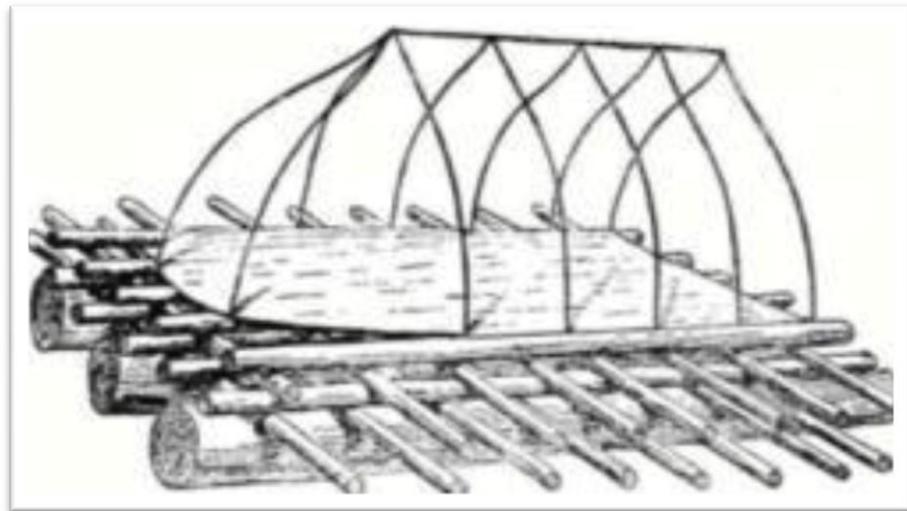
Os Paumari são subdivisões da antiga tribo puru-puru já extinta. Coutinho (1862, p. 67) ressalta que “os Pammarys e Juberys compõem a grande tribo, que sofre da moléstia geralmente conhecida pelo nome de Purupurú. Eram “índios fluviais”, muito pacíficos exímios na pesca e captura de tartaruga, observados por vários viajantes do século XIX, que os localizaram desde a foz do Purus até o Ituxi. Por serem pacíficos, eram de fácil persuasão, utilizados nos trabalhos extrativos da época. Os viajantes Spix e Martius percorrendo o Rio Amazonas, no século XIX, relataram os seus primeiros contatos com os puru-purus na foz do Purus, chamando a atenção para as manchas da pele no corpo.

Entre os índios estavam diversos da horda dos purupurus, que ofereciam seus serviços, como serventes, durante o período da colheita dos ovos de tartaruga, em

troca de um machado ou de um côvado de tecido de algodão. Dois deles estavam atacados de doença de pele singular que seria hereditária entre eles e considerada pelos demais como marca da tribo (...) (SPIX & MARTIUS, 1981, p.168).

No período da vazante vivem nas praias, constroem casas cobertas por folhas de palmeira e na época da cheia quando se formam os lagos, mudam a arquitetura da habitação, com a construção de balsas flutuantes (ver figura 28) para ficarem protegidos, contra insetos, e para a captura do alimento, os Paumari localizam-se exclusivamente no Purus, não sendo encontrado relatos sobre esse povo indígena em outras localidades (CHANDLESS, 1866).

Figura 28: Antigo Flutuante Paumari



Fonte: Ehrenreich, 1948 [1888], Vieira, 2013.

Segundo Coutinho em seus relatos no Purus, descreve sobre os Paumari destacando que:

Logo que a enchente chega a certa altura, e vão sendo invadidas as praias. Levantão-se os acampamentos, e passa o pammary a segunda phase da sua vida annual. Pescadores por excellencia, não abandonão as águas pela terra, e sobre alguns madeiros flutuantes, cedros ordinariamente, fazem um estrado de varas e sobre elle armam uma barraca, que cobrem de esteiras. Em taes habitações passam o tempo da enchente. De dez palmos de largura e quinze de comprimento são as jangadas; cada família tem a sua, e se algum filho contrahe casamento, fica por algum tempo sob o mesmo tecto, até que consiga aposento separado (COUTINHO, 1862, p.68).

São descritos também por Kroemer (1985) a respeito dos Paumari que cada aldeia era constituída de oito a doze casas, destinadas a uma ou duas famílias, a construção das casas eram feitas com técnicas simples mais muito sofisticadas.

... sobre três ou quatro travessas ligadas umas as outras, por meio de cipós, descansavam duas camadas de varas que se cruzavam em ângulo reto. Destas, a superior, que era coberta de finos sarrafos de haste de palmeira e esteiras de miriti, constituía o assoalho. A cobertura da habitação consistia igualmente em esteiras de fibra de palmeira trançadas de folhas, que se fixavam sobre uma armação de quatro ou cinco varas recurvadas. Em um dos lados estreitos ficava a entrada, acima da qual se encontravam mais duas varas arqueadas e convergentes na direção da cumeeira. Sobre elas se podiam ainda colocar algumas esteiras, para assim formar uma espécie de antecâmara. Uma vez que a coberta não abrangia toda a superfície do assoalho, a habitação era circundada por um corredor de cerca de 1m de largura, constituído pelas partes salientes da armação. Toda moradia media 1,75 a 2 m de altura e 5 e 6 m de comprimento. Nestas habitações não se acendia nenhuma fogueira, era na beira que se cozinhava (KROEMER, 1985, p. 133).

Os Paumari são conhecidos pela sua relação com o ambiente aquático. Neste ambiente entre rios, lagos e igarapés, eles se aperfeiçoaram ao longo dos séculos na arte da pesca e de diversas técnicas e são conhecidos como exímios pescadores, comedores de animais aquáticos, índios fluviais, povos das águas, fabricantes de ubás e flutuantes (ver figura 29) e remadores que se contentavam em viver exclusivamente de peixes e de quelônios (SCHÖRODER, 2015; VIEIRA, 2013).

Figura 29: Atual flutuante dos Paumari no lago Marahã (TI Paumari do Lago Marahã)



Fonte: Peter Schröder/PPTAL, 2002, VIEIRA, 2013.

As informações históricas dão a entender que os Paumari desenvolveram estratégias para se adaptar ao ambiente social não indígena, na captura comercial de quelônios e fornecimento de peixes ao mercado regional, por flexibilizar suas relação com os comerciantes regionais e por dinamizar suas formas de ocupação territorial, marcadas por diversificação e alta mobilidade (SCHÖRODER, 2015). Hoje o sistema econômico do extrativismo forçou-os a um novo padrão de vida, dedicam muito tempo ao preparo da roça e as atividades extrativas, perto de casa, e de uma vida improvisada, passaram a uma vida mais organizada, porém ainda se opõe profundamente ao ritmo livre do trabalho, controlado pelas necessidades (KROEMER, 1985).

Eles habitam a bacia do Médio Purus e seus afluentes, como os rios Ituxi, Sepatini e Tapauá, ao Sul do Estado do Amazonas e ocupam áreas relativamente distantes: do rio Ituxi e do Lago Marahã, localizado nas proximidades do Município de Lábrea e as áreas dos Lagos Manissuã, Paricá e Cuniuá, localizados pouco a cima da foz do rio Tapauá (VIEIRA, 2013).

Outro povo destaque no Município são os Apurinã, de grande representatividade no Purus, “Esta grande tribo, que se autodenomina Poppingá ou Kagitê, ocupava todo o rio Purus e seus afluentes à direita, desde o Sepatini até o Hyacu, além dos rios Aquiri e Ituxi e seus afluentes (KROEMER, 1985, p.106).

Segundo Coutinho (1862) em sua expedição pelo Purus os Apurinã era o povo indígena com maior número, o exercício predileto era a guerra, inclusive com os seus próprios povos, bem diferentes dos Paumari que eram elogiados por serem pacíficos. Chandless (1866) destaca que são povos da terra, mas não exclusivamente, “os artigos principais de alimentação são peixes, carne de caça, milho e mandioca” (KROEMER, 1985, p.110).

[...] As suas malocas se compõem geralmente de um grande barracão circular, onde, sem a menor separação, morão diferentes famílias em número de 30 a 80 pessoas. Em algumas ha mais uma ou duas casas: não distão muito entre si, geralmente 300 a 500 braças, e todos de commum acordo marchao ao combate, donde se conclue que existe entre ellas uma ideia de federação. Cada maloca tem o seu tuxaua (COUTINHO, 1862, p.74).

Atualmente, moram distantes da beira do rio, as casas são de forma palafítica, com esteios altos, seguindo o padrão ribeirinho, e que não diferem das moradias de outros povos indígenas. As casas localizam-se em áreas centrais em lugares de altas altitudes, pois no período da cheia podem se proteger e continuar desempenhando suas atividades. “Ainda hoje, a organização política desenvolve-se em pequenos grupos familiares, que formam a comunidade da aldeia” (KROEMER, 1985, p.110).

Os Apurinã têm seu território localizado no médio Purus, há ainda uma aldeia no Município de Manacapuru já próxima a cidade de Manaus, mas muitos Apurinã moram fora de áreas oficialmente reconhecidas, vivendo como seringueiros, ou ribeirinhos, bem como nas cidades (SCHIEL, 1999).

Os arquivos da Paróquia Santa Rita de Cássia de 1965 apontam que a população do Município de Tapauá era composta em sua maioria por indígenas de diversas etnias, sobretudo Apurinã. A respeito dos Apurinã, convém destacar as habitações localizadas no igarapé do São João, que fica próximo à sede municipal de Tapauá, o seu território indígena faz limite com a zona urbana. Essa comunidade recebeu o nome de Igarapé do São João por que antigamente fornecia água e comida para os Apurinã que ali moravam (BETTIOL, 2007).

O senhor E.F.S, que segundo BETTIOL (2007) é o mais antigo morador da comunidade e chegou ali há mais de 45 anos, vindo do rio Tapauá. Conforme Daniel Albuquerque, um dos primeiros moradores da cidade e Prefeito por quatro pleitos, relata que em 1960 já os encontrou no local onde hoje se instala a comunidade (BETTIOL, 2007). O processo de formação étnica da comunidade se deu da seguinte forma:

[...] Eli casou-se com D.B.S., irmã de seu A.B.S., da comunidade Tauamirim. Buscando um lugar mais tranquilo para plantar e morar, adentrou-se com a família para a mata próxima da cidade. Atualmente a comunidade é formada por 11 famílias, totalizando mais ou menos 75 pessoas, todas descendentes da família de E.F.S. e D.B.S (BETTIOL, 2007, p. 27).

Ao analisar a história desses povos podemos traçar um perfil socioespacial de localização, adaptação a habitats distintos e que implica em diferentes formas de morar na Amazônia que se assemelha na contemporaneidade aos hábitos e costumes e de criação dos espaços no Purus, ou seja, são formas pretéritas materializadas no tempo que integram a relação da sociedade com a floresta e rios e a moradia é um elemento chave de explicação.

A moradia flutuante no Purus vem dos antigos puru-puru/paumari, é uma forma de habitação voltada para as necessidades locais para fazer frente à dinâmica dos rios das cheias e vazantes, sendo o meio de adaptabilidade, e não sendo encontrada somente no rio Purus, outros povos indígenas já desenvolviam outras técnicas similares, porém,

As qualidades das casas têm o poder de significar, de ser uma referência daquilo que indica, como também interpretação que pode gerar aos usuários. Tal estrutura representativa nos possibilita estudar a cultura local, de maneira que não apenas consigamos entender um contexto imediato, mas para que tenhamos acesso a todo um processo de significação formado historicamente. Contudo, não é possível

conhecer a mensagem de um sistema de signos sem conhecer seu contexto sociocultural (OLIVEIRA, Jr., 2009, p. 48).

O recorte histórico nos serve para atestar o que aconteceu no passado, em um movimento cíclico de eventos que dão forma as estruturas socioespaciais presentes na referida cidade. O modo como a sociedade de Tapauá vem se (re)produzindo nos mostra que as novas práticas socioespaciais se sobrepõem as velhas, mas tais práticas “antigas” (indígenas) insistem em resistir nas formas pretéritas que perpassam o tempo, e que grande parte da população a elas atribui valores indispensáveis para a sua reprodução. No que diz respeito a forma do flutuante ele vem se modificando ao longo dos séculos, porém o conteúdo de morar sobre as águas permanece, utilizado na contemporaneidade não só pelos paumari, mas sobretudo pelos ribeirinhos, numa vivência que apresenta resíduos desse processo histórico, materializado nas ações que são praticadas no espaço, sobretudo nas margens dos rios. O flutuante é usado pelo ribeirinho para fazer frente à dinâmica do rio, como também a palafita, que apesar de está fixo na terra não é excludente desta vivência ribeirinha.

Há portanto, uma dimensão cultural nas formas, funções e estruturas de produção de moradias e espaços, pois não são encontradas em outros lugares do Purus tamanha densidade de construção de flutuantes²⁷, algo que ainda não se perdeu, um conhecimento sistemático que utiliza da floresta quase todas as fontes para a construção da moradia.

Oliveira Junior ressalta a respeito da influência indígena na habitação ribeirinha que:

A análise da habitação indígena serve como referência histórica de adaptação do homem ao ambiente amazônico, não obstante a habitação ribeirinha diferir em muitos aspectos, principalmente espaciais. A habitação indígena integra-se totalmente com as relações socio-culturais de cada etnia, a ocupação espacial abrange suas crenças religiosas, a estrutura familiar e do clã e as relações sociais individuais, faz conhecer a relação do homem com a floresta e o que ela oferece, formando soluções espaciais muito além das necessidades ligadas ao abrigo (OLIVEIRA Jr., 2009, p. 44).

Quanto à história dos demais municípios que compreendem a bacia do Purus, todos têm quase a mesma origem, ligada à procura das seringueiras que possibilitou a ocupação não indígena da região e aí destacamos os municípios de Boca do Acre, Pauní, Tapauá, Canutama e Lábrea.

²⁷ No trabalho de KLEBA, et al, (2012) analisando as vivências do campo na calha do Purus, no percurso (Lábrea – Beruri), constatou que na região de Lábrea e Canutama dominam os ribeirinhos de várzea, com casas de palafita. Já na região de Beruri e Tapauá há forte incidência de flutuantes.

O Purus somente se insere enquanto ocupação não indígena, quando são criados os primeiros povoados que deram origem a vilas, no *boom* da borracha a partir de 1850. Neste período surgem novos núcleos e os existentes vão ser revigorados (CORREA, 2006). Apesar da região já ser explorada há muito tempo, a efetivação desse processo se dá em função do capital externo, que necessitava da matéria-prima regional.

Em alguns lugares mais propícios ao longo do Purus, foram logo se formando núcleos e se ajeitando a moda de vilas e cidades. Isto permitiu que no final do século XIX surgissem os primeiros municípios. Um dos mais importantes a surgir foi Lábrea. Fundada por nordestinos e desenvolvida pela abundância da borracha, conheceu seus momentos de glória e igualmente profunda decadência (FERRARINI, 1976, p.8).

A respeito do povoamento não indígena os precursores surgiram em 1870 e tiveram como guia o coronel Antonio Rodrigues Pereira Labre, auxiliado por Manoel Urbano que o agasalhara em Canutama e que pouco tempo depois prosseguiu pelo Purus acima e foi se estabelecer nas vizinhanças da confluência de Ituxi (CUNHA, 1960).

Com o a exploração e valorização da borracha foram aumentando o número de vapores circulando no Purus, conduzindo milhares de pessoas para trabalharem nos novos seringais surgidos na época, atraindo para o rio Purus e seus afluentes mão de obra que visava o sonho da riqueza fácil tangida e fugida do flagelo da seca que assolava o Nordeste Brasileiro (BITTENCOURT, 1918). Desse movimento surge Lábrea em 1873, Canutama em 1890 no mesmo ano foi criado a Vila de Antimari, mais tarde Floriano Peixoto e finalmente Boca do Acre em 1934. Duas décadas depois são criados os municípios de Pauini e Tapauá todos desmembrados de Lábrea.

As pequenas cidades ribeirinhas foram produzidas por processos históricos que deixaram marcas no espaço, pois estão inseridas no contexto dos rios navegáveis do Purus, gerando uma articulação diante da rede urbana da Amazônia como centros de decisões e poder. Essas pequenas cidades estão distantes uma das outras e pouco articuladas entre si perante a rede urbana, os serviços são restritos a cada cidade, o que as liga é apenas o transporte fluvial, este, possibilitou o dinamismo da economia da borracha, o povoamento da região e o surgimento das cidades no Purus.

CAPÍTULO 2: CIDADE E RIOS, A MORADIA SOBRE AS ÁGUAS

2.1 COMO A MORADIA VEM SENDO TRATADA NA GEOGRAFIA E NA AMAZÔNIA

O modo como cada cidade cresce é alvo de diversos estudos que são tratados no âmbito da geografia, não como um espaço qualquer, mas como uma produção que possibilita diversas formas de espacialização a partir das condições objetivas de cada grupo social que produz o espaço urbano nos diferentes lugares, onde se concretizam as formas socioespaciais da cidade e que se dão de maneira desigual.

Moradia e habitação em alguns casos vêm sendo tratadas como sinônimos, porém o significado de cada uma difere e dificulta o entendimento mais amplo dessa questão na geografia em suas análises. Nesta dissertação, habitação é considerada como a estrutura física da casa, é a edificação do imóvel, já a moradia é tratada como um conceito muito mais amplo que diz respeito ao conjunto de elementos que possibilitem o bem estar do morador, ou seja, não trata só da estrutura física ou construída, mas do meio no qual a casa está situada, onde engloba as questões referentes a localização e ao acesso aos serviços, permitindo assim a produção e a reprodução dos grupos sociais.

A moradia como uma categoria de análise, pode nos ajudar a compreender as transformações socioespaciais, Rodrigues (1997) afirma que é sempre preciso morar, pois não é possível viver sem ocupar um espaço, vestir e alimentar-se, são necessidades básicas dos indivíduos. Nesse sentido, “A cidade, enquanto realização humana, é um fazer-se intenso, ininterrupto” (CARLOS, 2008, p. 67), uma produção que se reproduz de diferentes formas, muitas vezes sem qualquer infraestrutura e um planejamento eficaz para reverter a situação de vulnerabilidade social.

[...] O que hoje se entende por escassez de moradia é o peculiar agravamento das más condições de moradia dos trabalhadores em razão da repentina afluência da população as metrópoles [...] é a impossibilidade de encontrar alojamento. É a única razão pela qual essa escassez de moradia passou a ser tema frequente é que ela não se limitou à classe dos trabalhadores, mas acabou atingindo também a pequena burguesia (ENGELS, 2015, p.38).

As péssimas condições habitacionais, o encarecimento do preço da moradia e a segregação das classes e camadas sociais no espaço, são três das principais marcas da urbanização brasileira (RIBEIRO; PECHMAN, 1983, p.7). Ao tratarmos a questão da moradia na geografia, logo a análise recai sobre o que seria uma moradia digna? Para respondê-la, é necessário compreender que a produção do espaço ocorre de forma dinâmica,

onde as condições habitacionais da sociedade e as diferentes formas de ocupação se dão de modo desigual no espaço e em lugares específicos de cada cidade, portanto diz respeito a uma série de fatores da produção e reprodução da sociedade, que tem na moradia uma necessidade básica para a vida humana. Para Milton Santos:

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é o suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas também do modelo espacial (SANTOS, 1993, p.10).

Na produção da cidade, insere-se também a produção da casa (RODRIGUES, 1997). Ao tratar a moradia enquanto conteúdo material da cidade, ela vem sendo interpretada aos olhos do sistema capitalista, segundo Maricato (1997) a habitação é uma mercadoria que tem produção e distribuição complexa, é a mercadoria de consumo mais cara e seu preço é maior do que os salários médios, por isso o comprador demora muitos anos para pagá-la ou juntar o valor que corresponde ao seu preço.

Os grupos sociais de maior poder aquisitivo produzem o espaço e a moradia conforme as suas necessidades de reprodução, opondo-se a quem não tem as mesmas condições, a estes, como uma forma de resistência contra segregação do espaço, lutam pelo direito à cidade. Para Ana Fani A. Carlos, o direito a cidade no que tange Henri Lefebvre, aponta uma sociedade no qual:

[...] o direito a cidade manifesta-se como forma superior dos direitos, na condição de direito a liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e à habitação. O direito a obra (atividade participante) e o direito a apropriação (bem distinto da propriedade) se imbricam dentro do direito à cidade, revelando plenamente o uso (CARLOS, 2013, p.108).

A moradia figura como um signo de representação espacial e socioeconômica na cidade, portanto, pensar a questão da moradia é compreender as especificidades de cada lugar dentro do espaço urbano, pois ela se materializa nas mais diversas formas e funções: do barraco, lojas, dos prédios, condomínios, favelas e outros, do que possibilita a construção no meio, é o lugar de identidade cultural, econômica, que reflete nas condições possíveis dos grupos sociais de se inserir no espaço urbano e dos serviços e equipamentos urbanos disponíveis a eles que não são para todos. Segundo Correa (1989) o espaço urbano é

fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas, é a própria sociedade representada em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais.

A forma da cidade é característica da sociedade que nela vive, objeto de investigação a partir do olhar do observador que abrange a sua totalidade. Ao tratar a questão da moradia, deve-se atentar que:

A crise da moradia afeta não só as classes populares, mas também as camadas médias da população. Estas, apesar de ter um maior poder aquisitivo e um melhor nível de consumo que os grupos de baixa renda, não podem escapar da crise de moradia, que não resulta apenas do processo de urbanização tumultuada, mas de um processo mais amplo de acumulação concentradora e excludente que agrava a desigualdade distributiva de renda e o problema do emprego (SILVA, 1987, p. 17).

Nesse sentido, os estudos da geografia urbana, com ênfase para a questão da moradia, tem nos revelado por meio da paisagem as transformações socioespaciais que são estabelecidas no meio, gerando diversas espacialidades a partir da ação da sociedade nos espaços que se dão de formas desiguais. A atuação em conjunto com os diversos grupos sociais no espaço, produzem a cidade. Segundo Roberto Lobato Corrêa:

A espacialidade é um atributo da ação da natureza e da ação humana, manifestando-se primeiramente via diferenciação espacial de processos e formas naturais e socialmente produzidos. A espacialidade exhibe, por outro lado, temporalidades diversas graças à permanência de processos e formas criadas no passado. Como processo, a segregação residencial exhibe uma complexa espacialidade, associada à existência e reprodução dos diversos grupos sociais que vivem na cidade (CORRÊA, 2013, p.44).

A geografia, por tratar da cidade enquanto espaço com dimensão humana e física, possibilita maior interpretação da realidade urbana, pois entende o espaço como produto dinâmico da sociedade, e que está em constante transformação. Portanto, busca caminhos que englobem as dualidades da disciplina nas análises sobre o pensar a moradia: o acesso à renda, aos serviços e a possibilidade espacial e geomorfológica do habitat e habitar na cidade, as especificidades de cada cidade, assim como as diferentes técnicas que são utilizadas para a construção da moradia na cidade, as quais se dão desigualmente, por quem produz e habita no espaço urbano com as singularidades de cada lugar.

A moradia, enquanto objeto de análise, nos ajuda a pensar a cidade e como o espaço urbano se espacializa, nos possibilita mensurações qualitativas e quantitativas, para o crescimento urbano e das distintas espacialidades que são criadas pelos grupos sociais na cidade. Segundo Milton Santos: “A geografia passa a ser aquela disciplina tornada mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar” (SANTOS, 2007, p.13).

A cidade enquanto objeto social e natural é transformado pela técnica a partir da dimensão histórica de cada lugar, enquanto produto socialmente construído. A articulação da sociedade e da natureza é dinâmica nesse processo, em algumas cidades esse dinamismo é mais intenso como na Amazônia, principalmente nas pequenas cidades em que campo e cidade não se separam, se complementam como elementos de trabalho e de vida, em outras cidades nem tanto, pois é a indústria que altera o urbano, com práticas sociais e de trabalho voltadas para a cidade. Portanto, o conceito de espaço e a apropriação dele precisa abranger as transformações que ocorrem nas cidades seja em tempos lentos ou rápidos.

Essa temporalidade, que ocorre de modo desigual em cada cidade, não tem relação com a ideia de atraso ao progresso, mas de práticas socioespaciais ricas de valores de uso na cidade, principalmente pelos segmentos pobres da sociedade como fonte de expressividade do lugar, desse modo é outra dimensão espacial e de vida, e uma das possibilidades de compreender esse dinamismo é por meio da espacialização das cidades a partir da moradia, de quem habita e produz espaços.

Ao pensar na dinâmica espacial da cidade, na qual a moradia se insere, recorre-se a Milton Santos (2006) que compreende o espaço como um conjunto indissociável e ao mesmo tempo contraditório, formado por um sistema de objeto e sistema de ações. A cidade apresenta esse dualismo de complexidades inerentes à sociedade que habita, produz espaço, e diferentes moradias, a partir das condições dos grupos sociais, da técnica do lugar que se dá socialmente.

O sistema de objetos corresponde a tudo aquilo que a natureza e a sociedade produzem, desde os objetos naturais até os artificiais: uma floresta, rios, ruas, pontes, casas, cidades, tornando o espaço artificial enquanto conteúdo de criação e ao mesmo tempo como o espaço da possibilidade, pois tem a capacidade de se reinventar, diante daquilo que a técnica é capaz de criar e superar obstáculos geográficos que dificultem a habitação humana.

A moradia, enquanto conteúdo humano de vida e de reprodução, faz parte do sistema de objetos e corresponde aquilo que a sociedade produz em processo dialético com a natureza, onde objetos artificiais são produzidos socialmente na cidade, levando a conformidade social do habitar nas condições que são possíveis, tais como ocupações em áreas inundáveis, de

encostas, ou até mesmo no rio (moradia flutuante); em alguns casos assumindo risco de vida em outros é possível superar tais barreiras naturais a partir da técnica, agregada ao alto poder aquisitivo ou ao conhecimento do lugar, ao conceber o espaço como dimensões naturais e de vida que agreguem o valor simbólico, cultural e social, como na Amazônia.

Os sistemas de ações resultam das normas, leis, da cultura que são desempenhadas no espaço e em cada sociedade, que ao agregar a técnica, com as especificidades do lugar e de cada cidade, o morador produz formas espaciais distintas no espaço e na moradia. Não se trata de dizer que a técnica construtiva é melhor ou pior de um lugar para outro, pois ela é carregada historicamente de ações desenvolvidas ao longo do tempo por mecanismos tecnológicos de estruturas ou superestruturas que são criadas principalmente nas grandes cidades, como também de tecnologias “simples” de outras cidades.

A análise da moradia vem sendo tratada a partir de duas visões que se complementam, de um lado está voltada para a segmentação das classes sociais e a distribuição de renda, e do outro avalia as intervenções que são feitas na cidade com políticas públicas, principalmente a nível Municipal. Na esfera do poder público, é o nível municipal que tem maior peso (SPOSITO, 2013).

As políticas habitacionais mudam constantemente a cada gestão, porém os gestores não são capazes de disponibilizar os serviços públicos de modo uniforme. O que vem ocorrendo são soluções pontuais e ideológicas voltadas principalmente para a população desprovida de renda, no entanto o que se vem conseguindo é, no máximo, resolver o imediato. Segundo Lefebvre (2001, p. 111) “Os políticos tem seus sistemas de significações, ideologias que permitem subordinar as suas estratégias os atos e acontecimentos sociais que são por eles influenciados.”

São construídos conjuntos habitacionais distantes da área central, isto nas cidades do interior do Amazonas e distantes dos centros urbanos da cidade nas cidades maiores, onde os trabalhos estão concentrados e não visam criar mecanismos de permanência das famílias atendidas, ou seja, dão a moradia e o resto fica por conta da população, haja vista, que são lugares desprovidos dos serviços, principalmente de uma rede de transporte eficiente, empurrando o “problema” para longe da cidade e levando à ilusão da solução. Segundo Maria Encarnação B. Sposito:

O afastamento socioespacial dos cidadãos, gerando ou não segregação, resulta em desigualdade dos direitos ao acesso à cidade, no sentido de dela se apropriar e de participar completamente, como compartilhamento de territórios e experiências comuns (SPOSITO, 2013, p. 85).

Portanto, políticas voltadas para amenizar a questão da moradia tais como a construção de unidades habitacionais, regularização da situação fundiária, assistência às populações carentes e meios legais que visem suprir o déficit habitacional, precisam ser elaboradas a partir do lugar, do que é específico para cada cidade e sociedade, e não copiadas de parâmetros de outras cidades das quais a realidade urbana é diferente, como por exemplo, na Amazônia.

Um exemplo clássico da temática habitacional na Amazônia ocorreu na cidade de Manaus. A partir da especificidade do lugar, cortada por rios e igarapés, surgiu a partir de 1920 a extinta Cidade Flutuante (ver figura 30), onde as políticas habitacionais implantadas foram fracassadas agravando ainda mais o problema na cidade nas décadas posteriores.

Figura 30: Cidade Flutuante de Manaus



Fonte: SOUZA, 2010

Em outras cidades do país as favelas localizavam-se nas encostas de morros e à beira de rodovias, em Manaus a espacialização urbana se deu em ambientes de intrínseca relação com o meio natural e ao mesmo tempo urbano: rio, igarapé e cidade, levando a formação de um fenômeno de resistência do lugar, materializada no tipo de habitação que é típica da região: o flutuante. Segundo Salazar (1985), não foi fruto de uma adaptação aquática, mas

uma alternativa de moradia mais barata para os que não tinham condições do acesso à terra, assumindo as primeiras formas de resistências e enfrentamentos ao capital e ao Estado.

A cidade flutuante era formada por um conjunto de casas de madeira, construídas sobre troncos de árvores capazes de torná-las flutuantes sobre as águas do rio negro e igarapés da cidade de Manaus, desde os anos de 1920 até 1967, em meio à política de integração nacional dos governos militares, quando é criada uma zona de livre comércio em Manaus, visando retirar a cidade do enfraquecimento econômico e numa dimensão macroeconômica, integrar uma região estratégica ao modelo internacional de produção capitalista (SOUZA, 2010).

A cidade flutuante tinha vida própria, comércios, bares, oficina de reparos de barcos e motores, transportes de catraias, grande quantidade de lavadeiras e outras formas de subemprego, e apresentava um grave problema de ordem social, além de altos índices de violência que faziam parte do cotidiano (SALAZAR, 1985).

A Cidade Flutuante de Manaus:

[...] reterritorializou um estratégico espaço público, porta de entrada para qual Manaus se abria para o mundo, significou para as mais de 12 mil pessoas que chegou a abrigar em seu auge nos anos sessenta, além de moradias mais baratas e possibilidade mais estratégica de trabalhos associados com a vida marítima do Porto e com a do Mercado Público; para o governo militar, recém implantado, representava um modo cultural de vida descompassado dos rumos modernos e funcionais que a “urbe industrial”, a partir daquele momento deveria seguir (SOUZA, 2010, p. 13).

Segundo José Aldemir de Oliveira e Danielle Pereira da Costa a atuação do Estado no intuito de resolver o problema das moradias em Manaus teve como,

Um dos primeiros atos do Governo Militar foi a criação, em 1964, por meio da Lei nº 4.380/64, do Banco Nacional da Habitação (BNH), extinto em 1986. Com o BNH, também foi criado o Sistema Financeiro da Habitação, com crédito regulado, visando atender à demanda de habitação popular e de construção de infra-estrutura urbana (OLIVEIRA; COSTA, 2007, n.p).

Dentre os programas criados pelo Banco Nacional da Habitação, dois se destacam: o COHAB, criado em 1966 que tinha como meta a construção de casas em áreas livres para a formação de conjuntos habitacionais destinados às famílias que possuísem renda de três salários mínimos, posteriormente, sendo estendido para famílias com até 5 salários mínimos e o segundo, o PROMORAR, criado em 1982, tinha como objetivo promover a urbanização

das áreas carentes de infraestrutura e dos serviços urbanos. Os dois programas foram de suma importância na produção do espaço urbano de Manaus, pois através desses dois programas se deu a construção de conjuntos habitacionais e a implementação do “projeto de urbanização” do bairro Coroadó, executadas pela COHAB- AM, órgão responsável pela política habitacional no Estado, mais tarde se tornara a Superintendência Estadual de Habitação SUHAB, (OLIVEIRA; COSTA, 2007), entre outros projetos habitacionais que foram implantados nas décadas de 1980-90 e nas seguintes.

No que tange o “problema” da Cidade Flutuante, as políticas implantadas, pelo decreto nº 168 de 10 de abril de 1965, iniciaram com a remoção dos moradores da cidade flutuante. Salazar (1985) ressalta que tal medida firmada pelo Governo Militar não obedeceu a nenhum planejamento adequado, a população foi levada para lugares distantes da cidade, e lá reconstruíram seus barracos, outras famílias foram conduzidas para os conjuntos habitacionais criados nos Bairros Flores e Raiz, estimados em aproximadamente 700 moradias.

Foram políticas centralizadoras e autoritárias e Salazar destaca que houve violência na remoção. Como uma forma de compensação pela “perda da moradia”, as famílias que não foram contempladas para ir aos conjuntos, foram beneficiadas com uma quantia em dinheiro para o transporte (dos materiais construtivos do flutuante) e conseqüente construção da casa em áreas distantes onde inexistiam os serviços urbanos, ou seja, foi um modo de “jogar” o problema para longe da cidade, assim, como nos conjuntos não detinham de infraestrutura urbana adequada e nem foram criadas condições para que esses moradores pudessem permanecer.

A política habitacional implantada pós 1965 tem se constituído como um dos maiores fracassos do Governo Militar no Amazonas, e a atuação do BNH e da COAB –AM, não trouxe resultados satisfatórios para grande parte da população da Cidade Flutuante que não suportaram pagar as prestações do imóvel dos conjuntos habitacionais, um valor alto em relação ao poder aquisitivo dos moradores. Foram aos poucos deixando os imóveis e migrando para outras áreas da cidade, ou para as margens dos igarapés que cortam o tecido urbano de Manaus, na forma habitacional da palafita, que penduram até os dias atuais, fruto desse período.

Visualmente o problema foi resolvido, porém socialmente, implicou nas diversas espacialidades produzidas na cidade de Manaus, oriundas das desigualdades socioespaciais materializadas na paisagem urbana.

Salazar (1985) aponta que a transferência da população da cidade flutuante prejudicou sensivelmente suas formas de sustento, implicando diretamente nos rendimentos e em consequência na qualidade de vida. Por não poderem pagar seja pela casa, pela energia e água surgiu em um dos principais problemas urbanos da cidade de Manaus: as ocupações urbanas que passam a ocorrer na cidade a partir dos anos de setenta.

Ao tratar a moradia na Amazônia, leva-se em consideração a tudo o que foi exposto sobre a questão, porém, atenta-se que as questões urbanas encontradas em espaços em que a natureza está muito próxima, a vida urbana pode não está diretamente ligada a explicações universais, principalmente nas pequenas cidades ribeirinhas da Amazônia Ocidental, como na cidade de Tapauá, que tem como característica marcante a localização na beira do rio.

[...] as cidades ribeirinhas são as mais representativas das cidades tradicionais, dadas as intensas relações para com o rio; este que é visto em sua multidimensionalidade, como fonte de recursos e de representações simbólicas, como via de circulação, como espaço de uso doméstico e de prática de atividades lúdicas, e ainda, como elemento de lazer e de contemplação (TRIDANDE Jr, 2013, p. 16).

Para Trindade Jr (2015) trata-se de uma diversidade urbana que se revela não apenas pelos diversos tipos de cidade e pelos múltiplos tipos de urbanização, mas por formas complexas de espaços que se mesclam, a partir de interações de diferentes naturezas que chegam de fora e que se misturam com as de dentro, revelando no espaço os vestígios daquilo que permanece no lugar por meio das resistências.

É importante compreender que há uma forte influência das culturas preteritas nas sociedades e nas formas de produção de espaços na Amazônia. Esta dissertação enfoca na análise para a região do Purus, em Tapauá, lugar onde se preserva o conhecimento da floresta e dos rios no seu cotidiano, seja na forma de morar e de conceber e (re) produzir o espaço.

Na Amazônia, especialmente nas cidades do Purus no Estado do Amazonas, há possibilidades de reinventar o lugar a partir do conhecimento que vem sendo reproduzido pela sociedade, tratam-se de mecanismos de sobrevivência nesses lugares da Amazônia, que apresentam formas e conteúdos específicos, materializados nas cidades e nas moradias flutuantes e palafitas, ora mais densa, ora mais rarefeita, segundo Trindade Jr (2013) são diferentes formas socioespaciais que revelam diferentes maneiras de se expressar o urbano.

Essa densidade de moradias flutuantes podem ser observadas tanto no interior como nas cidades do Purus, especialmente na região que compreende os Municípios de Beruri e Tapauá. A forma e conteúdos dos espaços apresentam semelhanças, porém, em cada tempo,

em cada lugar as especificidades são encontradas: o rio corta e ao mesmo tempo une a sociedade e natureza na busca pelo ir e vir, contemplando uma paisagem que por si só demonstra o indiferente, o aleatório, o improvisado de cada lugar e a possibilidade que dele se tem.

2.2 A MORADIA NA AMAZÔNIA, ASPECTOS GERAIS: OS FLUTUANTES DE TAPAUÁ

Para se compreender as formas de moradia na Amazônia, deve-se atentar para o espaço em que elas estão inseridas. São habitats que contemplam floresta-rio-cidades e um modo de vida que permite a produção e reprodução das sociedades graças ao conhecimento do lugar que perpassa o tempo natural e de vida em processo cíclico herdado das sociedades passadas: dos indígenas, nordestinos e dos caboclos ribeirinhos.

Sua paisagem condiciona as atividades humanas de tal modo como não se verifica em outros lugares. O modo de organização do espaço é centrado numa dimensão que nem sempre podem ser compreendida.

A água é, ali, o fator que gera e impulsiona a vontade do caboclo, sem permitir que homem e chão se integrem suficientemente, anulando obstáculos que até aqui se oferecem contra o desbravamento, em maior amplitude, do intrincado manto da floresta (LEITE, 1969, p. 219).

Ao se falar das populações Amazônicas, a imagem do ribeirinho é lembrada como uma espécie de personificação daquilo que se considera típico da cultura regional (CRUZ, 2008). A moradia também é personificada, não como um elemento qualquer, mas como formas habitacionais (palafitas ou flutuantes) que materializam a essência desse viver e ser caboclo ribeirinho. Assim, ribeirinhos, caboclos, agricultores, trabalhadores rurais e pequenos produtores são formas de identificar os homens que vivem à margem dos rios, lagos, igarapés da Amazônia (FRAXE, 2000).

O ritmo das águas impõe ritmos específicos de vida na Amazônia, porém Derruau (1973) salienta que o meio ambiente não determina o modo de vida, e a prova está no fato de que nem todos os povos conseguiram êxito na sua adaptação. O próprio modo de vida está relacionado com a cultura e esta interligada com todo o complexo geográfico que incorpora o solo, o clima e a organização econômica, social e coletiva (DERRUAU, 1973). Para o autor,

conforme as técnicas vão se desenvolvendo, o ritmo de vida vai se modificando, tornando-se cada vez mais independente do meio físico. Com isto a moradia se insere na produção específica do lugar a partir da técnica, com as diferenças de cada grupo, no tempo e no espaço, como reflexo das condições do homem que o habita, e interage com a natureza por meio da casa, representada como a expressão concreta deste modo de vida.

A adaptação do homem à natureza (rio/várzea/floresta) como lugar de morada, se dá sob duas formas de habitação para fazer frente à dinâmica ao rio. A primeira forma da casa é palafita construída sobre estacas de madeira, que sustentam a construção, cuja denominação é formada pela junção das palavras latinas palus, que significa pau, e fictus, que quer dizer fincado, enclavado, porém esta terminologia está longe de se referir apenas à ideia de paus fincados no chão, mergulhados na água (LENCIONI, 2013). A forma da casa palafita guarda íntima relação com as construções indígenas, tanto pela técnica como pelos materiais construtivos serem extraídos da floresta que dão a materialidade da casa.

A segunda forma é a casa flutuante, mais dinâmica, pois é um imóvel que ao mesmo tempo é móvel e possibilita deslocá-lo de um lugar a outro.

A casa flutuante assemelha-se às palafitas na escolha dos materiais construtivos, especialmente porque constitui uma solução de moradia em sintonia com as condições naturais. Sobre as águas, a casa flutuante pode mudar de lugar, vai navegando pelos rios, mas não se confunde com um barco; é lugar de morar, é uma moradia, um lar. Quando os ribeirinhos dizem que moram num flutuante, querem dizer que habitam uma casa flutuante, obra da arquitetura fundada em conhecimentos e técnicas nada simples, que têm passado de geração em geração como expressão da cultura ribeirinha (LENCIONI, 2013, p.89).

Visando compreender a relação da rede urbana com a moradia flutuante em Tapauá, vamos centrar na discussão desta forma habitacional, exatamente por que ela permite que parte da população interiorana, que habita em flutuantes se disperse ou se concentrem no rio tornando-o espaço fluvial conforme lhe convém, seja devido à procura de um novo lugar que possibilite o melhor acesso aos recursos naturais e propicie melhores condições de vida, ou a busca por lugares “próximos” a sede Municipal, visando o acesso aos serviços da cidade. Portanto o rio torna-se o fluxo dinâmico para com as comunidades ribeirinhas e a cidade.

As pessoas que moram no interior de Tapauá, guardam semelhanças no que diz respeito à forma como produzem o espaço e quando migram para a cidade não mudam substancialmente, como pode ser visto na forma de organização do bairro flutuante de Tapauá que guardam muito do que era a vida no interior, a partir de uma perspectiva de

adaptabilidade ao lugar. Aqui a dinâmica espacial dos flutuantes se aproxima das concepções de Milton Santos, para quem,

[...] as formas geográficas contém frações do social, elas não são apenas formas, mas formas conteúdo. Por isso, estão sempre mudando de significação, na medida em que o movimento social lhes atribui, a cada momento, frações diferentes do todo social. Pode-se dizer que a forma, em sua qualidade de forma conteúdo, está sendo permanentemente alterada e que o conteúdo ganha uma nova dimensão ao encaixar-se na forma. A ação, que é inerente a função, é condizente com a forma que contém: assim, os processos apenas ganham inteira significação quando corporificados (SANTOS, 1988, p.2).

Segundo Amaral, et al, (2013) o fenômeno urbano na Amazônia atual se estende pelo território e se estrutura por diversas formas socioespaciais, tais como as comunidades ribeirinhas, que, ao formarem redes urbanas incipientes, apresentam características peculiares definindo sua importância na estruturação do território regional.

Por comunidade ribeirinha entende-se a concentração e a localização de um pequeno número de famílias à beira do rio, vivendo em casas de palafitas ou flutuantes, em que o modo de vida e o trabalho desenvolvido está ligado a dinâmica da natureza, a partir do que ela tem a oferecer.

No município de Tapauá, no que diz respeito à forma da habitação, há o predomínio de flutuantes nas comunidades ribeirinhas (ver figura 31), existindo comunidades habitadas exclusivamente por flutuantes.

Figura 31: Comunidade Ribeirinha no Município de Tapauá



Foto: Arlan Justino – trabalho de campo, agosto/2016

Por muito tempo os rios foram e ainda continuam sendo em muitas áreas da Amazônia o referencial e o diferencial na organização espaço temporal e cultural das populações (CRUZ, 2008). O que diferencia o flutuante da palafita é a intensa capacidade da mudança, da chegada e saída dos moradores que podem se deslocar pelos rios, conforme suas necessidades, pois não estão fixos, nas terras de várzea como as palafitas, o que não quer dizer que a mobilidade não aconteça para quem habita em palafita, pois para ter o acesso mais rápido a outro lugar, a construção de um flutuante é uma possibilidade que permite ao ribeirinho o deslocamento “fácil”, pois ele detém da técnica e dos recursos madeireiros para mudar a forma da casa: de palafita para o flutuante. Mas como mecanismo de resistência na cidade, o flutuante consegue trazer o espaço de vivência do rio e da floresta, mesmo estando em outro lugar.

Os materiais vão influenciar na própria planta da casa (DERRUAU, 1973). O início da construção se dá com a procura das bóias, mas antes, o morador deve-se atentar e definir qual será a finalidade do flutuante – Será para moradia? Um comércio? Moradia/comércio? – Todos esses questionamentos são importantes para calcular a quantidade de bóias necessárias para a montagem da estrutura da casa e o peso que a mesma irá suportar, de modo que o flutuante não venha a sofrer excesso de peso e parte venha e imergir.

As toras de madeira flutuante são advindas da árvore *Huru Crepitans*, conhecidas localmente como Açacú. É uma árvore encontrada nas margens do rio ou nas várzeas do Purus com características de tronco espesso e retilíneo, podendo chegar a mais de 35 metros de altura. A seringueira também apresenta esta característica de flutuação, entretanto, em contato com a água, em torno de 2 anos, ela tende a encharcar, ficando pesada, perdendo a sua capacidade de flutuação e apodrecendo, portanto não sendo indicada para a base da casa flutuante. O ribeirinho por ter este conhecimento e a técnica opta pela primeira, por que o Açacú, em contato com a água tende a ser conservado durante mais de 30 anos, impondo sua resistência contra as correntezas e ao mesmo tempo, nas águas, torna-se uma madeira “leve” que possibilita o transporte.

O flutuante é uma casa como o próprio nome já diz, que flutua no rio, sustentado por toras de madeira (popularmente chamadas de bóias) que dão suporte para a flutuação de toda a estrutura da casa, possibilitando a montagem das vigas, que é uma peça de madeira colocada no sentido horizontal da bóia (esta ficando no sentido vertical) responsável pela sustentação do assoalho. A viga vai transferir o peso de toda a casa para as bóias possibilitando que a mesma flutue na água (ver figura 32).

Figura 32: Montagem da estrutura do flutuante: as vigas são preferencialmente de paxiúba ou piranheira.



Foto: Arlan Justino – trabalho de campo, setembro/2016

O flutuante é a casa que ao mesmo tempo é um porto ribeirinho, analogia que os moradores fazem para este tipo de habitação, por que o lugar não serve apenas para morar, mas também é utilizado nos afazeres do cotidiano – como ancorar as canoas ou pequenos barcos ao redor das bóias após a chegada/saída – de modo que a casa, com sua varanda nas laterais, facilita o transporte e embarque de pessoas e cargas, anulando o trabalho que se teria para transportar para terra, haja vista que as cheias e vazantes ora dificultam, ora facilitam o modo de vida e propriamente o cotidiano de quem habita em palafita. O flutuante enquanto moradia não se modifica perante as oscilações do rio, impondo a praticidade para o morador com uma arquitetura já planejada para atender as suas necessidades (ver figura 33).

Figura 33: Casa Flutuante em Tapauá



Foto: Arlan Justino – trabalho de campo, setembro/2016

No Município de Tapauá a madeira de açacú tem se valorizado constantemente por servir como bóia, o principal material para a construção do flutuante, fazendo com que pela falta e procura, agrega-se valor de troca nas construções urbanas que ocorrem no rio.

No interior a construção do flutuante é mais acessível do que na cidade pela facilidade de se obter os recursos madeireiros, o ribeirinho mesmo serra, ou paga um serrador na comunidade por R\$ 100,00 (cem reais) a diária²⁸ (Pesquisa de campo, setembro de 2016).

Na cidade, o morador compra nas serrarias as madeiras que precisa de imediato, para montar a estrutura da casa e a medida que as condições financeiras possibilitem o acesso ao meio de transporte/gasolina, motor-serra, ele próprio busca na floresta as madeiras que necessita para retomar a sua construção (ver figura 34).

²⁸ Na cidade esse valor varia dependendo do local onde será feita a extração.

Figura 34: Extração da madeira que será utilizada na construção aos redores da Cidade de Tapauá



Foto: Arlan Justino – trabalho de campo, setembro/2016

No interior antigamente a bóia era doada, hoje o ribeirinho vende a árvore²⁹, tal prática nas comunidades já é bastante comum, assim como na cidade. Constatou-se que há outra rede comercial de construção que funciona paralelamente com a da cidade. Na cidade os preços variam, levando-se em consideração ao comprimento e espessura do tronco da bóia, podendo custar em média de 1500 até 3500 reais (esse valor pode ser parcelado) na cidade (ver figura 35).

²⁹ O valor varia muito dependendo da negociação, mas é feito a partir das condições com que o ribeirinho pode pagar, seja ela como mão de obra na ajuda do roçado, na pesca ou dinheiro, podendo variar de R\$ 300 (trezentos reais) à R\$ 600 (seiscentos reais) o preço de uma bóia, sendo que esse valor pode se tornar mais baixo pelo grau de amizade e proximidade entre as pessoas. (trabalho de campo/ Setembro de 2016).

Figura 35: Boias que são vendidas em frente a cidade de Tapauá-AM



Foto: Arlan Justino – trabalho de campo, setembro/2016

O flutuante é denominado por seus habitantes de “casa molhada”, por ser uma moradia que está sempre em contato com a água, seja pelas chuvas, banheiros que tendem a deteriorar toda estrutura da mesma, em um processo muito maior do que uma construção palafita. Em torno de 15 anos uma casa flutuante, mesmo construída com madeiras tidas como de boa qualidade, começa a dar sinais de deterioração, precisando, portanto de reformas para manter a casa em estado de equilíbrio e conservação.

As bóias são o “terreno” da casa, e ao ser utilizada ela se confunde com a vida dos moradores, elas possibilitam a reprodução de toda uma família ao longo do tempo de permanência no flutuante. É importante destacar que a população vive com medo de se expor, pois tais práticas são feitas contra as leis ambientais que proíbem a retirada de madeiras, pois não provém do corte autorizado em áreas de manejos.

Na construção, como é um trabalho realizado no rio, se opta pela margem de menor intensidade de banheiros, que facilitam ao construtor a organização da estrutura das bóias. Para que possam ser colocadas às vigas que vão dar a sustentação ao assoalho é necessário a priori nivelar as bóias, ou seja, na expressão popular dos moradores, “nós temos que cavar pequenos buracos com machado nas bóias para que o encaixe das três ou quatro peças de madeira (viga) fiquem plano” no sentido latitudinal. O nivelamento consiste exatamente em deixar pronto a superfície para a sustentação do assoalho (ver figura 36).

Figura 36: Montagem das vigas, sentido latitudinal - Flutuante de Tapauá-AM



Foto: Arlan Justino – trabalho de campo, setembro/2016

Numa construção civil, em terra, pode-se tirar o nivelamento com escavação do solo, é retirado ou colocado para nivelar o piso. No caso do flutuante o piso são as bóias, como elas são de tamanhos e espessuras diferentes, elas precisam estar planificadas, ou seja, apresentar certo padrão para receber o encaixe das vigas.

O construtor, ao observar as bóias no sentido vertical, busca distribuir as medidas de cada ponto do tronco, de modo, que haja certa divisão entre um ponto e outro para fincar cada viga no seu encaixe. A escolha do primeiro ponto se dá pelo método de comparação do construtor, sabe-se que do lado de maior espessura da bóia, necessitará cavar mais o ponto, do que o lado oposto de menor espessura, para que as três ou quatro vigas apresentem as mesmas dimensões latitudinais, formando a base da construção.

A partir do encaixe da primeira viga, cria-se a estabilidade, prendendo assim as restantes e facilitando o andamento do encaixe das demais vigas. Como é um trabalho manual, são constantes os erros, quando não apresentam o padrão plano como esperado das vigas, o construtor para corrigir o problema, coloca pedaços de madeira no fundo dos cortes

para tentar equilibrar e planificar horizontalmente a viga que esteja atrapalhando o alinhamento (ver figura 37).

Figura 37: Pedacos de madeira colocados para planificar a estrutura do flutuante em Tapauá-AM



Foto: Arlan Justino - trabalho de campo, setembro/2016

Depois de todo o processo as vigas são pregadas nas bóias com vergalhões de cerca de 50 centímetros. A estrutura montada precisa ficar bastante firme, pois como o flutuante é uma casa que está em constante movimentação, pela própria dinâmica natural do rio, as oscilações tendem a “testar a casa”, caso a estrutura não tenha sido montada de maneira correta, não apresentando uma rigidez na sustentação, a casa tende a tombar para um lado e o peso na bóia pode afastar a viga que não foi pregada adequadamente, ocasionando uma declividade para o lado, conforme a figura 38 nos mostra.

Figura 38: Flutuante com a estrutura desestabilizada - cidade de Tapauá-AM



Foto: Arlan Justino – trabalho de campo, setembro/2016

Segundo os moradores, isso é muito comum acontecer com construtores inexperientes, por outro lado, mesmo que tenham sido realizados todos os processos de modo correto, o flutuante tende a ter a sua estrutura desestabilizada pelo simples fato de morar, é como se a “casa ficasse torta” e com o tempo, passa a necessitar de reparo.

Depois de toda montagem da estrutura, observe na figura 39, que as vigas estão “próximas do contato com o rio”, mas que a partir dali já poderia ser montado o assoalho, porém com a oscilação do rio, o mesmo estaria sempre molhado. Para resolver esse problema, a solução encontrada é elevar o assoalho para que a água não chegue até ele.

Figura 39: Estrutura para a montagem do assoalho de flutuante em Tapauá-AM



Foto: Arlan Justino – trabalho de campo, setembro/2016

Para isso, são colocados no sentido longitudinal os sistemas de madra. A madra é como se fosse uma espécie de viga, que vai elevar a estrutura onde será montando o assoalho da casa, sendo necessários de 3 a 4 madras. Depois dessas etapas o processo da construção é o mesmo de uma casa em terra. Um flutuante leva em média de 15 a 20 dias para a montagem da estrutura e levantamento da casa, conforme a figura a seguir, nos mostra as etapas da construção.

Figura 40: Etapas da construção da casa flutuante em Tapauá-AM



Foto: Arlan Justino – trabalho de campo, setembro/2016

O banheiro normalmente é construído na parte externa da casa, mas faz parte do conjunto, conforme a figura a seguir mostra.

Figura 41: Banheiro do Flutuante em Tapauá-AM



Foto: Arlan Justino – trabalho de campo, setembro/2016

Alguns flutuantes são construídos sem a madra, para facilitar a retirada da água necessária para encher o tambor, um recipiente no qual se toma banho. Não há vaso sanitário, apenas um espaço retangular na madeira do assoalho para fazer as necessidades fisiológicas, que são descartadas diretamente no rio sem nenhum tratamento. O banheiro é o menor espaço da casa, planejado para o fácil contato com a água e descarte dos resíduos e se constitui num sério problema ambiental pela falta de tratamento e pela quantidade de flutuantes.

2.3 MORADIAS FLUTUANTES: O POR QUÊ DESTA OPÇÃO NA CIDADE

Para se compreender as transformações socioespaciais na cidade de Tapauá, deve-se abrir mão dos conceitos já consolidados, partindo das especificidades do lugar, e considerar o modo de vida de seus cidadãos, atentando que: “O espaço é produzido pelo homem não como um objeto qualquer, tampouco como um meio, mas como requisito da própria condição humana, num processo de produzir, produzindo-se, reproduzindo-se” (OLIVEIRA, 2000, p. 22). A produção se abre para a reprodução, no desenvolvimento da sociedade humana e sua relação dialética homem-natureza que sempre vai existir (CARLOS, 2007).

Em grande parte do Amazonas, a saída do interior para a cidade não significa deixar de ser o que é, ela pode ser uma tentativa para continuar existindo e resistindo, entretanto essa mudança para a cidade pode não significar abandonar completamente pois manter um pé na cidade e outro no interior ajuda a garantir a vivência e a cultura (SCHWADE, 2014). Isso aparece na cidade de Tapauá, principalmente com a formação do Bairro Flutuante, onde o modo de vida é materializado a partir da moradia sobre a água como a expressão dessa relação com o campo/interior e com a cidade, oriunda do crescimento urbano que perpassa os moldes convencionais.

Os moradores do bairro flutuante relatam que está cada vez mais difícil a reprodução da população que vive no interior. Existe a segregação no campo que impossibilita a produção e a reprodução social, seja pela falta dos serviços básicos como educação e saúde, que são os fatores principais de migração, seja pela desarticulação econômica e produtiva das comunidades para com a cidade, como também as dificuldades de mobilidade entre as áreas rurais e a cidade em decorrência das distâncias e da precariedade dos meios de transporte.

As condições de vida no interior não são as melhores, é outra dimensão que contém a reprodução da vida, todavia as novas relações sociais de produção criam rupturas e a busca por melhorias às vezes não atingem tais objetivos, e findam acabando com os modos de vida pretéritos. O que se observa em Tapauá, ouvindo-se a população especialmente a residente

nos flutuantes, conforme será tratado no capítulo 3, é que houve mudanças, mas não houve transformações significativas.

Na cidade de Tapauá, no geral, as condições de vida da população é tendencialmente melhor se comparado ao antigo modo de vida pelo acesso aos serviços e aos programas sociais públicos. Tais melhorias, no entanto, não significam do ponto de vista qualitativo transformações e isso ocorre por que o modo de vida está baseado em relações sociais, políticas e culturais de dominação e exploração.

As dificuldades da vida no meio rural aliado a políticas compensatórias são os fatores impulsionadores da migração de pessoas para a cidade. Esse não é um problema exclusivo de Tapauá, segundo Santos (2007), cada vez mais no país as pessoas mudam de lugar ao longo da sua existência; o número dos que vivem fora do lugar onde nasceram aumenta de ano para ano, de um recenseamento para outro. Para o autor:

São verdadeiras migrações forçadas, provocadas pelo fato de que o jogo do mercado não encontra qualquer contrapeso nos direitos dos cidadãos. São, frequentemente, também, migrações ligadas ao consumo e a inacessibilidade a bens e serviços essenciais (SANTOS, 2007, p.60).

Em Tapauá, desde a década 1970, há significativo crescimento da população urbana, passando de menos de mil para 2.142 habitantes, e novamente dobrou de tamanho na década seguinte com 7.516 habitantes sendo que a partir dos anos de 2000 continuou a crescer, mas num ritmo menor, tendência que se manteve no ano de 2010. De outro lado, a população rural cresceu até 1991, quando teve início o processo de decréscimo passando de 17.870 naquele ano para 11.181 em 2000, e se manteve em decréscimo atingindo em 2010, 8.459 habitantes sendo ultrapassada pela população urbana.

Tabela 8: Crescimento populacional do Município de Tapauá-AM

População/ano	1970	1980	1991	2000	2010
Urbana	951	2.142	7.516	9.414	10.618
Rural	9.620	14.568	17.870	11.181	8.459
Total	10.571	16.710	25.386	20.595	19.077

Fonte: IBGE

De 2000 a 2010 o crescimento urbano se estabilizou, porém, a diminuição da população rural aumentou. Dois aspectos podem explicar isso: a população rural pode ter

emigrado para outras cidades ou outros municípios; ou ocorreu intenso processo de emigração da população urbana para outras cidades ou municípios o que anulou a migração campo-cidade em Tapauá. Considerando-se esse período, a cidade passou por um processo de melhoramento urbano, reformas de escolas, ruas, praças, construção de casas populares destinadas à população carente, que significou a circulação de recursos na cidade e a geração de empregos na construção civil. Nada excepcional, apenas uma gestão municipal que conseguiu estabelecer parceria entre o Município e o Estado, com resultados que atingiram a zona rural com repercussões na agricultura e na pesca. Porém, esse processo só durou uma gestão entre 2001 a 2004, sendo o período que se segue de poucas realizações embora fosse a continuidade da gestão.

De qualquer modo, há o crescimento populacional da cidade em termos absolutos e relativos o que implica que a busca por uma vida melhor na cidade nem sempre se concretizou, pois na cidade não há trabalho formal disponível, apenas trabalhos temporários que exigem formação adequada e, como quase sempre, o migrante da zona rural não tem a qualificação exigida, fica impossibilitado de ter acesso a um trabalho na cidade e em decorrência disso termina por se inserir em trabalhos que já exercia na zona rural, na agricultura, na pesca e no extrativismo, atividades que em alguns casos são o complemento da renda familiar noutros a principal atividade.

As possíveis causas da mobilidade espacial no Purus e que influenciam na dinâmica urbana de Tapauá são tratados nos trabalhos sobre a região, sendo os mais relevantes o de Noda (2008), Noda, et al, (2012), Souza (2010), Aparício (2011), Menezes (2011) e Franco (2011), que tratam de questões ambientais, indígenas, políticas e socioeconômicas que interferem no uso e apropriação do território e consequente a mobilidade da população para outros lugares. Segundo Santos (2007) a capacidade de utilizar o território não apenas divide como separa os homens, ainda que eles apareçam como se estivessem juntos.

Nos trabalhos que tratam do Purus, a mobilidade espacial está ligada a diversos fatores como: dificuldades de assentamentos humanos em função do número de unidades de conservação e terras indígenas, ausência dos serviços de educação e saúde no campo, que interferem tanto, a população indígena com a não indígena, dificuldades no acesso aos recursos governamentais (aposentadoria, bolsa família e outros), devido a grande extensão territorial, que contribui em maiores gastos para ir à cidade, comprometendo no valor recebido, as condições ambientais que interferem na produção e nos modos de vida e os conflitos entre os grupos sociais, ligado a todas estas questões expostas.

São interpretações que explicam a realidade da região e do Município de Tapauá, buscando alcançar a totalidade dos fatos concretos e imateriais, pois abarcam distintos olhares que se complementam para entendermos a questão habitacional da cidade. Segundo Santos (2006) o mundo é um só, porém ele é visto a partir do olhar específico de cada ciência, mas não independente do saber geral.

Entendemos que as transformações que ocorrem no campo não são apenas de cunho político, econômico ou de estrutura jurídica e social, o são também do cotidiano. Enquanto as populações rurais puderem viver o seu cotidiano, as antigas relações se reconstituem em outros lugares, como na cidade (LEFEBVRE, 1991), e isso pode ser o elemento chave de explicação para as moradias flutuantes na sede de Tapauá, por que a vida cotidiana pode ser entendida como o lugar de equilíbrio momentâneo e provisório da sociedade e dos grupos sociais. Segundo Lefebvre:

[...] o cotidiano se compõe de repetições: gestos no trabalho e fora do trabalho, movimentos mecânicos (das mãos e do corpo, assim como de peças e de dispositivos, rotação, vaivéns), horas, dias, semanas, meses, anos; repetições lineares e repetições cíclicas, tempo da natureza e tempo da racionalidade etc. (LEFEBVRE, 1991, p.24).

Por meio das entrevistas com os moradores do bairro, pode-se constatar que mesmo com as políticas ambientais implantadas no Município, parte da população não as reconhece, e continuam a utilizar dos espaços conforme as suas necessidades, pois entende que a natureza é de todos que vivem e sobrevivem dela, esta visão resulta em “invasões” dos territórios, seja indígena ou unidades de conservação, para caçar, pescar e fazer extração madeireira. A fiscalização não difere quem retira os recursos naturais para o uso e consumo próprio de quem retira os recursos naturais para a venda. Tais ações findam interferindo no cotidiano das pessoas que são privadas do usufruto da natureza para a vivência. Em decorrência disso, os sujeitos sociais resistem até onde podem, migram para outros lugares que permitem a sua vivência, para continuar sendo o que são, neste sentido tal processo não se dá de modo aleatório, tampouco permanente, ele vai se modificando conforme as necessidades de cada um.

Quando o morador ribeirinho não consegue mais viver em determinados lugares, seja pela estagnação ou mesmo pelas mudanças rápidas muitas vezes impostas, ele busca reconstruir o seu cotidiano “perdido” em outro lugar, mesmo sabendo que nunca será como antes, mesmo assim finda na busca do novo, mediada pela tristeza e alegria por sair do lugar

de origem, mas não abre mão de sua casa que "migra com ele" o flutuante que se afigura como resistência, se deslocando pelos rios abaixo tendo como ponto de chegada a cidade.

Muitas vezes o acesso à cidade só é possível por meio da "cidade flutuante", como uma forma de moradia mais barata, para quem não tem condições de habitar em terra.

Ao chegar à cidade, o solo pode constituir um obstáculo para a construção da casa (MARICATO, 1997, p. 46), porém o rio não é alcançado pelo estatuto da propriedade privada, além do mais o morador de flutuante não vai precisar construir, pois ele já tem a casa, apenas se desloca pelo rio na sua "embarcação", ancorando seu flutuante nas margens do rio Ipixuna, produzindo espacialidades inerentes às condições do grupo social que ali vive e passa a lutar diariamente pela permanência e pelo direito à cidade, na busca pelo acesso aos serviços que são disponibilizados do outro lado (em terra) da cidade da qual passa a fazer parte, o que pode ser interpretado como o direito à cidade, ou seja, "como uma necessidade prática de superação da contradição valor de uso-valor de troca, que só se resolveria na superação daquilo que funda o capitalismo: a propriedade privada" (CARLOS, 2013, p.108).

Cria-se assim, a centralidade urbana no rio, integrando-se a cidade, materializado no Bairro Flutuante a partir da capacidade de atrair fluxos de pessoas, mercadorias e informações de dentro e de fora. O ribeirinho traz consigo não só a moradia, mas também as formas socioespaciais praticadas no campo.

Essa mobilidade espacial ao longo do tempo na cidade foi sendo produzida conforme as necessidades dos grupos sociais, dando características próprias ao espaço. Há uma questão dialética presente no bairro flutuante: de um espaço da não alternativa, da ordem de exclusão, uma espécie de periferia no rio, que tem no flutuante o mecanismo de resistência encontrado pela população para o direito à cidade. Do outro lado, por uma característica cultural, por opção de algumas famílias morarem em flutuantes, pois ao chegar à cidade, não mudam substancialmente a sua vivência, tampouco para quem já habita em flutuante. Portanto as dimensões pretéritas, que caracterizam a produção da moradia, são fruto de um conhecimento herdado dos Paumari, no qual determinados grupos sociais reproduzem um modo de vida, com hábitos de viver e se locomover no rio, ligado à profissão da pesca. Entretanto, não podemos achar que é apenas cultural, e nessa questão o capítulo seguinte a partir dos dados coletados demonstrará que se trata de uma perspectiva de adaptabilidade ao lugar a partir da vivência.

Portanto, sem dúvida nenhuma há uma dimensão cultural pela origem do lugar, a dinâmica do rio tem um aspecto cultural na produção de espacialidades distintas, mas não é só isso, está mais relacionada com a propriedade da terra, até por que nos primórdios do

Município alguns moradores interioranos já vinham para a cidade em flutuantes, mas ao chegar, desmanchavam o flutuante e reconstruíam em terra, desse modo um discurso que apenas aponte para a questão cultural em tese seria refutado.

Essa intensificação migratória na cidade ocasionou dois processos distintos: a cidade cresceu horizontalmente até os seus limites com terras indígenas, passando, nas duas últimas décadas a crescer em direção ao rio. A partir de 1998, teve início ao processo de ocupação de terras, que se intensificou entre 2000 a 2010 quando o órgão municipal precisou tomar medidas efetivas de contenção, mas que não foi bem sucedida, o Bairro Rio Purus surgiu em decorrência do processo de ocupação urbana.

Em decorrência, chega-se ao século XXI com poucas terras públicas na área urbana. Contraditoriamente, não faltam terras na cidade, as terras existem, mas estão concentradas nas mãos de um pequeno grupo comerciantes, políticos que detêm grandes áreas elevando o preço da terra em determinados bairros da cidade, impossibilitando o acesso à parte da população que não pode pagar. Com a pressão sobre a terra urbana, surge o rio como possibilidade de morar ensejando o surgimento e a concentração de flutuantes em frente à cidade.

Essa intensificação de flutuantes na cidade, tem mais a ver com as pessoas que vem do interior, pois elas já trazem o seu flutuante, ou seja, para quem chega, não se compra o flutuante, e para quem já é da cidade e migra para o bairro o constrói aos poucos conforme as suas condições, a primeira parte dessa construção é a montagem da estrutura que pode ser observada no rio nas diversas boias ancoradas nas margens e que em um futuro próximo se tornarão residências de muitas famílias.

A construção da palafita precisa de um lugar fixo e aí entra a questão do valor do solo na cidade e os impostos municipais. Mesmo que se consiga extrair todas as madeiras, para o acesso à terra é necessário valor de troca sobre ela, e como o poder aquisitivo dessa população é baixo, o acesso se dá apenas nos bairros Rio Purus, Mutirão (em torno de 4 a 6 mil reais os lotes de terra), bairros relativamente “distante do rio”, o que dificulta a reprodução da profissão dos moradores, ligadas às atividades rurais, principalmente a pesca e ao acesso aos serviços, que nesses bairros são precários. Sendo assim, surge a possibilidade de produção do espaço sobre o rio, integrando o espaço de morar e de trabalhar com a cidade, a partir de um lugar que esteja mais próximo do rio e possibilite o acesso aos serviços básicos. Essa centralidade que abarca o rio propicia a reprodução e intensificação de moradias flutuantes na frente da cidade.

Por interagir muito bem nesse habitat nem urbano, nem rural da cidade, os moradores buscam nas formas como constroem o flutuante a chance de reprodução, pois o rio é um espaço em que parte da população já domina e a ele está habituado. Os que não conseguem morar nos flutuantes passam a habitar nas encostas, em áreas de risco na cidade, produzindo a cidade a partir do que é possível, e como não há políticas públicas habitacionais a expansão de casas para estas áreas vem crescendo consideravelmente.

CAPÍTULO 3: QUANDO O RIO VIRA BAIRRO

3.1 PERFIL DO BAIRRO FLUTUANTE

Ao se descrever o perfil do bairro flutuante é necessário *a priori* conceituá-lo, pois se trata de uma discussão empírica e teórica. Para tanto, é preciso fazer escolhas a partir daquilo que é percebido e vivido, daquilo que é produzido pela sociedade e natureza. O conceito serve para conhecer a essência das coisas e dos objetos e reflete aquilo que é essencial, os aspectos e as relações que são essenciais, entendemos como um bairro porque é uma simplificação do real local, que para outros lugares pode não ser compreendida (LENCIONI, 2008), mas é uma unidade mínima do espaço urbano ligado ao processo de crescimento urbano populacional, que tem forma, função, processo e estrutura no espaço³⁰, características produzidas por quem habita o rio como fonte de sobrevivência, de renda e de vida em uma cidade ribeirinha em que a terra está no rio e o rio está na terra pelas relações estabelecidas.

Para a Geografia, segundo Bezerra, um bairro:

[...] se constitui na circunscrição espacial do habitar, da vivência e das múltiplas relações que o permeiam, ele se projeta como a unidade territorial privilegiada para a identificação e a avaliação dos processos da vida urbana, em que pese o fato da atual dinâmica de reestruturação urbana (BEZERRA, 2011, p.30).

Ao avistá-lo da parte central da cidade (ver figura 42), a primeira impressão do bairro sobre as águas é de um espaço desorganizado, localizado nas margens e no meio do rio, causando certo estranhamento e ao mesmo tempo admiração na paisagem que confunde o olhar do observador pela abundância e multiplicidade de elementos que compõem o espaço. O discernimento do bairro fica no subjetivo de cada um, desde os que não conseguem enxergar como um bairro, e sim uma desordem, aos que entendem uma certa lógica, compreendida por quem vive e interage nesse espaço sobre as águas, onde são encontradas residências, um pequeno número de comércios, igrejas e oficinas.

³⁰ Partindo-se de Milton Santos (1988) a forma é o aspecto visível da cidade de Tapauá, aquilo que é externo ao olhar, localizado nos distintos lugares da cidade a partir daquilo que pode ser descrito pela paisagem. A função, é cada tarefa desenvolvida pelos moradores nas formas existentes criadas na cidade. Nos lugares específicos da cidade, vão ser desempenhadas atividades criadas para atender determinados objetivos pela sociedade, dos grupos sociais distintos, como por exemplo, a formação de um bairro no rio, modificando a forma da cidade. O processo é a ação contínua de tais atuações da sociedade nos diferentes lugares da cidade de Tapauá, e por fim a estrutura é o físico, aquilo que foi e é criado na cidade, a partir da relação do homem com a natureza em sucessivos eventos históricos. Tais categorias nos permitem compreender a produção e transformação do espaço urbano na cidade de Tapauá.

Figura 42: Foto aérea do centro da cidade de Tapauá-AM



Foto: Mesaque Amaral, 2016.

Segundo Oliveira (2000), a paisagem é resultado das relações sociais de produção que contém vida, sentimentos, emoções que se traduzem no cotidiano. Para o autor ao descrever uma cidade ribeirinha e seus diferentes aspectos,

O importante é procurar a beleza onde não se pensa que esteja. Mas que isso, é preciso procurá-la onde pouco se falou dela ou talvez onde nem exista. Buscá-la no olhar, no sorriso, gestos e ações que abrem a porta para o infinito, tornando a vida menos feia e triste, as distâncias e os instantes mais breves. A beleza é o que está no estado da alma e não nas formas aparentes, é mais que um modelo de perfeição, é uma condição de vida [...] (OLIVEIRA, 2000, p.32).

Para a realização da caracterização do perfil e dos subtópicos consequentes foram aplicados 84 formulários aos moradores do bairro flutuante³¹, os formulários foram divididos da seguinte forma: 40 aplicados na margem direita, área de maior influência, ligação e informação para com a cidade, que durante o trabalho de campo totalizava 118 casas; 24 formulários foram aplicados nas moradias localizadas no meio do rio, que possuía 141 casas; e 20 formulários nas moradias da margem esquerda, um total de 73 casas. Dessa forma procurou-se ter a representatividade do bairro. Os itens presentes no formulário (Apêndice 3), buscaram ter abrangência das informações que foram qualificadas e quantificadas para

³¹ A escolha do flutuante era feito de modo aleatório, a cada 10 casas eram aplicados um formulário na margem correspondente.

possibilitar as análises. Dos formulários aplicados nas residências, 61% dos moradores que responderam são do sexo masculino, com média de idade de 43 anos, mínima de 23 e máxima de 82 anos.

No Bairro flutuante de Tapauá a forma e o conteúdo das casas permanecem diferentes da cidade, não se busca somente o referencial da práxis urbana na produção do espaço sobre as águas e muito menos na produção das moradias, busca-se preservar na arquitetura muitas das dimensões do espaço vivido no interior. A forma externa do flutuante integra o espaço de morar com as atividades de trabalho, enquanto que a interna busca aos poucos similaridades com as casas da cidade, como por exemplo, compartimentos para receber as visitas.

Os resíduos e as experiências da produção da moradia no interior permanecem nas formas de morar no bairro flutuante, materializados e reconfigurados na forma da moradia, elementos que concretizam as novas vivências (que não são tão novas assim) e que se dão no cotidiano da cidade/rio e que apresentam certo equilíbrio, enquanto forma e função da moradia para viver e trabalhar na cidade, no rio e na floresta. Como característica marcante presente na arquitetura dos flutuantes é a varanda, é o que diferencia das moradias do outro lado da cidade pela função que a ela é atribuída, permitindo que o morador tenha diversos olhares ao redor do seu meio, assim como é aquilo que o integra as dimensões do urbano/rural.

O bairro flutuante mantém a mesma forma de uma comunidade ribeirinha, não é ordenado lado a lado como às casas da cidade, pois não tem ruas/pontes de madeira no espaço como o referencial de deslocamento e crescimento do bairro que havia na extinta cidade flutuante de Manaus. O espaço produzido mantém o interior na cidade enquanto forma, e função enquanto bairro (ver figura 43), criando certa identidade para com o espaço.

Figura 43: Bairro Flutuante de Tapauá-AM

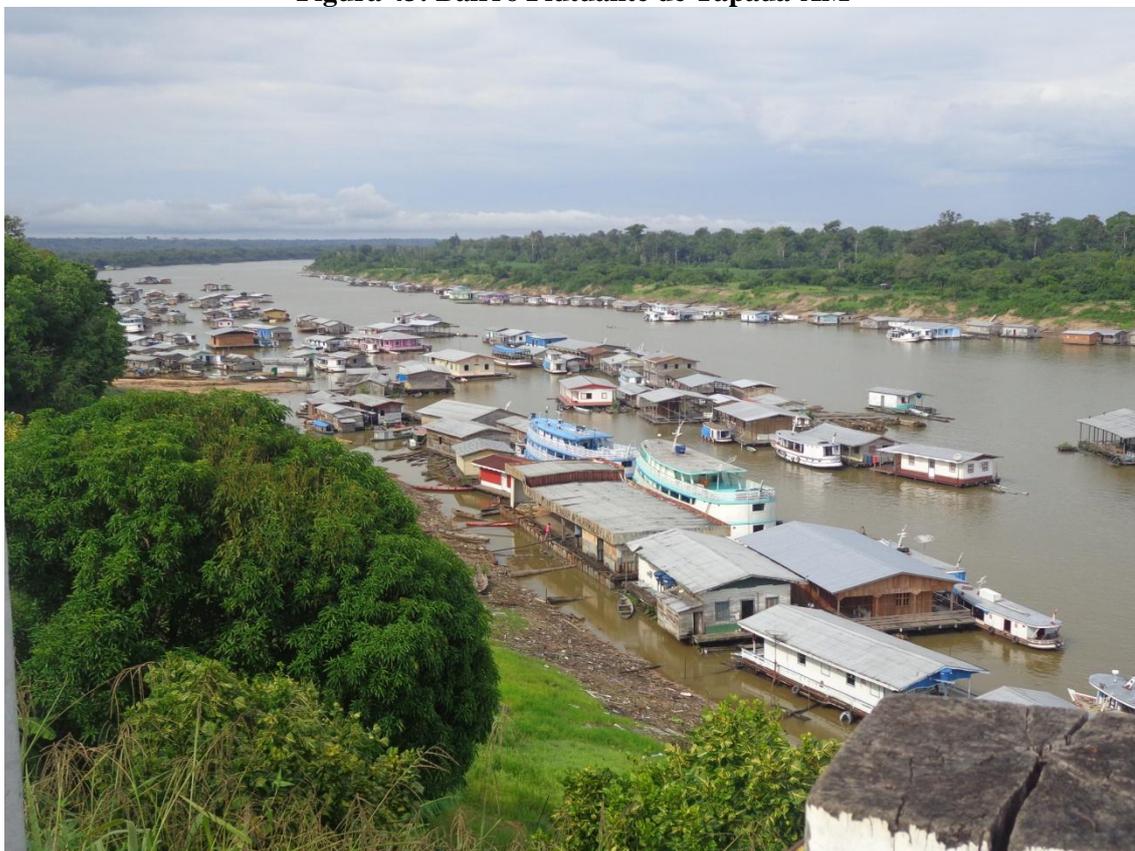


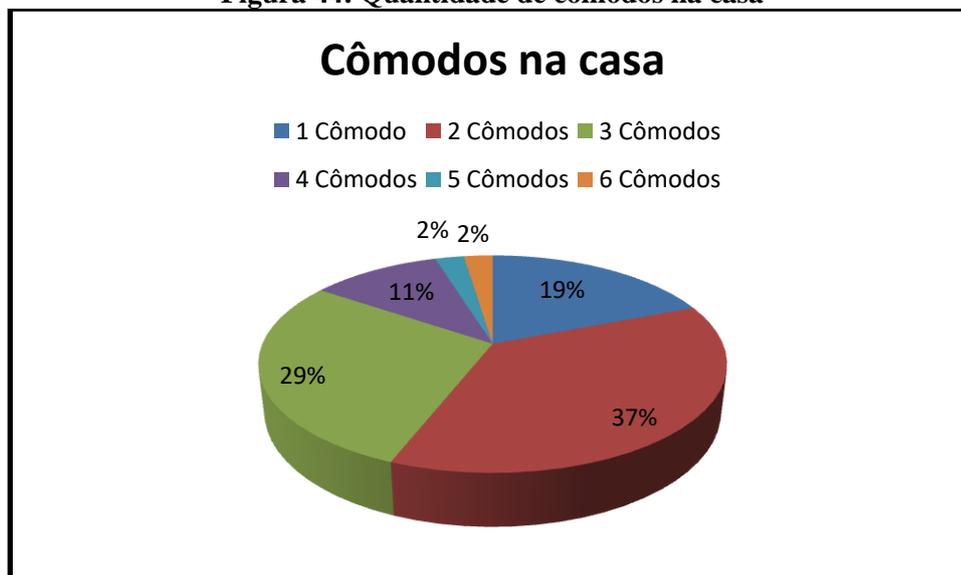
Foto: Arlan Justino - trabalho de Campo, Setembro/2016

Mesmo mantendo a forma do interior no bairro, a casa passa a ser o referencial do habitat urbano como já ressaltado, no qual, a arquitetura aos poucos vai sendo modificada³², influenciado por aquilo que é posto como novo: estar na cidade e pelas relações sociais que se dão na casa e que precisam se adequar a esse “novo” espaço de vivência. Diante disto, pequenas mudanças na estrutura da casa podem ser adaptadas ao longo do tempo: há uma sala onde são recebidos os convidados, cozinha, assim como os demais compartimentos tendem a ser o lugar de reprodução familiar, apresentando semelhanças com as casas da cidade, porém a forma e o conteúdo do bairro flutuante apresentam íntimas similaridades com as comunidades ribeirinhas, pelo posicionamento das casas e pelas atividades desempenhadas no rio e na floresta.

³² No campo muitas vezes a principal entrada da casa é a cozinha, na cidade isso dificilmente acontece, pois ela já é construída ou reformada com caráter similar as casas da cidade.

Isto fica evidente quando se analisa a quantidade de cômodos nos flutuantes do bairro que pode ser observado na figura a seguir.

Figura 44: Quantidade de cômodos na casa



Fonte: Trabalho de Campo, 2016

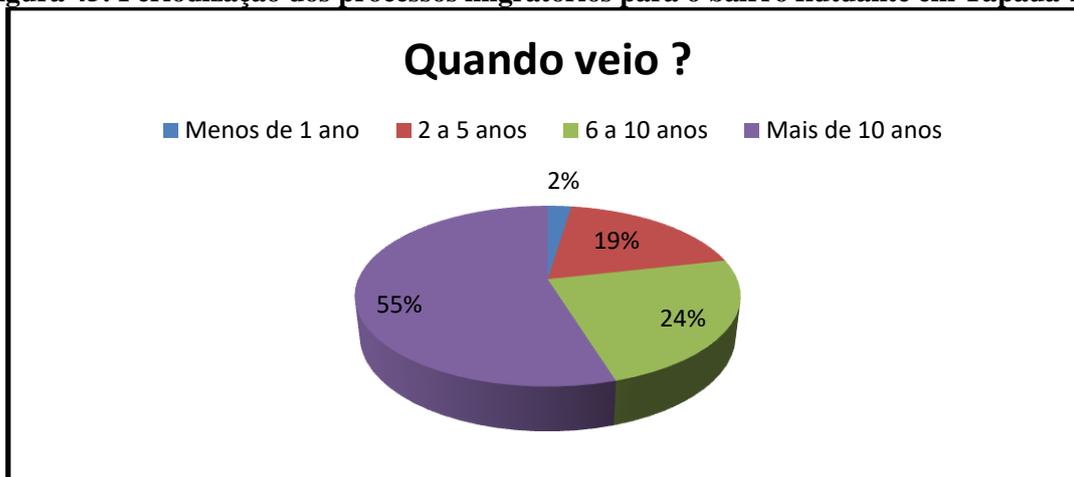
Pudemos constatar que apenas 19% das residências tem um cômodo e 81% tem de 2 a 6 cômodos. São as casas mais “recentes” do bairro que apresentam apenas um cômodo. Por elas serem recém-construídas ou adaptadas para o bairro, da casa ainda não está completa. A construção é feita para que possa ser possível ser habitar e os demais cômodos vão sendo construídos conforme as necessidades familiares. O estar na cidade é pensado nesse sentido, tanto para a adaptação da casa à prática urbana que se insere na cidade, como para os seus afazeres diários.

Constatou-se que a maioria da população que vive no bairro flutuante é oriunda de comunidades ribeirinhas dentro do território municipal à montante da sede, nos quais destacam-se: Quati, Toriá, Jacaré, Jatuarana, Gaivota, Bom Jesus, Nova Olinda, do Rio Tapauá, Cuniá, Itatuba, Três Bocas, Manguarizinho, Tauamirin, Boa Fé, Baturité, Mapixi, Foz, Camaruã, e de algumas cidades como, Manaus, Canutama, Pauini e Lábrea, sempre à montante da cidade de Tapauá, com exceção da primeira, o que demonstra que a população migra descendo o rio.

A mobilidade espacial para o bairro flutuante ocorreu inicialmente há mais de 10 anos, com percentual de 55% dos moradores que vieram nesse período, correspondendo a

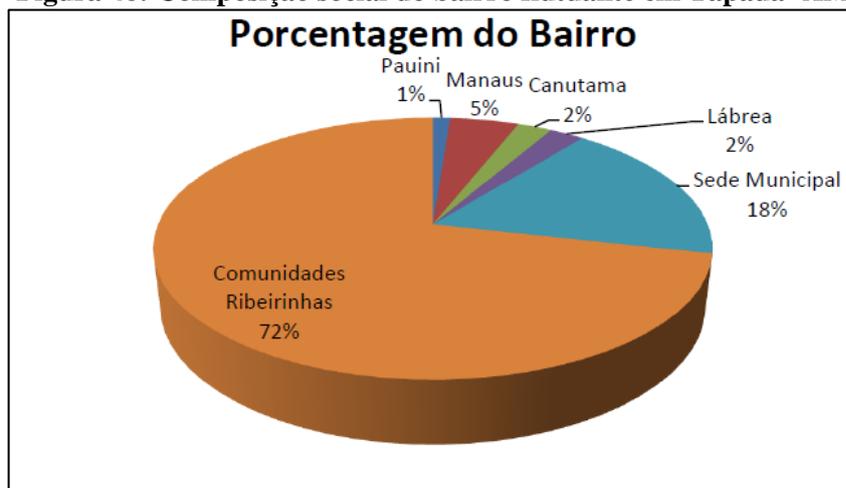
mais da metade da população que reside no bairro. A população que veio há 6 anos até há 10 anos corresponde a 24% dos moradores. Isso nos ajuda a compreender que na última década o processo migratório foi mais alternado, principalmente para quem veio entre 2 a 5 anos, um percentual de 19% dos moradores e 2 % em menos de 1 ano, o que denota o crescimento espacial significativo para a formação do bairro flutuante em pelo menos duas décadas, conforme a figura nos mostra:

Figura 45: Periodização dos processos migratórios para o bairro flutuante em Tapauá-AM



Fonte: Trabalho de Campo, 2016

Na composição social do bairro, a representatividade da população interiorana, corresponde a 72% dos moradores (ver figura 46). Destaca-se a população da própria sede do Município que vive no bairro flutuante, com um percentual expressivo de 18%, inserindo-se no espaço sobre as águas como uma possibilidade de habitar a partir das condições socioeconômicas de cada grupo e também culturais, específicas do próprio Município. Para os que vieram de outras cidades há uma relação direta com os moradores de Tapauá, como união estável, casamentos, trabalho, algo que o atraiu para a cidade, correspondendo a 10% dos moradores do bairro.

Figura 46: Composição social do bairro flutuante em Tapauá- AM

Fonte: Trabalho de Campo, 2016

Dos residentes do bairro, 44% dos moradores já habitavam em flutuantes, configurando o bairro sobre as águas a partir da forma que é possível: o flutuante e esses moradores possibilitaram a (re) produção do bairro na cidade e na forma de seu habitar específico. Com isto podemos perceber que não se trata apenas de uma questão cultural, por que mais da metade dessa população residente no bairro flutuante vivia em palafitas, portanto trata-se de um fenômeno de resistência, e não apenas cultural numa perspectiva de adaptabilidade ao lugar por meio de uma vivência que possibilita tal reprodução, ligada a profissão dos moradores, atividades tipicamente rurais com destaque para a pesca.

Apesar de mais da metade dos residentes não terem no flutuante o seu referencial de casa enquanto forma e sim na palafita, isso não significa uma permanência no hábito de morar, seja no interior ou na cidade, pois a cultura possibilita mudanças a partir daquilo que é específico do lugar, se adequando perfeitamente as condições que são impostas. Segundo Gonçalves (2008) toda cultura é uma criação dos homens que por natureza produz cultura, portanto ela sempre está em transformação.

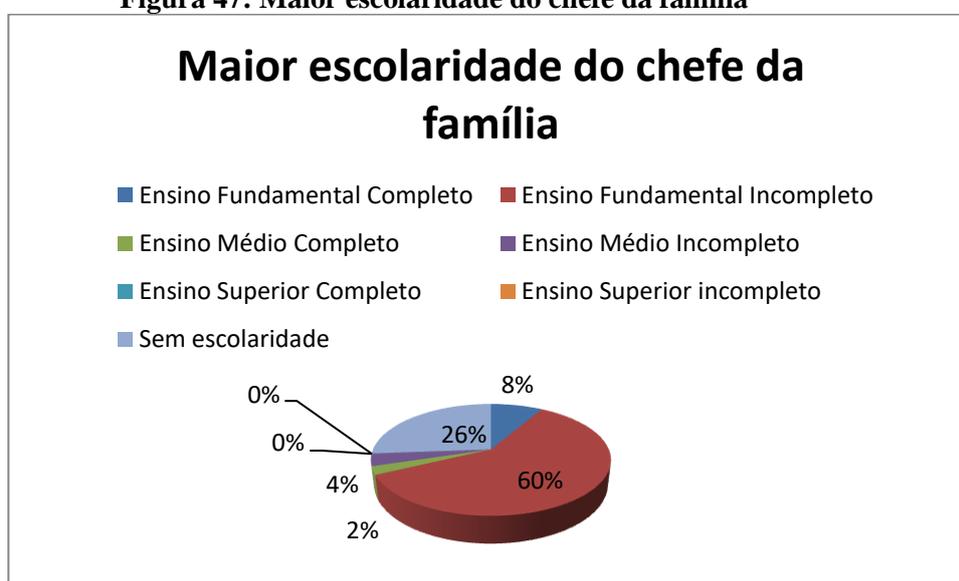
Apesar da palafita ter forma diferente enquanto casa, ela apresenta a mesma função do flutuante enquanto habitar, mesmo com as especificidades de cada um já ressaltadas anteriormente. Pela relação que a população tem com os recursos naturais, como fonte de renda e vida, para a extração dos recursos madeireiros, essa transformação da forma da casa é possibilitada: palafita/flutuante/palafita seja para quem mora na cidade e “decide” morar no bairro flutuante como para quem vive no interior e “decide” vim para a cidade, comprando ou construindo o imóvel.

Dos 84 formulários aplicados nas residências flutuantes obtivemos um total de 414 moradores, uma média de 5 pessoas por casa, mínima de 1 pessoa e máxima de 11, o que aplicado ao total de 332 unidades, obtivemos num total estimado de 1.636 moradores.

A faixa etária dos residentes do bairro segundo os formulários aplicados está distribuída do seguinte modo, os menores de 10 anos somam 105 moradores correspondendo ao percentual de 26% da população; a faixa etária entre 11 a 17 anos somam 92 com percentual de 22%; entre 18 a 25 anos somam 54 moradores com percentual de 13%; os moradores com faixa etária entre 26 a 35 anos somam 49 de um percentual de 12%; entre 36 a 45 somam 47 moradores num percentual de 11%, já a faixa etária entre 46 a 55 anos somam 38 moradores que correspondem ao percentual de 9% e por fim os maiores de 56 anos somam 29 residentes num percentual de 7% da população do bairro.

Dos moradores que estão em idade escolar somam-se a 173 dos quais 154 estudam. A maior escolaridade do chefe da família é o ensino fundamental incompleto (60%) e apenas 8% dos chefes têm o ensino fundamental completo. Outro dado é que 26% dos chefes familiares não têm escolaridade e 2% têm o ensino médio completo e 4% o incompleto. Nenhum chefe de família teve acesso ao ensino superior (ver figura a seguir).

Figura 47: Maior escolaridade do chefe da família



Fonte: Trabalho de campo, 2016

Ao relacionar idade com o nível de escolaridade dos moradores, os dados nos possibilitam interpretar que a população do bairro com idade média de 43 anos nasceu na década de 1970-3, isso nos permite dizer que esta parte da população do Município somente

veio ter acesso à educação ou pelo menos deveria ter no início dos anos 80, um tempo recente, nos quais mesmo com todas as medidas para melhorar a educação no país, ainda persistem regiões que não conseguem atender o ciclo básico de ensino em toda sua plenitude, refletindo na contemporaneidade nos índices do referido bairro, com 26% dos residentes se declararem sem escolaridade e 60% terem apenas o ensino fundamental incompleto.

Por outro lado quando se analisa os jovens do bairro flutuante que estão em idade escolar (173), sendo que deste total (154) declaram estudar, pode-se perceber que há melhora na educação nessa faixa etária entre 6 a 17 anos, o que significa dizer que daqui a 26 anos quando essa parte da população atingir a idade média dos seus pais, o percentual dos moradores do bairro com ensino fundamental vai aumentar, possibilitando o acesso ao ensino médio consequente. O simples fato de estar na cidade é um dos condicionantes responsável pela melhoria na educação dos moradores do bairro e nisto implica a relação campo-cidade no que diz respeito às políticas educacionais que não atendem ao município como um todo. Nesse item, apesar dos avanços é preciso destacar que 19 crianças em idade escolar ainda se encontram fora da escola.

Como já foi ressaltado no Bairro Flutuante há 332 unidades que são utilizadas não só como moradia, mas também para outras finalidades às vezes com exclusividade outras com utilização mista, do mesmo modo como as unidades habitacionais assentadas em terra, conforme pode ser observado no quadro a seguir:

Tabela 9: Quantitativo do bairro flutuante

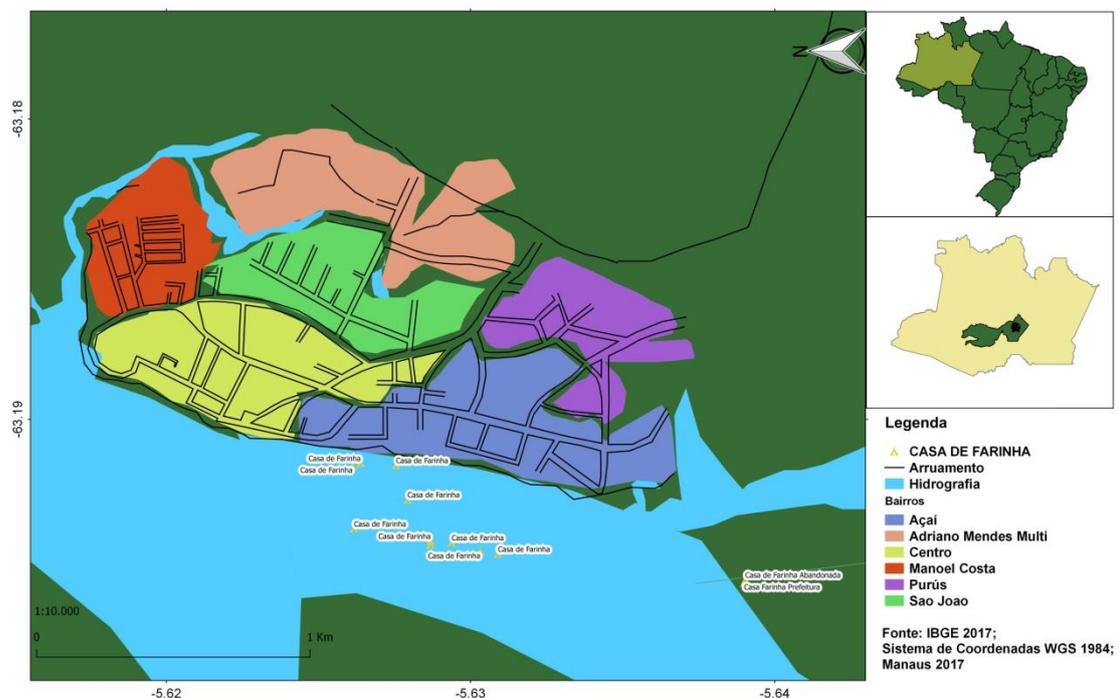
Margem Direita	Meio do rio	Margem Esquerda
118 moradias flutuantes	141 moradias flutuantes	73 moradias flutuantes
3 Serrarias (Pequenas)		
4 Postos Flutuantes	2 Postos Flutuantes	
4 Pontão	9 Pontão	
4 Pontão Fechado		
1 Pequeno Atravessador	2 Pequeno Atravessador	1 Pequeno Atravessador
2 Igrejas Evangélicas (Assembleia de Deus Tiberíades e Assembleia de Deus.	2 Igrejas Evangélicas (Assembleia de Deus Rio da Vida e Assembleia de Deus Galiléia)	1 Assembleia de Deus Tradicional
1 Flutuantes Guarda Botes	3 Flutuantes Guarda Botes	
1 Oficina de Construção Naval	3 Oficinas de Construção Naval	
4 Moradias em construção	5 Moradias em construção	3 Moradias em construção
3 Casas de Farinha	1 Casa de Farinha	6 Casas de Farinha
	1 Moradia Abandonada	2 Moradias Abandonadas

O ordenamento das casas na margem esquerda é advindo por pessoas próximas do lugar de origem no interior: familiares e conhecidos que exercem algum vínculo afetivo nos quais a relação de proximidade com os sujeitos ainda permanecem na cidade. Nas entrevistas pode-se constatar que não é a margem favorita para o habitar, segundo os moradores, pois está mais distante do outro lado da cidade e que se pudessem escolher optariam em estar na margem direita.

A margem esquerda é a que apresenta o maior caráter de “interior” devido a esse “distanciamento”, onde estão concentradas as principais casas de farinha (ver figura 48), na terra de várzea é plantada a mandioca e encontra-se um campo de futebol aos moldes das comunidades ribeirinhas. O campo de futebol possibilita aos moradores a prática esportiva no bairro flutuante, sendo utilizado apenas no período da vazante.

Figura 48: Casas de Farinha

Mapa de localização das casas de farinha da cidade de Tapauá



Na margem direita é a que apresenta maior ligação com a cidade, não há tanta relação de proximidade familiar, pela diversidade dos moradores. Os primeiros flutuantes que

chegaram se fixaram nessa margem do rio, em consequência é o espaço mais valorizado para a locação do flutuante³³, gerando certa “desordem” de como estão fixados os flutuantes; nessa área não há mais muitos espaços para ancorar, somente distante da frente da cidade, já próximo do igarapé do açaí, longe dos equipamentos urbanos. Como opção muitos fixam seus flutuantes no meio do rio, para diminuir as distâncias até o outro lado da cidade, como para o lado oposto, criando assim duas vias de circulação fluvial entre a margem direita e o meio do rio e do meio para a margem esquerda.

Há alguns flutuantes que fogem do padrão convencional das casas do bairro, com construção diferenciada, ligada a um poder aquisitivo maior do que a maioria dos residentes. Os donos dessas residências são pescadores profissionais que tem barcos de pesca e moram no bairro flutuante pela facilidade de gestão dos negócios, alguns tem propriedades na cidade, como casas e lojas. Esses flutuantes mais “elitizados” vão ser encontrados no meio do rio, rodeados por barcos de pesca. Muitos desses flutuantes são em alguns casos melhores do que muitas casas do outro lado da cidade e por estarem situadas nessa mediação: entre uma margem e outra onde ocorre o tráfego de barcos, facilita o transporte e circulação para as atividades realizadas no rio.

O meio do rio também concentra moradias, como os principais comércios do bairro, casas aviadoras, igrejas, oficinas de concerto e construção de barcos, canoas, pontões de gasolina, produtos de consumo, materiais de pesca e outros, e isto torna o lugar estratégico para a realização dos serviços que são disponibilizados, tanto para uma margem como para a outra.

Na margem esquerda são quase inexistentes os serviços comerciais, assim parte da população precisa se deslocar para o meio ou para a margem direita do rio para o acesso a estes serviços, bem como subir à cidade. Na margem direita, são encontrados um dos serviços mais utilizados no bairro que são as 2 fábricas de gelo (uma em terra e outra em água), além de pontões de combustível que fornecem diversos produtos para o pescador e agricultor.

Há um diferencial na dinâmica econômica da margem direita do rio, porque a venda se dá propriamente tanto para quem mora na cidade (terra) e que necessita desses equipamentos para as suas atividades como para quem habita o rio, diferente do meio do rio que são empreendimentos voltados principalmente para a população do bairro flutuante. Isto não impede que os moradores do bairro flutuante possam se deslocar por todo o bairro, entretanto buscam os serviços comerciais que estejam mais próximo de suas residências, seja

³³ Segundo os dados, existem brigas entre os moradores pela posse do espaço localizados na margem direita, 30% querem morar do lado de maior ligação com a cidade.

uma compra “rápida” de gasolina, gelo, materiais de pesca e gêneros alimentícios. O fato de ter os serviços comerciais no bairro, não significa que a população deixe de comprar em outros estabelecimentos da cidade, isto ficará bem evidente nos subtópicos a seguir.

O abastecimento público de água no bairro é apenas disponível para os moradores da margem direita, e apenas 31% das residências têm este serviço. Para os demais, o abastecimento de água potável se dá por meio de dois poços semiartesianos, disponíveis nas duas fábricas de gelo. As fábricas de gelo permitem a população utilizar gratuitamente os poços para coleta de água, apenas 1% dos moradores afirmaram que utilizam água do próprio rio para consumo. As fábricas de gelo não cobram pelo serviço, por que os moradores são seus principais compradores, pois grande parte sobrevive da pesca e como tal necessita de gelo para acondicionar o pescado. Desse modo, onde se coleta a água, tem-se como “dever” informal de comprar o gelo.

Há diferença da água para beber da destinada para as demais atividades. A água para beber provém dos poços privados, ou da rede de abastecimento pública, destas se utilizam também para fazer comida, já para a limpeza da casa, lavar roupa e outras atividades é utilizada exclusivamente a água do rio, segundo os moradores o diferencial de se morar no flutuante é a disponibilidade de água para os afazeres domésticos, para limpar a casa, nos relatando que na cidade (no sentido de terra) às vezes falta água, mas que o bairro não sofre esse problema. A coleta da água é feita por meio de garrafas pets, baldes, no período da manhã e final da tarde é possível constatar o fluxo constante de idas e vindas para esses locais.

A distribuição da energia elétrica em terra e na água é feita pela empresa concessionária Amazonas Energia como já ressaltado. A responsabilidade da empresa é levar a energia até o padrão, e deste para casa é de responsabilidade do consumidor. Os postes são colocados em terra na beira do rio (ver figura 49), onde se tiram as leituras. As faturas os moradores precisam pegar na agência, pois não há entrega. Cada flutuante tem o seu medidor, porém existem alguns flutuantes onde a ligação é feita de modo ilícito. Dos formulários aplicados nas residências, 87% tem energia elétrica, 9% têm gato e 4% não tem energia, devido aos custos com a ligação.

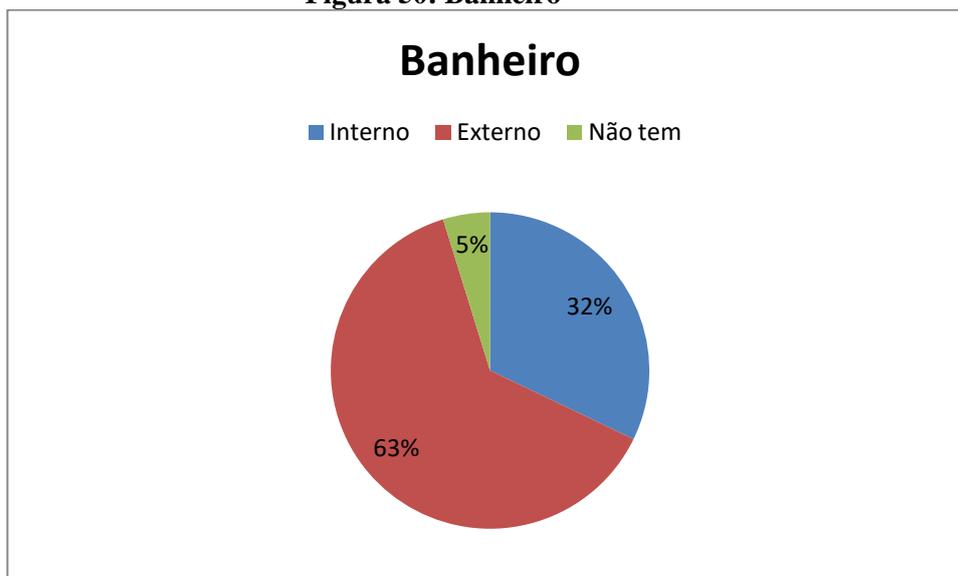
Figura 49: Postes do bairro flutuante em Tapauá-AM

Foto: Arlan Justino, 16/10/15

Para levar energia até a outra margem do rio, segundo os moradores são necessários no mínimo 15 peças de fio, cada peça equivale a 100 metros. Quanto mais fio melhor para a segurança, assim como facilita a mobilidade do flutuante, fazendo com que ele não fique “preso” no mesmo lugar. A fiação precisa ficar de preferência no fundo do rio, para não atrapalhar o tráfego de embarcações, como também as atividades de pesca que são praticadas na frente da cidade, seja de malhadeira ou de rede, porém em algumas casas a fiação está apenas superficial, correndo o risco de acidentes. O excesso do fio é enrolado no esteio presente na varanda, próximo da caixa de luz e conforme as necessidades naturais: no período da vazante se encolhe a fiação e na cheia ele é solto permitindo o deslocamento do flutuante.

Das condições da moradia, 95% são próprias e 5% cedidas, não foram encontrados nenhuma alugada. Dos flutuantes 63% das residências têm banheiro externo e 32% o interno, o que nos chamou muita atenção é que 5% das residências não tem banheiro (ver figura).

Figura 50: Banheiro



Fonte: Trabalho de Campo, 2016

Basicamente não há diferença entre o banheiro interno e o externo, o diferencial se dá na porta de entrada, que no interno fica dentro da casa e o externo fica fora, não há como já ressaltado vasos sanitários na maioria das casas, entretanto isto não significa inexistência. Dos flutuantes que não têm banheiro, todos estão concentrados na margem esquerda do rio. Para os que não têm banheiro no flutuante, ele é construído em terra, na margem esquerda, com fossa seca, em alguns casos se utiliza do banheiro externo dos vizinhos, pois os mesmos já são conhecidos e em alguns casos familiares.

O esgotamento sanitário é lançado 100% no rio, não há tratamento dos resíduos e nem qualquer tipo de organização dos moradores para reivindicar aos órgãos públicos medidas para sanar tal problemática. São conscientes de que estão poluindo o rio, mas que não tem como resolver a questão, visto que só a coleta de lixo é insuficiente. Assim, consideram a atuação da Prefeitura incapaz de solucionar este e diversos problemas relacionados ao bairro. A reciclagem é pequena, apenas 4% afirmaram que reciclam plásticos, de preferência garrafas pets.

As doenças mais comuns no bairro estão relacionadas ao meio em que estão inseridos. Segundo os formulários a malária é mais relevante com (62%), depois a dengue (11%), as verminoses em geral (9%), e hepatite (1%). Ressalte-se que 17% dos moradores afirmaram que não tem qualquer tipo de doença no bairro. Estes moradores não identificam a poluição como problema, ao serem indagados, respondem que não tem problema com o descarte incorreto dos resíduos, pois segundo eles a correnteza leva toda a "sujeira" para

longe. Nesse sentido é necessário que haja uma campanha de sensibilização ambiental para esclarecer sobre os problemas ambientais que tal prática ocasiona no rio e na vida das pessoas.

Encontraram-se algumas famílias indígenas vivendo distante da cidade, em flutuantes, mas integradas ao bairro, 2 famílias dos povos Deni, 4 Apurinã e 3 Paumari, totalizando 9 flutuantes. Contaram-nos que preferem morar distante da cidade, plantam próximo de suas casas e vendem na sede a sua produção, especialmente banana, farinha, cará e etc. Saíram dos seus lugares de origem e se instalaram próximo à cidade pela possibilidade de acesso aos serviços, mas que não querem morar na cidade, ou seja na terra firme.

Há uma casa de farinha da Prefeitura em forma de flutuante que é cedida para a produção da farinha. Os trabalhadores são principalmente da cidade e poucos do bairro flutuante, não há estimativa de quantos se dedicam a esta atividade, todos trabalham por conta própria, e apenas dividem o espaço com os demais. À grosso modo, estas são as características principais do bairro flutuante, outros aspectos serão descritos nos subtópicos a seguir, e em alguns casos reforçando a função do bairro para a dinâmica urbana da cidade.

3.2 MORADIAS FLUTUANTES E O MODO DE VIDA

Como já ressaltado anteriormente o morador do bairro flutuante transporta o seu cotidiano do interior para a cidade e vice versa, fruto de uma espacialização diferenciada que tem no rio o elemento geográfico de existência e de reprodução do seu modo de vida. Isso se evidencia como a expressão cultural ribeirinha de um modo de vida reconstruído na cidade, especialmente no bairro, a partir de novas necessidades e isto se revela no cotidiano dos seus moradores. Essa (re)produção do e no bairro é carregada não só da dimensão sociocultural, mas também econômica.

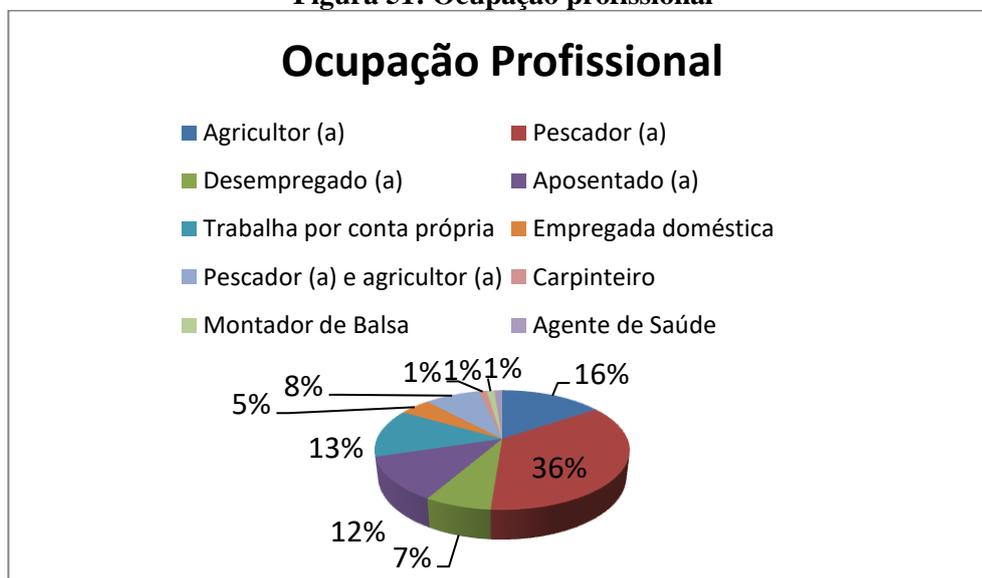
Nesse sentido Derruau (1973) nos adverte que o modo de vida é apenas um mero elemento de análise da reprodução social, ele não pode ser estudado de modo autônomo, e por isso é necessário ir além para se desvendar o seu cotidiano:

[...] é necessário considerar o contexto contraditório no qual estão inseridas suas manifestações e práticas culturais. Entender o modo de vida dos grupos sociais que habitam a Amazônia não significa apenas conhecer e descrever a riqueza dos seus recursos naturais, mas, sobretudo, compreender seus vastos territórios. É preciso perceber que, para além da paisagem natural, harmônica e romântica, há paisagens socialmente construídas repletas de contrastes e contradições (FRAXE et al, 2009, p. 30).

Ao se buscar compreender as contradições socioespaciais que são desempenhadas no bairro e que estão intimamente ligadas ao modo de vida do interior, procede-se no melhor entendimento das moradias flutuantes enquanto forma e função no espaço e do modo de vida próprio do lugar, dotado de práticas que são urbanas enquanto lugar da ação, mas que são rurais enquanto prática de trabalho desenvolvida no rio e na floresta.

Os moradores ao se apropriarem dos recursos naturais, desempenham a profissão que a eles foi herdado, de caráter predominante do interior, e isto se revela no bairro flutuante. Entretanto este modo de vida não se encontra de modo estático, mas em movimento, suas manifestações culturais e sociais se expandem pelo mundo urbano e vice-versa, assimilando algumas práticas e rejeitando outras (FRAXE et al, 2009, p.30), conforme pode ser observado na figura 51 sobre a ocupação dos moradores, em que há o predomínio de práticas que permanecem mesmo estando na cidade e outras que aos poucos vão se inserindo na ocupação profissional que se dá na cidade, apesar de que as oportunidades de trabalho estão disponíveis mais para atividades rurais do que propriamente urbanas.

Figura 51: Ocupação profissional



Fonte: Trabalho de campo, 2016

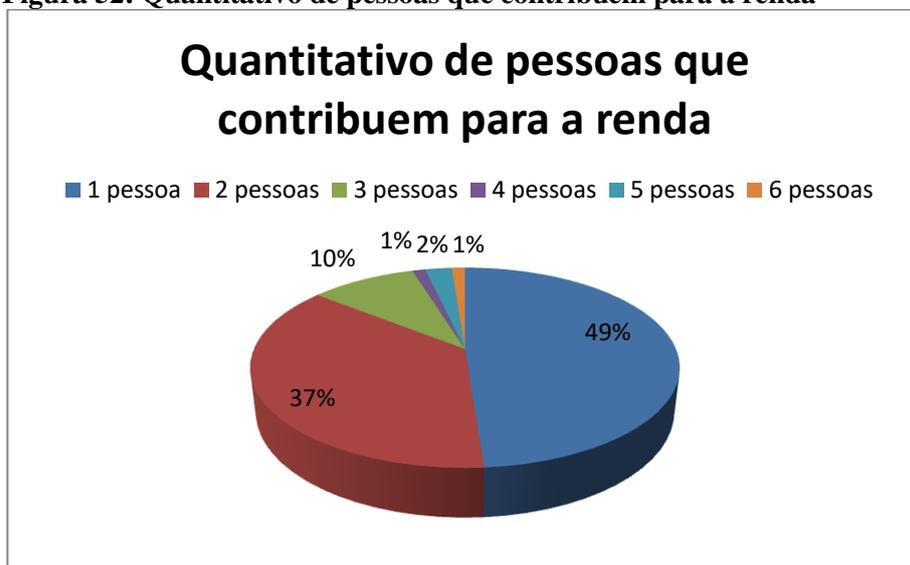
A representatividade das profissões ligadas a atividades rurais é bem expressiva, com destaque para a agricultura e a pesca. Dos moradores, 36% têm como profissão a pesca e 16% à agricultura. Os que se consideram pescadores e agricultores somam 8% dos moradores. Os aposentados somam 12% e os desempregados somam 7% dos moradores. Os que não quiseram expor sua profissão, disseram que trabalham por conta própria, somando 13% da

população do bairro. No quesito deste último é importante destacar o medo da população ao dar a resposta. Esses 13% de certa forma desenvolvem atividades rurais como agricultura, pesca e especialmente a caça e o extrativismo, por medo, ao serem questionados os mesmos preferiram dizer que trabalham por conta própria para não comprometer o seu meio de sobrevivência que em alguns casos é feito na ilegalidade, cientes disto, buscaram fugir da resposta, ao mesmo tempo não afirmando o que de fato faziam.

Algumas profissões de caráter urbano são desenvolvidas, como a profissão de empregada doméstica, que diz respeito a 5%. São mulheres que trabalham em casas de família na cidade, principalmente na área central, ganham em média de R\$ 150 (cento e cinquenta reais) a R\$ 200 (duzentos reais) por mês, muito abaixo do salário mínimo e sem nenhum direito trabalhista. Também estão presentes outras profissões urbanas que representam a minoria, de 1%, que se identificaram como agentes de saúde que moram no bairro flutuante (esse percentual corresponde também a outras profissões tidas como urbanas), mas que trabalham em outros bairros da cidade, por exemplo, o funcionalismo temporário. Por fim 2% dos moradores trabalham na carpintaria e construção de canoas, barcos e pequenos reparos.

O caráter rural nas profissões equivale à maioria das atividades desenvolvidas pelos moradores, isto sem contar os 7% que declararam ser desempregados, mas que pelas observações nas residências no momento da aplicação dos formulários, constataram-se diversos apetrechos de pesca, dando a entender que mesmo não considerando tal atividade como profissão obtém algum sustento dela ou pelo menos o alimento. Além de trabalhos temporários podem ser encontrados na cidade, em alguns casos, como ajudante de pedreiro ou outras atividades genericamente descrita como trabalhadores, atividades que exijam a força braçal.

Com estas atividades os moradores conseguem uma renda familiar mensal que varia entre menos de 1 salário mínimo (48%) a 1 salário mínimo (49%) e em alguns casos mais de um salário mínimo (3%). Desses valores a quantidade de pessoas no domicílio que contribuem para esta renda pode ser observado na figura a seguir.

Figura 52: Quantitativo de pessoas que contribuem para a renda

Fonte: Trabalho de Campo, 2016

O número de pessoas que contribuem para a renda domiciliar no bairro são: de 1 a 3 pessoas, que correspondem a 96% dos moradores e de 4 a 6 pessoas corresponde a 4% dos moradores. Essa renda é incrementada com os programas de compensação social. Esse é um aspecto relevante a ser considerado, ao estar na cidade o morador tem facilidade do acesso e do recebimento da bolsa família, do mesmo modo que a aposentadoria rural.

As crianças e adolescentes ajudam os pais nas atividades, entretanto isso não significa exploração do trabalho infantil, mas formas que possibilitam a partir do conhecimento empírico a reprodução familiar, onde são ensinadas as técnicas de pesca (ver figura 53), extrativismo, de plantio do roçado, um conhecimento que possibilita a reprodução desses moradores no futuro, o que não quer dizer que eles herdarão a profissão dos pais, pois vão ter acesso a todo o ciclo básico de educação, e graças à ela podem conseguir ingressar no ensino superior, haja vista que na cidade há um núcleo da UEA.

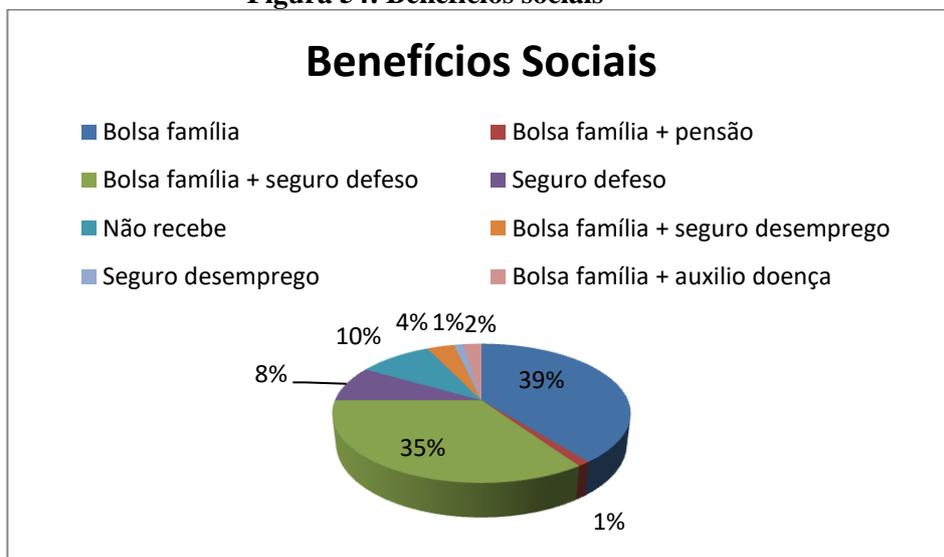
Figura 53: Criança aprendendo o ofício do pai em Tapauá-AM



Fonte: Arlan Justino, trabalho de campo, fevereiro/2016

Dos residentes 39% recebem o bolsa família e 35% recebem o bolsa família mais o seguro defeso. Para os que recebem somente o seguro defeso o percentual corresponde a 8% dos moradores, 1% recebe o bolsa família mais pensão, 4% recebe o bolsa família mais o seguro defeso, 2% recebem o bolsa família mais auxilio doença e 1% recebe apenas o seguro desemprego. Como se vê, a maioria dos moradores recebe alguma forma de benefício, 90%, destes o seguro defeso está presente em 47% dos domicílios e o bolsa família 81% das famílias.

Figura 54: Benefícios sociais



Fonte: Trabalho de Campo, Setembro de 2016

O morador passa a ter acesso aos direitos sociais básicos, visando o desenvolvimento social e econômico das famílias no que diz respeito à alimentação, saúde, assistência social. Em contrapartida, principalmente para receber o bolsa família, os moradores tem que manter seus filhos na escola, fazer o acompanhamento médico das crianças e adolescentes e das grávidas o pré-natal e o acompanhamento periódico. Esses benefícios possibilitam a melhora na qualidade de vida desses moradores, além de que “forçam” os pais a manter os filhos na escola.

A relação da moradia flutuante com este modo de vida propicia viveres urbanos distintos de uma cidade, pois a moradia não permite que se esqueça da vida pretérita dos moradores, pois mesmo no universo urbano, as formas de trabalho do interior estão presentes, há uma relação intensa do bairro com a natureza para a obtenção do seu sustento e reprodução, e do bairro com o restante da cidade pelas relações estabelecidas que se dão na práxis urbana cotidiana. Ao questionar os moradores se eles consideram algum problema em morar em flutuante, 82% responderam que não e ao serem indagados se gostam do tipo de moradia, 87% disseram que sim, 7% disseram que não e 6% responderam mais ou menos.

Esses dados permitem inferir que o grau de satisfação dos moradores é alto e isto reflete no modo de vida desta população, pela adaptabilidade ao bairro flutuante no contexto da cidade. O que chama a atenção é que a maioria dos moradores que relataram os condicionantes para a satisfação do habitar, estar relacionado pela facilidade de contato com o rio, seja para os afazeres domésticos como pela chegada e saída, embarque e desembarque do flutuante, além de considerarem a água como um conteúdo simbólico de existência, ao mesmo tempo como parte integrante dos sujeitos sociais no espaço.

Dos 7% que disseram que não gostam de morar em flutuante, 71% gostariam de morar no Bairro do Açaí e 29% no Bairro Manoel Costa. As escolhas estão relacionadas a morar em terra, porém, próximo “a beira” do rio para facilitar o desenvolvimento de suas atividades rurais, se assemelhando ao modo de vida do interior, pela relação: margem do rio/casa e esta relação também é alvo de desejo de muitos moradores da cidade que buscam no modo de vida materializado no bairro flutuante uma possibilidade de existência social e profissional.

As formas de trabalho no bairro e em especial a pesca, segundo os moradores constitui a atividade que lhe confere maior renda do que a agricultura. Nesse sentido Pedro Rapozo salienta que:

As mudanças que decorrem no processo de escolha pelo desenvolvimento de uma atividade ou trabalho que garanta uma renda para além da subsistência implicam as questões sociais e históricas referentes à vida pessoal, às escolhas e, sobretudo, àquilo que constitui a realidade local [...] (RAPOZO, 2015, p.90).

O surgimento dos flutuantes que funcionam como atravessadores tem incentivado os moradores do bairro à profissão da pesca. Essa atividade pode ser entendida como de subsistência, desenvolvida não só pelos moradores do bairro, mas por parte da população que a entende também como caráter econômico.

Segundo Santos e Santos (2005) a pesca de subsistência é:

[...] desenvolvida por pescadores ribeirinhos e destinada à sua alimentação e à de seus familiares. Quando bem-sucedida, parte da produção pode ser vendida a intermediários ou em feiras [...]. Trata-se de uma atividade difusa, praticada por milhares de pessoas e, por isso, sua produção é difícil de ser quantificada. É também muito expressiva do ponto de vista cultural, por ser uma atividade comumente praticada por gente de ambos os sexos e de todas as idades e categorias sociais (SANTOS e SANTOS, 2005, p. 167).

A pesca é um ciclo produtivo mais curto, que pode ser diário ou semanal, e o flutuante, para além da moradia, é o local para guardar o material de trabalho, tornando prática a vida para esse morador, pois ter que descer e subir para terra com todo os apetrechos de pesca torna o trabalho penoso e mais cansativo, e morar em flutuante possibilita reduzir o tempo de trabalho, pois quando se chega da pesca o trabalhador já está em casa.

As características naturais do lugar, cercado por um complexo de lagos e rios utilizados na pesca possibilitam a reprodução de tal prática e do modo de vida. Com isto surge a possibilidade de exploração da mão de obra barata e sem custo para os flutuantes que funcionam como atravessadores, compram a produção do pescado por um preço inferior ao valor de trabalho nela contido. Paulino (2006) destaca a territorialização do capital nesse espaço, no qual estes trabalhadores não tem vez perante o mercado na venda da produção, devido à oferta ser maior que a demanda, ainda que os atravessadores não atuem diretamente na esfera produtiva, eles controlam a circulação do pescado que é destinado para Manaus.

É nesta forma de produzir que se define de acordo com Paulino (2006) a monopolização do pescado em Tapauá, no qual o bairro é formado por grande número de pescadores e a falta de instrução possibilita a exploração destes trabalhadores. Essa monopolização ocorre quando o moradores vendem seu produto para o intermediários

(atravessadores), pois não podem e nem têm condições de escoar para Manaus devido aos custos com transporte e armazenamento do pescado, e por isso se sujeitam a exploração.

Dos três maiores atravessadores do bairro, os proprietários nos relataram que por mês chegam a comprar cada um, em torno de 6 a 10 toneladas de peixe e em tempos ruins esse valor cai pela metade. Essa rede comercial vem se expandindo para além do território Nacional, já fizeram negócios com Colombianos, mas que atualmente apenas um dos atravessadores tem como comprador um colombiano que compra o peixe seco na cidade (Dados de campo, setembro/2016).

Os atravessadores vendem o pescado para os despachantes pelo dobro do valor comprado na cidade, que segundo eles com todas as despesas com transporte e armazenamento ficam com lucro de 40% de toda revenda do pescado, porém este lucro deve ser maior do que o valor estimado. Segundo Crisanto Damiano da Silva:

Na comercialização existe a ação dos especuladores, como despachantes e atravessadores, que atuam na escala de economicidade do município, fazendo a circulação e distribuição, gerando um aumento na mercadoria de aproximadamente 800%, para o consumidor final. Subentende-se que a função social de cada sujeito social que atua na escala de economicidade traz reflexos significativos no aumento de preços do pescado. Operam sem interferência, se aproveitam da ‘fragilidade’ do Estado e omissão, pois não cria alternativas para a quebra do ciclo de especuladores na pesca (SILVA, 2009, p. 122).

Mas os pescadores não são obrigados a vender exclusivamente aos atravessadores, pois tem a opção da venda dos produtos na feira da cidade ou próximo da rua 2, no Bairro do Açaí, onde peixes, hortaliças e frutas produzidas pela população dos flutuantes são comercializadas. A diferença é que é incerto, pois o peixe que é levado para ser vendido em terra, não pode retornar para casa, pois os moradores não tem como condicionar esse pescado. Apesar de 82% das residências terem geladeira, a quantidade que se pesca é maior do que a capacidade de armazenamento da geladeira, ficando dependente das caixas de gelo e com isto ficando temporariamente com o pescado. Como solução para venda do excedente do pescado em terra o preço vai baixando até ser vendido todo, em alguns casos o morador fica no prejuízo, por isto a opção da venda para os atravessadores é mais certa, mesmo ganhando menos do que se fosse vendido na cidade, pois vendem tudo o que pescam.

Este modo de vida específico, onde os sujeitos transformam e vivenciam “novas” formas de morar, e que reflete na obtenção do seu sustento, pautado nesse sistema de

exploração, é relativamente melhor do que no interior, mesmo ganhando pouco, pode comprar quase tudo o que necessita na cidade complementando com outros ganhos já citados.

Pode-se inferir que a população do bairro tem um modo de vida influenciado pela dinâmica da natureza, onde as práticas de trabalho estão relativamente ligadas ao espaço de morar e de contemplação social e profissional do lugar. O tempo é calculado pela dimensão de uso e reuso dos recursos da natureza, as horas os minutos e segundos pouco ou quase nada interferem nas práticas de trabalho, pois o tempo ecológico é que prevalece no espaço, enquanto lugar de trabalho, orientado pela dimensão do saber empírico, assim como a dinâmica das cheias e vazantes.

Os principais locais de pesca dos moradores são nos rios Itatuba, Itaparaná, Ipixuna, descendo em direção à reserva do Abufari e subindo o curso principal do Purus (ver figura 58), são rios, mas também nos lagos de uso comum.. O principal meio de locomoção é a canoa com motor rabeta, deste modo os espaços de pesca são relativamente “próximos” do bairro, podendo variar as distâncias em torno de 20 minutos a 6 horas, dependendo do motor a propulsão. Para uma pesca mais distante há aqueles moradores que tem pequenos barcos e representam 12% dos domicílios.

Figura 55: Principais Locais de pesca para os moradores do bairro flutuante

Mapa de localização dos locais de pesca dos moradores da cidade de Tapauá



Os moradores detêm do conhecimento vividos no cotidiano e a partir dele desenvolvem suas atividades, chamou-nos a atenção, que os cardumes aparecem na frente da cidade, e com isto os moradores lançam suas malhadeiras e redes de arrastão configurando na paisagem a relação do homem com o seu espaço vivido.

Figura 56: Atividades de pesca na frente da cidade de Tapauá-AM



Foto: Arlan Justino - trabalho de campo, Setembro/2016.

Nos meses de janeiro tem a predominância do pacu, jaraqui e tambaqui. Em maio a predominância da matrinxã, tambaqui, pacu, curimatã e surubim e no decorrer do ano a sardinha e o pacu são os mais encontrados nos rios e lagos de pesca.

Para os que vivem da agricultura os roçados são encontrados dispersos, não há um lugar fixo, mas em alguns casos encontram-se no Jacinto, à montante da cidade, onde plantam a mandioca no começo de junho e colhem em janeiro, além das culturas temporárias no período de várzea como feijão de praia, melancia e milho. Já a farinha, parte dos moradores produz para o auto-consumo, no decorrer de todo o ano, e o excedente é vendido na cidade. As casas de farinha flutuante (ver figura 57) facilitam o processo pela proximidade com a água. No decorrer dos meses de janeiro a fevereiro produzem a farinha e de março a dezembro pescam, e em alguns casos plantam para venda e consumo, assim como fazem a coleta do açaí nativo e da castanha.

Figura 57: Morador, casa de farinha flutuante em Tapauá-AM



Foto: Arlan Justino - trabalho de campo, fevereiro/2016

Para os que têm pequenos barcos de pesca, que representa porcentagem baixa no bairro, buscam se profissionalizar na atividade, passam em torno de 14 dias até um mês, pois só retornam quando se conseguem peixe em quantidade suficiente para suprir os custos da viagem. Sobem o rio em torno de 3 a 4 dias, montam as redes de arrastão, ao obter quantidade desejada, já salga o pescado e ao chegar à cidade revende para o atravessador ou vende acondicionado. Nesses casos a família toda trabalha, a casa fica fechada, precisam levar as crianças menores, pois não tem com quem deixá-las.

A relação da moradia flutuante com o modo de vida propicia a essa população desenvolver diversas atividades com características rurais. Essa forma específica possibilita o entendimento do rio como o principal meio de produção, locomoção e integração do homem com o meio, agregando diversas dimensões no plano do vivido, reconhecendo-se e pertencendo-se ao grupo social e ao espaço criado sobre as águas.

3.3 O COTIDIANO DA POPULAÇÃO DO RIO NA E DA CIDADE

Para compreender a realidade de Tapauá considera-se o movimento e as transformações que se dão no tempo e nos diversos espaços: rios, floresta e cidade, e o cotidiano se torna uma categoria de análise importante para a interpretação da espacialidade urbana que se dá entre espaços distintos e complementares. Ao buscar no cotidiano as coisas simples do dia a dia e que passam despercebidos, procede-se a diversidade do fenômeno urbano, materializado no bairro, onde os sujeitos sociais interagem com o restante da cidade.

Ao mesmo tempo, a interação bairro-cidade se revela contraditória, visto que é o oposto de um bairro convencional, pela interdependência dos sujeitos sociais com o seu

entorno: terra e rios, o que não significa dizer que é o melhor ou pior lugar da cidade para morar, mas é o que aproxima os moradores, dando-os o sentido do pertencimento, do que consideram como seu, não só o flutuante, mas as diversas relações que se dão na cidade/bairro, fruto da produção do espaço urbano que carrega consigo forte conteúdo simbólico com o rio. Ana Fani A. Carlos (2007) destaca a importância que a produção do espaço assume no processo de reprodução da sociedade, visto que o processo urbano transforma a vida humana, tendo o cotidiano como elemento fundamental de explicação, pois é no urbano que ele se instala.

Desse modo as práticas espaciais no espaço vivido são carregadas de experiências entre as pessoas e o lugar, reafirmando a existência do ser e estar na cidade, ao mesmo tempo apresenta similitudes enxergadas na totalidade urbana, enquanto ações socialmente determinadas no cotidiano. No movimento de ir e vir para a cidade/bairro/cidade a partir da disponibilidade de oferta dos serviços e das relações que se dá em sociedade, o espaço urbano de Tapauá pode ser interpretado de acordo com Harvey (2015) como sendo relativo e relacional.

Para Harvey (2015) o espaço relativo seria aquele que se materializa pela conexão com outros espaços. Na referida cidade, o rio não é apenas um elemento geográfico qualquer, ele possibilita a integração da terra e rio e dos objetos nele fabricados (moradias flutuantes, equipamentos urbanos no rio e em terra). Sendo assim o espaço relativo e relacional (pela relação entre ambas às partes) estão interligados, a partir das interações que se dão no bairro com a cidade e vice versa, criando um cotidiano que é regido pela dinâmica da natureza que a impõe diante das adversidades do dia a dia e com isto o morador busca mecanismos de integração simbólica e existencial com o restante da cidade.

Cada residência tem o seu endereço, não um endereço qualquer, com numeração das casas, existente numa cidade, mas que no bairro flutuante é expresso pelo seu espaço vivido. A cidade apresenta uma relação íntima com a natureza, onde as ruas têm como característica marcante um paralelismo com o rio. Com isto do lado oposto, onde se encontram as moradias flutuantes, cada localização no rio, diz respeito a alguma parte da cidade em terra, ou melhor, da rua. Por exemplo, se o flutuante está localizado próximo da rua x e do bairro x, este é o seu endereço, a localização dos flutuantes se dá na direção do rio para o lado onde fica a rua/bairro da cidade, portanto a integração com a parte terrestre da cidade se dá nos bairros Açai, Centro e Manoel Costa, que estão de “frente” para o rio.

Em cada final da rua, dos referidos bairros já citados, há extensas escadas que são utilizadas pelos moradores para subir/descer a cidade, no qual todos pertencentes a ela tem o mesmo endereço e se locomovem para a cidade deste modo.

Figura 58: Escadas que funcionam como "ruas" para o acesso ao outro lado da cidade



Foto: Arlan Justino, Outubro/2015

A dinâmica do bairro não é a mesma durante todo o dia. De um lugar inerte ao amanhecer, torna-se dinâmico com canoas indo e vindo, crianças, jovens subindo as escadas em direção às atividades na parte terrestre da cidade, principalmente as escolas, pais indo para os seus trabalhos predominante rurais, e outros para o outro lado da cidade. Essa interação com o rio é a prova de que ali se encontra o lugar da realização de vida e da prática urbana no contexto da cidade. Logo cedo se pode observar os serviços alternativos que atendem a população do bairro, há a venda de pão caseiro, onde os vendedores passam de canoa em cada flutuante, oferecendo o serviço, não só este, mas de outros produtos como farinha.

No bairro não há serviços de catraieiros para levar e trazer a população para o outro lado da cidade, entretanto quase todos têm o seu meio transporte, canoas com pequenos motores rabeta ou a remo que possibilitam o deslocamento.

Dos meios de transporte no bairro, 93% das residências têm canoa e pouco menos têm motor rabeta 90%. Os que se utilizam da canoa a remo o fazem por não possuírem rabeta. Os que não têm meio de transporte recorrem à solidariedade, pega carona tanto na ida como na volta, ou se empresta uma canoa de um conhecido.

Na cidade 81% dos moradores se locomovem a pé, 13% afirmaram o uso dos serviços de moto-táxi, somente quando as condições financeiras dos moradores são possíveis, usado para “ganhar tempo” para agilizar o retorno ao bairro flutuante e penas 6% utilizam de moto-táxi para a locomoção na cidade constantemente.

Uma das ferramentas tecnológicas que faz parte do cotidiano é o aparelho de celular, presente em 87% das residências. O celular possibilita a comunicação para com o bairro e toda a cidade, caso o morador esteja em terra e necessite retornar ao seu flutuante ele pode ligar para algum membro da família para ir buscá-lo, ou se comunicar com algum morador que esteja na cidade, combinando o horário que ele vai “descer”, que se refere na linguagem dos moradores.

O cotidiano pode ser quebrado, diante da chuva, interferindo nas práticas urbanas como também rurais. Porém a maioria, 77% dos moradores não deixam de realizar alguma atividade por dificuldade de deslocamento, destacando alguns fatores entre os quais as condições do tempo, pois quando chove optam em ficar em casa. Também quando falta canoa se espera alguém retornar para ter o meio de transporte. No período da vazante o acesso é dificultado ao outro lado, pois segundo os relatos dos moradores as escadas se tornam extensas, interferindo no descolamento para terra, além de que o medo unanime de todos é a dificuldade de atracar nos portos alternativos, pois ao subir e deixar a sua canoa sozinha corre o risco de ter os materiais de trabalho e canoa furtados.

O medo ao atravessar à noite é constante, pois no bairro não há iluminação pública, há apenas nas residências, tornando difícil enxergar alguma canoa, onde já aconteceram diversos acidentes, com mortes. Toma-se muita cautela na travessia, sempre com uma lanterna para alertar os condutores, prática constante à noite para os estudantes que vão/retornam à escola.

O cotidiano para os moradores é o mesmo dos que residem em terra não havendo diferença significativas, apenas vantagens, pois o círculo social é provido de formas ambientadas aos moldes das comunidades ribeirinhas. Praticamente todos no bairro compartilham das mesmas histórias de vida e nas entrevistas contam que vir para a cidade foi a melhor escolha, e ao serem questionados sobre o que tem de diferente nesta parte da cidade para a área de terra respondem, conforme um dos moradores, “*aqui nós conseguimos o que os*

nossos pais não almejavam, melhores condições de vida para os nossos filhos, me sinto e sou desta cidade assim como esta cidade faz parte de mim, eu também faço parte dela”.

Mesmo assim, 24% dos moradores afirmaram que há preconceito da população da cidade por quem reside nas moradias sobre as águas, apesar disso consideram-se bem morando no rio e ao mesmo tempo na cidade. São questões subjetivas que nos ajudam entender o cotidiano que reflete a realidade local.

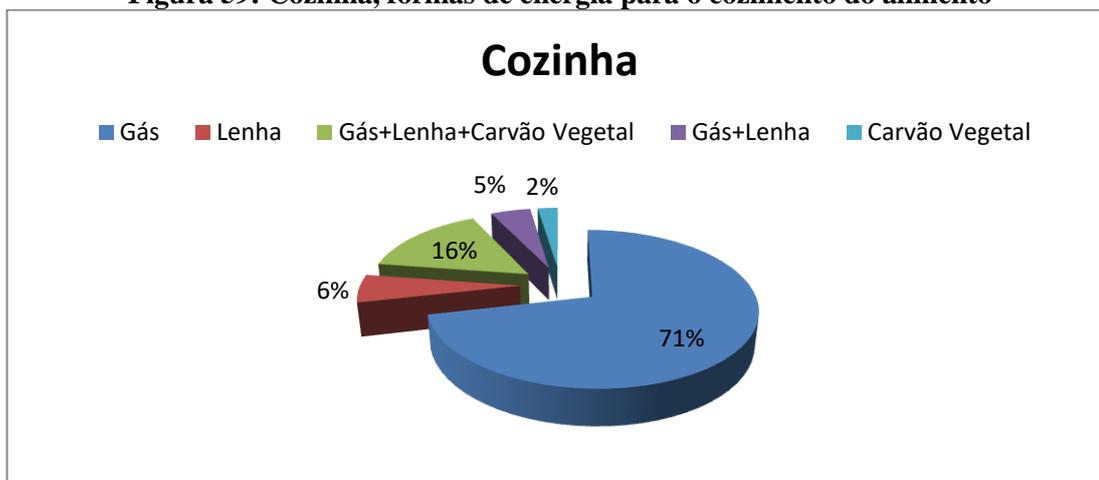
Para o acesso aos serviços de educação, saúde, segurança, banco, correio e comércio os moradores se deslocam para os bairros do Açaí, Centro e Manoel Costa como os espaços de referenciais devido estarem de frente para o bairro. Os comércios do bairro flutuante vendem os produtos a preços mais caros do que do outro lado da cidade. Apenas os produtos voltados para o campo que são encontrados a preços razoáveis nos pontões.

Nas pequenas cidades do interior da Amazônia é muito comum a venda dos produtos a crédito, que é denominada pelos moradores como venda fiado. É um sistema que se dá pela relação de confiança entre o comerciante e o comprador, onde a compra não é paga em dinheiro e sim anotada em caderneta que só ao final do mês é paga, entretanto o valor da mercadoria comprada é mais cara, do que se fosse pago a vista.

A noite torna-se quieta, a dinâmica do bairro se estabiliza, é o horário de descanso, pode-ser ir a algum flutuante vizinho para bater papo, ou ficar em casa assistindo televisão que é a opção para 94% dos domicílios que têm o equipamento, sendo a maioria com antenas parabólicas, 69%.

Os recursos tecnológicos alteram o cotidiano dos moradores, principalmente as crianças e jovens, a TV como um aparelho de entretenimento passa a fazer parte dos hábitos, principalmente à noite, com as novelas que regem o “fim” da noite. A energia elétrica possibilita não só este equipamento, mas muitos outros típicos das cidades e facilitam o dia a dia.

O fogão a gás está presente em 90% das residências, mesmo assim, para evitar gastos maiores, as práticas antigas como fogão a lenha, fogareiro ainda são utilizados nas residências, no compartimento da cozinha. O serviço de gás é disponibilizado no bairro, assim como a entrega, o que facilita e incentiva aquisição do gás. No que diz respeito às formas de cozimento, pode se observar no gráfico 9 a porcentagem da fonte de energia utilizada.

Figura 59: Cozinha, formas de energia para o cozimento do alimento

Fonte: Trabalho de campo/2016

A máquina de lavar é outro equipamento presente em 52% das residências. Tanto o fogão quanto a máquina são equipamentos que começam a fazer parte da vida dos moradores do bairro e como tais simplificam os seus afazeres domésticos, possibilitando desenvolver outras atividades.

Aos finais de semana, os moradores do bairro têm como opções do lazer as festas, muitos vão para o outro lado da cidade onde são realizadas, especialmente no bairro do Acaí, onde se encontra uma das casas de show, porém a maioria prefere ficar em casa, assistindo à programação da TV, integrando essa população à vida cotidiana no mundo moderno. Para grande parte dos moradores o rio é o lazer, onde crianças e jovens se divertem e banham-se, pois desde pequenos aprendem a nadar, (apesar de que já houve casos de morte por afogamento), e com isso se integram ao ambiente que se torna lúdico pela apropriação que é feita, com as brincadeiras que são desenvolvidas no rio.

Há no bairro 5 Igrejas Evangélicas, que segundo os moradores foram criadas para suprir a necessidade nesta parte da cidade, pois moradores praticantes precisavam se deslocar para outros bairros da cidade. A primeira igreja criada no bairro foi a Assembleia de Deus no ano de 2001 (ver figura 60).

Figura 60: Igreja Assembléia de Deus Cong. Galileia, Tapauá-AM



Foto: Arlan Justino – trabalho de campo, fevereiro/2016

São realizados diversos trabalhos de evangelização para atrair os moradores para os cultos que são realizados, principalmente nos finais de semana. Nos dias da semana, em canoas, os líderes evangélicos passam de flutuante em flutuante convidando os moradores para o culto. Essas igrejas não são frequentadas apenas pelos moradores do bairro, mas por diversos moradores da cidade. Há transporte para os moradores que querem participar das atividades religiosas.

Os principais cultos são realizados aos Domingos, com início às 19:00, e desde às 18:00 começam a tocar no auto-falante músicas religiosas, convidando os moradores para participar da celebração. Esse instrumento de persuasão tem conseguido atrair muitas famílias que começaram a participar pela insistência dos convites e também pela facilidade de ir aos templos que estão relativamente próximos de suas casas. Muitos moradores afirmaram nas entrevistas que eram católicos, mas devido não ter igrejas no rio, optaram por outra religião. Conforme vão passando as horas, os moradores começam a aparecer, em canoas, alguns de botes, ancoram nas laterais das igrejas-flutuantes. Chegam-se com as “melhores roupas”, vão sentando nas cadeiras, interagindo com os demais, com conversas paralelas antes do início das atividades religiosas.

Figura 61: Chegada ao culto no bairro flutuante, Tapauá-AM



Foto: Arlan Justino -trabalho de Campo, fevereiro/2016

A igreja apresenta boa estrutura com iluminação, ar condicionado e demais equipamentos que são encontrados nas demais igrejas da cidade. O fortalecimento do vínculo religioso, mas também social implica não apenas a esta parcela da sociedade, mas integra quem quer e pode participar, graças aos meios de locomoção e interação que se dá com todo o espaço urbano de Tapauá, tendo diversas opções que melhor satisfaçam os anseios dos moradores na busca dos serviços.

O cotidiano do bairro sofre alterações a partir da dinâmica hidrológica, cheia e vazante. Na cheia o nível do rio sobe, inundando as áreas de várzea entre uma margem e outra, isto possibilita que os flutuantes possam estar ordenados dispersos no rio nos três sentidos: direita, meio e esquerda. Esse distanciamento facilita um maior tráfego de embarcações, minimizando os banheiros nas residências. Os degraus das escadas tendem a serem menos extensos, facilitando o fluxo de pessoas para a parte alta da cidade, no linguajar dos moradores.

Já no período da vazante o nível do rio começa a decrescer principalmente a partir dos meses de setembro a novembro. Os flutuantes que estão nas áreas de várzea precisam ser puxados para o meio do rio, caso contrário, ficará presos em terra (ver figura 62), com isto, a

forma aparente do bairro se modifica, os flutuantes do meio se misturam com os da margem esquerda e direita, dificultando o tráfego de embarcações que precisa ser feito com bastante cautela, pois pode se chocar com algum flutuante pela proximidade entre eles.

Figura 62: Bairro Flutuante na vazante, Tapauá-AM



Foto: Arlan Justino, outubro de 2015

Desse modo deve-se constantemente adequar à moradia às condições naturais do lugar e com isto altera o cotidiano dos moradores, que precisam estar sempre atentos às mudanças de cheia e vazante, se adaptando ao espaço de vivência a partir das novas circunstâncias do lugar. No período da vazante diversos conflitos são ocasionados com donos de embarcações de médio porte, pois à densidade de flutuantes no meio do rio dificulta o tráfego e em alguns casos ficam impossibilitando embarcações de circular nessa área, sendo possível apenas por canoas.

Na vazante as embarcações passam a circular muito mais próximo de cada flutuante e com isto gera banzeiros de maior intensidade que causam prejuízos aos moradores, como quedas de equipamentos eletrônicos, louças, armários e outros. Nesse sentido, há a recomendação de que os barcos trafeguem pela área em baixa velocidade visando minimizar as oscilações do rio, porém, quase nunca é respeitada essa regra informal e com isto os moradores passam a estabelecer estratégias de territorialidades, por exemplo, na forma de distribuição dos flutuantes. Para Saquet e Briskievicz a territorialidade do bairro flutuante:

[...] corresponde às relações sociais e as atividades diárias que homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida cotidiana. Isso significa dizer que entendemos a identidade de maneira híbrida, isto é, como processo relacional e histórico, efetivado tanto cultural como econômica e politicamente. A identidade é construída pelas múltiplas relações-territorialidades que estabelecemos todos os dias e isso envolve, necessariamente, as obras materiais e imateriais que produzimos, como os templos, as canções, as crenças, os rituais, os valores, as casas, as ruas etc (SAQUET e BRISKIEVICZ, 2009, p. 8).

São colocados no rio, diversas bóias de assacú (ver figura 62) para dificultar que embarcações de médio porte trafeguem, obrigando também as demais embarcações a reduzirem a velocidade e com isto as oscilações no rio que interferem na dinâmica dos flutuantes são minimizadas. A territorialidade que é praticada no rio corresponde à tentativa de um grupo de influenciar ou controlar outras pessoas e fenômenos (SAQUET e BRISKIEVICZ, 2009).

Figura 63: Bóias que são utilizadas para reduzir a velocidade do tráfego, Tapauá-AM



Foto: Arlan Justino – trabalho de campo, setembro/2016

As territorialidades são produzidas a partir de formas espaciais que possibilitem resolver o imediato e com isto superar as dificuldades do cotidiano. O conteúdo do espaço do bairro é carregado de traços culturais que impõem simbolismos materializados na dimensão do vivido, não só na prática de se relacionar com as questões pertinentes ao bairro, como a própria moradia e o seu entorno, que se volta como o lugar da contemplação de formas diversas de se viver na cidade, fazendo com que cada morador adapte o seu habitat conforme as suas necessidades. Sabe-se que o flutuante é um imóvel que ao mesmo tempo é móvel, de modo genérico é só a casa, não há terreno e nem a possibilidade de agregar valores a ele, como objetos fabricados e praticados no imóvel em terra, como plantações de hortaliças, criação de animais, mas essa impossibilidade também é superada, como relatado a seguir.

Essa dimensão de criação possibilitou agregar o espaço da casa com o seu entorno a partir das bóias. Colocam-se nas laterais dos flutuantes, toras de assacú e com isto materializa e aumenta o seu espaço possibilitando “criar” um “terreno sobre as águas” a partir das bóias.

Figura 64: "O quintal do flutuante", em Tapauá-AM



Foto: Arlan Justino – trabalho de campo, setembro/2016

A criação de animais, principalmente cachorros, a produção de hortaliças nos canteiros que são cuidados pelas donas de casa, em alguns casos o espaço serve como o varal para estender roupa, recria um cotidiano similar a quem habita em terra, e estas territorialidades na medida em que se intensificam tendem a ramificar as atuações no espaço de modo individual integrando à casa com o que é necessário para cada família, entretanto tais práticas podem levar à concretude do espaço com as demais casas e com isto levar a formação de futuras pontes, aos moldes do que era produzido pela cidade flutuante de Manaus, porém não podemos afirmar o que irá acontecer, mas que atualmente a prática de agregar espaço à residência a cada dia vem se expandindo. O cotidiano atesta a reprodução deste grupo social que interage com o restante da cidade, mas também com a natureza no espaço que é relativo e relacional pelas atuações que são desenvolvidas, da mesma forma a outra parcela da

população interage com esse espaço de modo específico seja nos cultos, na compra de mantimentos de trabalho, canoas, farinha, castanha e outros.

Buscou-se sintetizar o cotidiano do bairro flutuante e com isto demonstrar que muitas práticas que são desenvolvidas no lugar não diferem das relações sociais do restante da cidade apesar das suas especificidades. A forma de viver na cidade engloba o cotidiano que escapa as determinações gerais. Em Tapauá o cotidiano apresenta outra racionalidade que precisa ser compreendida, como elementos de esperança e de representação socioespacial. Mesmo sendo no rio é o que aproxima o mais íntimo desta população do que é seu e, portanto, o referencial de lugar e morada enquanto a reprodução do cotidiano aos moldes de uma pequena cidade na Amazônia. Tais relações são específicas, porém apresenta semelhanças com as demais cidades em muitos aspectos, como processo isolado, mas complementar com a totalidade dos estudos urbanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou expor a realidade de uma pequena cidade na Amazônia, relacionado ao modo de morar diferenciado de outras cidades. Isso faz com que o espaço seja produzido em decorrência das especificidades do lugar, uma cidade cercada por rios e floresta e uma população que tem suas práticas relacionadas com a natureza, possibilitando práticas espaciais distintas, mas não excludentes de outras cidades. Com isto o espaço é produzido a partir das condições dos grupos sociais excluídos que encontram no flutuante a forma habitacional que possibilita a permanência/resistência na cidade. O conhecimento local agrega dimensões pretéritas, vinculadas à cultura ribeirinha e tem propiciado a (re)produção desta forma de morar e de se relacionar com a natureza e a cidade. Nesse sentido, a adaptabilidade ao bairro flutuante é possível, pois se assemelham em muitos aspectos do modo de vida dos moradores do restante da cidade, graças ao cotidiano dos cidadãos que englobam a floresta e os rios no seu processo de vivência.

Compreender o bairro flutuante é identificar as transformações e permanências do espaço urbano de Tapauá a partir do que representa para a sua população. É muito mais do que a paisagem natural, pois a dimensão humana está presente nesse processo e como tal possibilita interpretá-lo enquanto paisagem urbana da cidade, haja vista que o conteúdo funcional de bairro está presente no rio, carregado de dimensões culturais, simbólicas e existenciais, materializado em espacialidades que refletem práticas socioespaciais a partir de “novas” necessidades.

O direito à cidade em Tapauá é um grito de socorro que ecoa pelo ar, mas nem sempre é ouvido, e a moradia flutuante serve para nos chamar a atenção de que algo está errado, pois ninguém migra de um lugar para outro sem nenhum motivo. De qualquer modo seja na cidade ou no interior todos têm o pleno direito à moradia digna, previsto na constituição brasileira, assim como acesso a saúde, emprego, educação e os demais direitos fundamentais.

Nesta dissertação entende-se que o problema da questão habitacional da cidade, perpassa os flutuantes concentrados na orla de Tapauá, ou seja, está ligada a questão da moradia presente na totalidade urbana de toda a cidade como: dificuldades do acesso à terra urbana, implicando nas ocupações de risco, mas também presente nas más condições habitacionais da população. O bairro flutuante se integrou a cidade como resistência possibilitado pela cultura ribeirinha do lugar, ao mesmo tempo ele se enraizou no tecido urbano de tal forma, que qualquer medida que seja tomada para melhorar as condições de vida

desta população e solucionar a questão precisa de políticas públicas diferenciadas que agreguem a dimensão do vivido.

Este direito à cidade do ponto de vista que Lefebvre aponta e que foi aqui utilizado, não é apenas ter acesso a terra, a moradia, ao trabalho, aos serviços e equipamentos coletivos, é tudo isso e muito mais, é a capacidade da população viver e expor a sua opinião e com isto criar valores de uso na cidade a partir da capacidade de criação no espaço sobre as águas nesta interface urbano/rural, enquanto práticas que são urbanas enquanto lugar de ação, mas que são rurais enquanto práticas de trabalho.

Desse modo as políticas públicas precisam ser pensadas a partir de mecanismos que sejam capazes de resolver o problema que é de cunho sociocultural, ambiental e econômico. Entretanto, isto não quer dizer que a solução seja a desativação do bairro flutuante, nem mesmo que ele seja o problema. A questão que se coloca é olhar para a realidade do lugar, buscando soluções que possibilitem saber o melhor que pode ser feito para esta população, pois não se pode criar medidas mitigadoras sem conhecimento de causa (que foi o que esta dissertação buscou atingir), não apenas do ponto de vista jurídico, muito menos copiadas de parâmetros de outras cidades, dos quais o processo de crescimento urbano é diferenciado. Um exemplo clássico foi à desativação da cidade flutuante de Manaus que não resolveu o problema habitacional, pois foram medidas centralizadas sem conhecimento de causa, não levando em consideração os anseios da população que morava sobre as águas, com isto apenas encobriu o problema habitacional que havia no rio, levando a produção de moradias para os diversos igarapés (na forma da palafita) que cortam a cidade de Manaus, fruto de uma espacialização que foi reflexo das políticas governamentais do período Militar.

O que foi produzido no rio seja de modo involuntário ou não já faz parte do imaginário dessa população, na figura do bairro que é conhecido como Cidade Flutuante, sendo assim, por que não preservá-lo? Apesar de não ser convencional um bairro sobre as águas, na Amazônia nem tudo é conhecido e o mesmo pode até se tornar um lugar para se buscar experiências alternativas de morar com higiene e conforto. Por que não investir em tecnologias sociais que deem conta do tratamento de esgoto incorporado nos flutuantes, haja vista que o rio é o meio de sobrevivência dessa população e dele provém à subsistência e renda, portanto o olhar para o meio natural deve ser tão importante quanto o social e econômico, nos quais já existem projetos desse tipo, equipamento que tem eficiência de 95% no tratamento dos resíduos e com valores de implantação baixos.

Essas medidas seriam uma forma de demonstrar que é possível sim o direito a cidade, em plena Amazônia, pois ele pode ser exercido a partir de uma aliança entre o poder público e

a sociedade, visando o bem estar comum, em uma pequena cidade que apresenta um bairro flutuante, nos quais os moradores carregam diversas histórias sofridas, alegres e motivadoras e que enxergam a cidade como parte integrante do bairro, entretanto há o medo, a incerteza de um dia ser expulso mais uma vez do lugar onde se reaprendeu a morar: a cidade flutuante de Tapauá.

REFERÊNCIAS

ACUNÃ, Cristóbal de. *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*. Tradução Helena Ferreira. Revisão de Moacyr Werneck de Castro e José Tedin Pinto. Rio de Janeiro: Agir, 1994. 179 p.

AMARAL, Silvana. et al. Comunidades Ribeirinhas como forma socioespacial de expressão urbana na Amazônia: uma tipologia para a região do Baixo Tapajós (Pará-Brasil). *R. Bras. Est. Pop.*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 367-399, jul.-dez. 2013.

AMAZONAS, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. *Zoneamento Ecológico Econômico da Sub-Região do Purus*: Relatório Vol. I. 2011. 270 p.

APARICIO, Miguel. Panorama contemporâneo do Purus indígena. In: SANTOS, Gilton Mendes dos. *Álbum Purus*. Manaus: EDUA, 2011. p. 113-130.

BETTIOL, Célia Aparecida. *Educação escolar e práticas comunitárias na vida Apurinã: o fazer pedagógico da comunidade São João*. 2007. 104p. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2007.

BEZERRA, Josué Alencar. Como Definir o Bairro? Uma Breve Revisão. *Geotemas*, n. 1, p. 21-31. 2011.

BITTENCOURT, Antônio C. *O Município de Lábrea*: Notícias sobre a sua origem e desenvolvimento e sobre o rio Purus. Manaus: [s.ed], 1918. 113 p.

BRASIL. *Política Nacional de Resíduos Sólidos*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm> Acesso em: 22 jun. 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Prática espacial urbana como segregação e o “direito a cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 95-110.

_____. *A Cidade*. 8.ed. São Paulo: Contexto. 2008. 98 p.

_____. *Espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 17-34. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/Espaco_urbano1.pdf> Acesso em: 10 jul. 2016.

_____. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Labur, 2007. 85 p.

CARVAJAL, Gaspar de. *Descubrimiento del río de las Amazonas*. Disponível em: http://www.ellibrototal.com/ltotal/?t=1&d=3721_3832_1_1_3721> Acesso em: 10 fev. 2016.

CHANDLESS, W. Notes on the river Purûs. *The Journal of the Royal Geographical Society of London*, v. 36, p. 86-118. 1866.

CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação Residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 39-59.

_____. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 330 p.

_____. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989. 94 p.

COUTINHO, João Martins da Silva. *Relatório da Exploração do rio Purus*. AMAZONAS, 1862. 96 p.

CRUZ, Valter do Carmo. O rio como espaço de referencia identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In: TRINDADE Jr, Saint- Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da Costa (Orgs). *Cidades Ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA, 2008. p. 49-69.

CUNHA, Euclides da .1866-1909. *Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos*. Seleção e coordenação de Hildon Rocha. Brasília: Senado Federal, 2000. 393 p.

_____. *O Rio Purus*. Rio de Janeiro: SPVEA, 1960. 96 p.

DERRUAU, Max. *Geografia Humana I*. Lisboa: Presença, São Paulo: Martins Fontes, 1973. 502 p.

ENGELS, Friedrich. *Sobre a questão da Moradia*. 1. ed. Traduzido por Nélio Schneider. São Paulo: Boi tempo, 2015. 158 p.

FRANCO, Marcelo Horta Messias. Novas configurações territoriais no Purus indígena e extrativista. In: SANTOS, Gilton Mendes dos. *Álbum Purus*. Manaus: EDUA, 2011. p. 153-166.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. *Homens Anfíbios*: etnografia de um campesinato das águas. São Paulo: Annablume, Fortaleza, CE: Secretaria da Cultura e Desporto, 2000. 192 p.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos; MIGUEZ, Samia Feitosa. O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 61, n. 3, p. 3. 2009.

FERRARINI, Sebastião A. *Tapauá sua história sua gente*. Manaus: Calderaro, 1980. 107 p.

_____. *Lábrea*. Manaus: Imprensa Oficial, 1981. 192 p.

_____. *Progresso e desenvolvimento no Purus*. São Paulo: FTD, 1976. 108 p.

FUNAI. Política Indigenista do Governo Federal. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/a-funai> > Acesso em: 10 set. 2016.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008. 178 p.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. *Em pauta*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 35, p. 126-152. 2015.

IBGE CIDADES. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>> Acesso em: 2 jul. 2016.

IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro, 1957. 435 p.

KLEBA, John Bernhard. et al. O homem e o rio: vivências de campo na calha do Purus. In: SOUSA Jr, Wilson Cabral de. et al. *Rio Purus*: águas, território e sociedade na Amazônia Sul-Occidental. Goiânia: Libri Mundi, 2012. p. 39-46.

KROEMER, Gunter. *Cuxiara*: O Purus dos indígenas. São Paulo: Loyola, 1985. 171 p.

LEITE, Francisco Barbosa. Palafitas na Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 31. n. 4, p. 221-22. 1969.

LEFEBVRE, Henri. *O direito a cidade*. São Paulo: Centauro, 2001. 144 p.

_____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991. 216 p.

LEAL, Davi Avelino. Cenários da fronteira: O Rio Purus e o pensamento social na Amazônia. In: SANTOS, Gilton Mendes dos. *Álbum Purus*. Manaus: EDUA, 2011. p. 25-37.

LENCIONI, Sandra. *Casas do Brasil, Habitação Ribeirinha na Amazônia*. São Paulo: MCB, 2013. 171 p.

_____. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. *GEO-USP - Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 24, p. 109-123. 2008.

MARICATO, Erminia. *Habitação e cidade*. São Paulo: Atual, 1997. 79 p.

MENEZES, Thereza. Dois destinos para o Purus: Desenvolvimentismo, socioambientalismo e emergência dos povos tradicionais no sul do Amazonas. In: SANTOS, Gilton Mendes dos. *Álbum Purus*. Manaus: EDUA, 2011. p. 131-152.

NODA, Eliana Aparecida do Nascimento; et al. As comunidades do baixo e médio Purus: práticas agrícolas e ambientais e o acesso a políticas públicas. In: SOUSA Jr, Wilson Cabral de. et al. *Rio Purus: águas, território e sociedade na Amazônia Sul- Ocidental*. Goiânia: Libri Mundi, 2012. p. 47-74.

NODA, Eliana Aparecida do Nascimento. *Políticas agrícolas e ambientais no baixo e médio Purus – AM*. 2008. 140p. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Centro de Ciências do Ambiente, Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2008.

OLIVEIRA, José Aldemir – *Cidades na selva*. Manaus: Valer, 2000. 224 p.

OLIVEIRA, José Aldemir; COSTA, Danielle Pereira da Costa. A análise da moradia em Manaus (AM) como estratégia de compreender a cidade. *COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA*, 9, 2007, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/jaldemir.htm>> Acesso em: 15 dez. 2016.

OLIVEIRA JUNIOR, Jair Antônio de. *Arquitetura ribeirinha sobre as águas da Amazônia: o habitat em ambientes complexos*. 2009. 203p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

PARÓQUIA SANTA RITA DE CASSIA. *Livro de fatos e coisas notáveis da Missão Tapauá- AM*, 1965. 96 p.

PAULINO, Eliane Tomiase. *Por uma geografia dos camponeses*. São Paulo: UNESP, 2006. 428 p.

PINTO, Renan Freitas. Anotações sobre o rio Purus de Euclides da Cunha. In: SANTOS, Gilton Mendes dos. *Álbum Purus*. Manaus: EDUA, 2011. p. 38-50.

PORRO, Antônio. *As crônicas do Rio Amazonas/tradução, introdução e notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1992. 221 p.

PNUD (2010), Atlas de Desenvolvimento Humano e IDH. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>> Acesso em: 7 jul. 2016.

RAPOZO, Pedro Henrique Coelho. *Territórios sociais da pesca no Rio solimões: usos e formas de apropriação comum dos recursos pesqueiros em áreas de livre acesso*. Manaus: EDUA, 2015. 214 p.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O seringal e o seringueiro*. 2 ed. rev. Manaus: EDUA, 1977. 293 p.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert Moses. *O que é questão da moradia*. São Paulo: Brasiliense, 1983. 71 p.

RODRIGUES, Arlete Moyses. *Moradia nas cidades Brasileiras*. 9.ed. São Paulo: Contexto, 1997. 72 p.

ROSS, Jurandy. *Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamento ambiental*. São Paulo: Oficina de Textos, 2009. 208 p.

SALAZAR, João Pinheiro. *O abrigo dos deserdados*. 1985. 222p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia Ciências Humanas e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1985.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. 176 p.

_____. O dinheiro e o Território. In: SANTOS, Milton. *Território territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 409 p.

_____. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4.ed. São Paulo: EDUSP, 2006. 259 p.

_____. *Técnica espaço tempo: Globalização e meio técnico científico informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1994. 94 p.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993. 157 p.

_____. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1988. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/santos-milton-espaco-e-metodo.html>> Acesso em: 02 jun. 2016.

SANTOS, Geraldo Mendes dos; SANTOS, Ana Carolina Mendes dos. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 165-182, mai.-aug. 2005.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: Um patrimônio no desenvolvimento territorial. *Caderno Prudentino de Geografia*, n.31, vol.1, 2009. 16 p.

SCHIEL, Juliana. *Entre Patrões e Civilizados: Os Apurinã e a política indigesta no médio rio Purus na primeira metade do século XX*. 1999. 134 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1999.

SCHWADE, Mauricio Adu. *Riquezas Materiais e imateriais: relações cidade e campo na Amazonia*. 2014. 176p. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia), Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2014.

SCHOR, Tatiana; OLIVEIRA, José Aldemir de. Reflexões metodológicas sobre o estudo da rede urbana no Amazonas e perspectivas para a análise das cidades na Amazônia Brasileira. *ACTA Geográfica*, p.15-30. Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira. 2011.

SCHÖRODER, Peter. Levantamentos etnoecológicos: Uma experiência metodológica em terras indígenas e suas lições sobre relações ambientais. *Estudos de Sociologia*, Recife, v. 2, n. 21, p. 193-216. 2015.

SILVA, Crisanto Damião da. Pesca: *Classes sociais, territorialidades e trabalho em Manacapuru-AM*. 2009. 145p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2009.

SILVA, Iranise Alves da. *A crise da moradia; a política habitacional para as classes de baixa renda de Campina Grande –PB*. Rio de Janeiro: Agir, 1987. 136 p.

SOUZA, Leno José Barata. *Cidade Flutuante: uma Manaus sobre as águas (1920-1967)*. 2010. 354p. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. 2010.

SOUZA, Cleide Lima de. *Amazônia, para além da discussão entre campo e cidade: O município de Tapauá/AM em foco*. 111p. Dissertação (Mestrado). Universidade da Amazônia, Belém. 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-93.

SPIX, Johann Baptist von, Martius, 1781 – 1826. *Viagem pelo Brasil: 1817 – 1820/Spix e Martius*. São Paulo: EDUSP, 1981. 231 p.

STRADELLI, E. *Vocabulário Português – Nheengatu, Nheengatu – Português*. Revisão Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014. 536 p.

SILVA, Hiram Reis e. *Desafiando o rio-mar: descendo o Solimões*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. 368 p.

TAPAUÁ-AM. *Plano diretor do Município de Tapauá*, 2007. 55 p.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. *Servidão Humana na selva: O aviamento e o barracão nos seringais da Amazônia*. Manaus: Valer, 2009. 197 p.

TRINDADE Jr, Saint Clair Cordeiro da. Pensando a modernização do território e a urbanização difusa na Amazônia. *Mercator*, Fortaleza, v. 14, n. 4, p. 93-106, dez. 2015.

TRINDADE Jr, Saint – Clair Cordeiro da. Das “cidades na floresta” “as “cidades da floresta””: Espaço e ambiente e urbanodiversidade na Amazônia Brasileira. *Papers do NAEA*, Belém, n. 321, p. 22, dez. 2013.

TOCANTINS, Leandro, *O rio comanda a vida*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1973. 304 p.

VIEIRA, Angélica Maia. *Os paumari e o peixe boi: da concepção histórica a prática da pesca*. 2013. 132p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2013.

OBRAS CONSULTADAS

ALBUQUERQUE, Daniel. *Crônicas de Tapauá*, primeira geração. [S.I.]: [S. ed.], 2009. 169 p.

CÂMARA, Antônio Alves. *Ensaio sobre as construções navais indígenas do Brasil*. 3.ed. Brasília: Nacional, 1976. 174 p.

HATOUM, Milton. *Dois Irmãos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 198 p.

MORAES, André de Oliveiras; PINTO, Moisés Augusto Tavares; SCHOR, Tatiana. *Cesta básica na ponta do lápis: práticas de pesquisa em geografia*. Manaus: EDUA, 2016. 74 p.

MARCOY, Paul. *Viagem pelo rio Amazonas*. Manaus: EDUA, 2001. 313 p.

SCHOR, Tatiana. *Dinâmica Urbana na Amazônia Brasileira*. Manaus: Valer, 2014. 242 p. v.1.

SCHOR, Tatiana; SANTANA, Paola Verri de (Orgs.). *Dinâmica Urbana na Amazônia Brasileira*. Manaus: Valer, 2015. 240 p. v.2.

SCHOR, Tatiana (Org.). *Dinâmica Urbana na Amazônia Brasileira: geografias e cidades na tríplice fronteira Brasil – Peru – Colômbia*. Manaus: EDUA, 2016. 265 p.

SCHOR, Tatiana. As cidades invisíveis da Amazônia Brasileira. In: *Mercator*, Fortaleza, v. 12, n. 28, p. 67-84, mai.-ago. 2013.

APÊNDICES

Apêndice 1: Prefeitos Municipais de Tapauá

NOMEADOS

Antônio Ferreira de Oliveira	01.01.1956 a 04.12.1958
Sebastião José Músio de Paiva	05.12.1958 a 30.01.1960

CONSTITUCIONALMENTE ELEITOS

Daniel Albuquerque	31.01.1960 a 30.01.1964
Antônio Ferreira de Oliveira	31.01.1964 a 30.01.1969
Daniel Albuquerque	31.01.1969 a 30.01.1973
Ana Tereza Ponciano	31.01.1973 a 30.01.1977
Daniel Albuquerque	31.01.1977 a 30.01.1983
Raimundo Manoel Jó de Andrade - Nato	31.01.1983 a 31.12.1988
Daniel Albuquerque	01.01.1989 a 31.12.1992
Raimundo Manoel Jó de Andrade - Nato	01.01.1993 a 12.07.1994
Benedito Ferreira de Andrade - Branco	13.07.1994 a 31.12.1996
Ocimar Lopes de Souza	01.01.1997 a 07.10.2000
Manoel Américo Guedes da Silva	08.10.2000 a 31.12.2000
Almino Gonçalves de Albuquerque	01.01.2001 a 31.12.2004
Almino Gonçalves de Albuquerque	01.01.2005 a 31.12.2008
Elivaldo Herculino dos Santos - Vói	01.01.2009 a 31.12.2012
Almino Gonçalves de Albuquerque	01.01.2013 a 31.12.2016

Apêndice 2: Escolas de Lotação das Comunidades do Município de Tapauá

Comunidade	Lotação	Nome da Escola	Ano ofertado	Nº de Alunos
Curupaty	Rio Purus parte de Cima	São Francisco	1º ao 5º	8
Baturité	Rio Purus parte de Cima	Manoel Avelino	1º ao 5º	8

Jatuarana	Rio Purus parte de Cima	Jatuarana	1° ao 5°	9
Foz do Jacaré	Rio Purus parte de Cima	São Francisco	1° ao 5°	20
			7°	8
Porto Arthur	Rio Purus parte de Cima	Porto Arthur	1° ao 5°	14
Arimã	Rio Purus parte de Cima	Rui Barbosa	1° ao 5°	8
Castanheira	Rio Purus parte de Cima	Castanheira	1° ao 5°	16
			6°	13
Sucutiri	Rio Purus parte de Cima	Sucutiri	1° ao 5°	15
Boca do Limão	Rio Purus parte de Cima	Boca do Limão	6°	11
Manguarzinho	Rio Purus parte de Cima	Deus é amor	1° ao 5°	13
São Salvador	Rio Purus parte de Cima	São Salvador	1° ao 5°	8
Bom intento	Rio Purus parte de Cima	Joaquim Tomas	1° ao 5°	12
Boca do Abufarí	Rio Purus parte de Cima	Armando	1° ao 5°	13
			6°	8
			7°	10
Tauariá Grande	Rio Purus parte de Cima		EJA III/ 4° e 5°	13
Mapixi	Rio Purus parte de Cima	_____	1° ao 5°	14
Macury	Rio Purus parte de Cima	Macury	Paralisada	
Boca do Cachimbo	Rio Purus parte de Cima	Boca do Cachimbo	EJA III/ 4° e 5°	14
Morada Nova	Rio Purus parte de Cima	São Carlos	1° ao 5°	15
Tacaca	Rio Purus parte de Cima	Tacaca	1° ao 5°	10
Nova Olinda	Rio Purus parte de Cima	Lauro Bezerra	III EJA/ 4° ao 5°	9
Floresta	Rio Purus parte de Cima	Floresta	Paralisada	
Tapauzinho	Rio Purus parte de Cima	Bom Jesus	1° ao 5°	8

Sacado- Caissã	Rio Purus parte de Cima	São Francisco	1° ao 5°	9
Pamafari	Rio Purus parte de Cima	Pamafari	1° ao 5°	9
Camaruã	Rio Purus parte de Cima	Camaruã	1° ao 5°	12
			3° ao 5°	17
			7°	12
			6°	7
Rio Branco	Rio Purus parte de Cima	Rio Branco	1° ao 5°	17
Peixe Boi	Rio Purus parte de Cima	Peixe Boi	1° ao 5°	9
Santo Antonio	Rio Purus parte de Cima	Santo Antônio	Paralisada	
Fazenda	Rio Purus parte de Baixo	Muraid Said	Ed. Inf	14
			1° e 2°	14
			4° e 5°	16
			6°	7
			7°	12
			9°	10
São Sebastião	Rio Purus parte de Baixo	Bom Pastor	1° ao 5°	12
			6°	12
Bom Intento	Rio Purus parte de Baixo	Bom Intento	1° ao 5°	21
			EJA III/4° ao 5°	16
Guajará	Rio Purus parte de Baixo	Guajará	1° ao 5°	11
Macapá	Rio Purus parte de Baixo	Macapá	1° ao 5°	13
Pupunha	Rio Purus parte de Baixo	São Francisco	1° ao 5°	13
			6	11
Tambaquzinho	Rio Purus parte de Baixo	Alberto Coelho	1° ao 3°	18
			4° e 5°	15
			6°	8

			7°	18
			EJA IV/6° e 7°	8
Paraíso	Rio Purus parte de Baixo	Novo Paraíso	Ed. Inf.	E
			1° ao 5°	24
			6°	08
			7°	08
Boca do Panelão	Rio Purus parte de Baixo	Panelão	1° ao 5°	11
Turiáçú	Rio Purus parte de Baixo	15 de Novembro	1° ao 5°	9
Capueirinha	Rio Purus parte de Baixo	Capoeirinha	1° ao 5°	8
			6°	9
			7°	9
Nova Santana	Rio Purus parte de Baixo		1° ao 5°	8
Campinas	Rio Purus parte de Baixo	7 de Setembro	1° ao 5°	14
Beabá	Rio Purus parte de Baixo	Beabá	1° ao 5°	9
Deus Libertou	Rios Itaparanã e Ipixuna	Deus Libertou	1° ao 5°	11
Nova Esperança	Rios Itaparanã e Ipixuna	Nova Esperança	1° ao 5°	9
Ponta do Caju	Rios Itaparanã e Ipixuna		1° ao 5°	8
Ilhinha	Rios Itaparanã e Ipixuna	Ilhinha	1° ao 5°	8
Primavera	Rios Itaparanã e Ipixuna	Raimundo G. Almeida	1° ao 5°	8
			EJA III/4 e 5°	8
Trevo	Rios Itaparanã e Ipixuna	Trevo	1° ao 5°	11
			6°	8
Mangueirão	Rios Itaparanã e Ipixuna	Mangueirão	Paralisada	
Castanheira	Rios Itaparanã e Ipixuna	Castanheira	1° ao 5°	14
Ponta do Galo	Rios Itaparanã e Ipixuna	Ponta do Galo	1° ao 5°	8

Caetanos	Rios Itaparanã e Ipixuna	Caetanos	1º ao 5º	8
Cujubim	Rios Itaparanã e Ipixuna	Cujubim	1º ao 5º	8
Morada Nova	Rios Itaparanã e Ipixuna	Morada Nova	1º ao 5º	8

Fonte: Documentos avulsos da Secretária Municipal de Educação, 2015

Apêndice 3: Formulário

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS E CIDADES DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Nº do formulário: ___ Data: ___ / ___ /2015. Responsável: _____

1. Dados do entrevistado

1.1 Sexo: () masc. () fem. 1.2 Idade: _____

1.2 Ocupação profissional:

() Empregado () desempregado () trabalha por conta própria () aposentado

() Outros: _____

1.3 Renda Familiar:

() Menos de 01 salário mínimo () 1 salário mínimo

() mais de 1 salário mínimo

Quantas pessoas no domicílio contribuem para essa renda: _____

1.4. Recebe algum benefício social:

() bolsa família () seguro desemprego () seguro defeso () auxílio doença

() outros: Especificar _____

1.5 Maior escolaridade do chefe da família:

() Ensino fundamental completo () Ensino fundamental incompleto

() Ensino médio completo () Ensino médio incompleto

() Ensino superior completo () Ensino superior Incompleto () Sem escolaridade

1.6. Quantas pessoas moram na casa: _____

Menores de 10 anos _____ entre 11 a 17 anos _____ entre 18 a 25 anos _____ entre 26 a 35 _____ entre 36 a 45 _____ entre 46 a 55 _____ maiores de 56 anos _____.

1.7. Quantas pessoas em idade escolar? _____ Quantas estudam: _____

2. Do entrevistado e o bairro flutuante

2.1 De onde veio?

() Município de Tapauá () cidade () interior . Qual: _____

() De outro Município do Amazonas. Qual: _____ () De outro Estado.

Quando veio: () Menos de 1 ano. () 2 a 5 anos. () 6 a 10 anos. () Mais de 10 anos.

Qual o motivo da vinda?

2.2. Antes já morava em flutuante? () Sim () Não

1. Como trouxe o flutuante? Especificar

2.3. Como adquiriu o flutuante?

2.4. Há algum problema em morar em flutuante? () Sim () Não

2.5. Gosta de morar em flutuante? () Sim () Não () mais ou menos.

2.6 Se não, gostaria de morar qual Bairro da cidade?

() Centro () Manoel Costa () Mutirão () Açai () Rio Purus () São João

() Otávio Ferreira

2.7. Quais os aspectos positivos e negativos da moradia flutuante? (3 itens de cada)

Positivos: _____

Negativos: _____

2.8. Existe alguma organização dos moradores nessa área? () Sim () Não

2.9. Existem brigas entre os moradores pela posse do espaço? () Sim () Não

2.10. Como é o relacionamento com os vizinhos? () Bom () Regular () Ruim.

2.11. A atuação da Prefeitura atinge essa área da mesma forma que nas demais? () Sim. () Não.

Especificar: _____

2.12. Há algum tipo de preconceito por parte da população em relação a quem mora em flutuante?

() Sim () Não

3. Bairro e Meio Ambiente

3.1 Qual o destino do lixo: () coleta () enterra () queima () joga no rio () outros

Especificar: _____

() coleta diária () Coleta semanal () Outras.

Especificar: _____

Faz algum tipo de reciclagem () sim () não

3.2 Doenças mais comuns nessa área? () Malária () Dengue () Verminose () outras:

3.3. Abastecimento de água:

() rede pública () poço () cacimba () Rio

Há diferença da água para beber da destinada às demais atividades (roupa, louças, limpeza e etc)? () Sim () Não

Especificar: _____

3.4. Luz: () Rede () Gato () Motor ()

Outros: _____

3.5. Cozinha: Gás () lenha () Carvão Vegetal () Outros _____

3.6 Condições da moradia: () Própria () Alugada () Cedida () Outros.

Especificar: _____

Itens que há na casa:

Quantidade:

Geladeira	()	
TV	()	
Antena parabólica	()	
Rádio	()	
Celular	()	
Canoa	()	
Rabeta	()	
Máquina de Lavar	()	
Fogão	()	
Barco	()	

3.7. Cômodos: Qtd: _____

3.8. O banheiro () Interno () Externo

3.9. Forma de esgotamento sanitário: () Lança no rio () Outros Quais:

4. O Bairro e a Cidade

Qual é o seu endereço?

4.2. A mobilidade dos moradores dos flutuantes para a cidade?

4.3 E na cidade? () a pé () moto/moto-táxi () carro () outros

Especificar _____

4.4 Deixa de realizar alguma atividade por dificuldade de deslocamento? () Sim () Não

Especificar: _____

4.5 Locais onde tem acesso a serviços:

Serviço	No bairro	Outro bairro	Centro
Saúde			
Educação			
Segurança			

Água Potável			
Banco			
Correios			
Igreja			
Comércio alimentício			
Confecções			
Lazer			